



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DIANA FELIPE MENDES

**TERRITÓRIO MINERADOR NO SUDESTE GOIANO: COMUNICAÇÃO
SOCIOAMBIENTAL E RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES RURAIS NOS MUNICÍPIOS
DE CATALÃO E OUVIDOR - 2019 A 2023**

CATALÃO (GO)

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, número 1120, - Bairro Setor Universitário, Catalão/GO, CEP 75704-020
Telefone: -- <https://www.ufcat.edu.br>

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA)

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Catalão (UFCAT) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFCAT), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFCAT é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o(a) autor(a) e o(a) orientador(a) Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação ou Tese?

DISSERTAÇÃO

2. Nome completo do autor: **DIANA FELIPE MENDES**

Nome completo do(a) orientador(a): ESTEVANE DE PAULA PONTES MENDES

3. Título do trabalho

Título: **TERRITÓRIO MINERADOR NO SUDESTE GOIANO: COMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES RURAIS NOS MUNICÍPIOS DE CATALÃO E OUVIDOR - 2019 A 2023**

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento: SIM NÃO¹

[¹] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs.: Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor



Documento assinado eletronicamente por **ESTEVANE DE PAULA PONTES MENDES, Orientador(a)**, em 14/08/2024, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diana Felipe Mendes, Usuário Externo**, em 10/09/2024, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0101395** e o código CRC **56AF741B**.

DIANA FELIPE MENDES

**TERRITÓRIO MINERADOR NO SUDESTE GOIANO: COMUNICAÇÃO
SOCIOAMBIENTAL E RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES RURAIS NOS MUNICÍPIOS
DE CATALÃO E OUVIDOR - 2019 A 2023**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geografia, da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), como requisito para a obtenção do título de Mestra em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Ordenamento do Território.

Linha de Pesquisa: Dinâmica dos Espaços Rural e Urbano.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Estevane de Paula Pontes Mendes.

CATALÃO (GO)

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFCAT.

Mendes, Diana Felipe
TERRITÓRIO MINERADOR NO SUDESTE GOIANO :
COMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E RELAÇÃO COM AS
COMUNIDADES RURAIS NOS MUNICÍPIOS DE CATALÃO E
OUVIDOR - 2019 A 2023 / Diana Felipe Mendes. - 2024.
132, CXXXII f.

Orientador: Prof. Estevane de Paula Pontes Mendes.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Catalão, Instituto
de Geografia, Catalão, Programa de Pós-Graduação em Geografia,
Catalão, 2024.

1. mineração. 2. comunidades rurais. 3. comunicação. 4. Catalão
(GO). 5. Ouvidor (GO). I. Mendes, Estevane de Paula Pontes, orient. II.
Título.

CDU 911.37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, número 1120, • Bairro Setor Universitário, Catalão/GO, CEP 75704-020
Telefone: • • <https://www.ufcat.edu.br>

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

ATA Nº 220 DA SESSÃO DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE DIANA FELIPE MENDES, QUE CONFERE O TÍTULO DE MESTRA EM GEOGRAFIA, NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM "GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO".

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, a partir das 13h30, no Laboratório de Cartografia do Instituto de Geografia/UFCA, realizou-se a Sessão Pública de Defesa de Dissertação intitulada "**TERRITÓRIO MINERADOR NO SUDESTE GOIANO: DIÁLOGOS SOCIOAMBIENTAIS NAS COMUNIDADES RURAIS DE CATALÃO E OUVIDOR**". Os trabalhos foram instalados pela Orientadora e Presidente, Professora Dra. ESTEVANE DE PAULA PONTES MENDES (IGEO/UFCA), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Geógrafa Dra. ANGÉLICA SILVÉRIO FREIRES (SEMMAC/Catalão), Membro Titular externo, e Professor Dr. IDELVONE MENDES FERREIRA (IGEO/UFCA), Membro Titular interno, que realizaram seus respectivos Exames, tendo a Mestranda respondido à contento. Durante a arguição os Membros da Banca Examinadora fizeram sugestão de alteração do título do trabalho, ficando assim definido: "**TERRITÓRIO MINERADOR NO SUDESTE GOIANO: COMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES RURAIS NOS MUNICÍPIOS DE CATALÃO E OUVIDOR - 2019 A 2023**". Na sequência, a Banca Examinadora reuniu-se em Sessão Secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a Candidata **APROVADA** pelos seus membros. Proclamados publicamente os resultados pela Professora Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente Ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às 16h, devendo a Mestranda observar as recomendações explicitadas no Exame e cumprir os trâmites formais do Programa e UFCA para o depósito da Versão Final da Dissertação e os demais encaminhamentos devidos.



Documento assinado eletronicamente por **ESTEVANE DE PAULA PONTES MENDES, Orientador(a)**, em 25/04/2024, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **IDELVONE MENDES FERREIRA, Professor(a) do Magistério Superior**, em 25/04/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angélica Silvério Freires, Usuário Externo**, em 25/04/2024, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0062017** e o código CRC **3AB7F5EE**.

Aos meus pais, Sebastião Divino Mendes (*in memorian*) e Maria das Graças Felipe Mendes, pelo exemplo, incentivo aos estudos e, principalmente, amor incondicional.

Às minhas irmãs, Marcia e Keren, minha sobrinha Isadora e meu cunhado João Alírio, por serem minha base.

À Larica (*in memorian*), Chica, Pequena, Apolo e Nuvem, pelo fiel companheirismo nos dias de estudo.

AGRADECIMENTOS

A Deus e demais entidades espirituais por me guiarem à luz e me ampararem na minha jornada terrena.

À minha família, mãe, irmãs, cunhado e sobrinha por me apoiarem no dia-a-dia e me incentivarem a seguir em frente.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Estevane de Paula Pontes Mendes pela generosidade em compartilhar o seu conhecimento, pela disponibilidade e paciência com os meus prazos e minhas limitações teóricas. E, principalmente, pelo trato, sempre delicado e gentil.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da UFCAT. Agradeço especialmente ao Prof. Dr. Idelvone Mendes pela acolhida, incentivo e conhecimento compartilhado, e ao Prof. Dr. João Donizete Lima pela acolhida e orientações.

À Priscilla Querino, Secretária do PPGEIO/UFCAT pela amizade e esclarecimentos, que não foram poucos.

Aos meus colegas de Mestrado, por dividirem comigo a busca pelo aprendizado e as ansiedades que vivemos até chegarmos ao final desse caminho.

Aos meus colegas do NEPSA: Dr. Jefferson Confessor, pela humildade em dividir seus aprendizados e experiências e pela paciência com as piadas e risadas. À Keroleinny, pela companhia no dia-a-dia. E especialmente à Nathanne Kárita Fonseca, alçada à posição de amiga, a qual devo tanto pela conclusão do Mestrado. Suas palavras de carinho, sua positividade e sua energia me deram forças para continuar.

Aos moradores das comunidades Macaúba, Coqueiros, Ouvidor dos Cláudios e Coruja, por me ensinarem e me mostrarem tanto.

À Angélica Freires e Marcos Faleiros, sem os quais eu não teria ingressado no Mestrado. Obrigada por pegarem em minha mão e me mostrarem o caminho de volta para a universidade.

À CAPES, pela bolsa no período de 2023 e 2024, fundamental para a participação em congressos e demais eventos e para a aquisição dos materiais necessários para a pesquisa.

A todos que cruzaram meu caminho ao longo desses dois anos, trazendo contribuições para essa pesquisa.

RESUMO

A potencialidade mineral do subsolo brasileiro produz um cenário industrial robusto, que coloca o Brasil entre os cinco maiores produtores de minérios do mundo, de maneira que o setor desempenha um protagonismo na composição econômica do País. O processo de extração de minérios ocorre a partir da apropriação dos territórios onde estão localizadas as jazidas minerais, resultando em intervenções ambientais e em novos ordenamentos socioeconômicos impostos às comunidades. A atividade provoca a desterritorialização de agricultores familiares das zonas rurais, os quais dependem do uso da terra e da posse sobre o território para a garantia de sua reprodução social. Esse cenário está presente nos municípios de Catalão e Ouvidor, localizados no Sudeste do Estado de Goiás, onde desde a década de 1970, empresas transnacionais efetivam a extração de Nióbio e Fosfato. O estabelecimento de relacionamento e comunicação entre os sujeitos é fator determinante na dinâmica do território, pois, a partir das discussões entre as partes, são definidas as negociações que direcionarão o futuro das comunidades. Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa foi analisar e interpretar as estratégias de organização e de comunicação assumidos pelos produtores, para fazerem frente às grandes empresas, e, do mesmo modo, os canais utilizados pelos empreendedores para o diálogo com comunidades. A área de estudo incluiu as comunidades do entorno da mineração nos dois municípios, mas especialmente as comunidades de Coqueiro e Macaúba, localizadas em Catalão (GO), e Coruja e Ouvidor dos Cláudios, localizadas em Ouvidor (GO), as quais passaram por alterações profundas em decorrência da mineração. A análise foi realizada com base em 97 publicações da imprensa local, entre 2019 a 2023, relativas ao relacionamento entre comunidades e empresas de mineração da área de estudo. O processo de comunicação ainda se demonstra fragilizado e, em algum ponto, conflituoso, mas está presente no relacionamento entre os sujeitos, com esforços de ambos os lados. Os temas de discussão giram em torno dos impactos ambientais e das questões fundiárias. Há uma desigualdade na comunicação, na qual as empresas possuem posição privilegiada, por possuírem recursos. Esse descompasso exige articulação das comunidades no estabelecimento de uma relação que produza espaços reais de diálogo, com vistas ao atendimento das necessidades geradas como efeito da alteração da dinâmica territorial decorrente da mineração. O diálogo precisa ser aprimorado e somente será efetivo se houver, por parte das empresas, ações reais na preservação ambiental e socioeconômica dos territórios onde se fazem presentes.

Palavras-chave: Mineração; Comunidades Rurais; Comunicação; Catalão (GO); Ouvidor (GO).

ABSTRACT

The mineral potential of the Brazilian subsoil produces a robust industrial scenario, which places Brazil among the five largest mineral producers in the world, so that the sector plays a leading role in the country's economic composition. The mineral extraction process occurs through the appropriation of territories where mineral deposits are located, resulting in environmental interventions and new socioeconomic orders imposed on communities. The activity causes the deterritorialization of family farmers in rural areas, who depend on the use of land and possession of the territory to guarantee their social reproduction. This scenario is present in the municipalities of Catalão and Ouvidor, located in the Southeast of the State of Goiás, where since the 1970s, transnational companies have been extracting Niobium and Phosphate. The establishment of relationships and communication between subjects is a determining factor in the dynamics of the territory, as, based on discussions between the parties, the negotiations that will direct the future of the communities are defined. Therefore, the objective of this research was to analyze and interpret the organizational and communicational strategies adopted by producers to face large companies, and, likewise, the channels used by entrepreneurs to dialogue with communities. The study area included communities surrounding mining in both municipalities, but especially the communities of Coqueiro and Macaúba, located in Catalão (GO), and Coruja and Ouvidor dos Cláudios, located in Ouvidor (GO). The analysis was carried out based on 97 publications from the local press, from 2019 to 2023 relating to the relationship between communities and mining companies in the study area. The dialogue process still appears to be fragile and, at some point, confrontational, but it is present in the relationship between the subjects, with efforts on both sides. The topics of discussion revolves around environmental impacts and land issues. There is an inequality in communication, in which companies have a privileged position, as they have resources. This gap requires articulation between communities in establishing a relationship that produces real spaces for dialogue regarding the territorial effects resulting from mining. The dialogue needs to be improved and will only be effective if there are, on the part of the companies, real actions in the environmental and socioeconomic preservation of the territories where they are present.

Keywords: Mining; Rural Communities, Dialogue; Catalão (GO); Ouvidor (GO).

LISTA DE SIGLAS

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ALEGO	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
ANM	Agência Nacional de Mineração
ASG	Ambiente, Social e Governança, o chamado
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBMM	Companhia Brasileira de Mineração e Metais
CBO	Classificação Brasileira de Ocupação
CEO	Chief Executive Officer
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais
CMOC	Cmoc Brasil Mineração, Ind e Participações Ltda
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DIMIC	Distrito Mineiro Industrial de Catalão
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESG	Environment, Social and Governance
FIEG	Federação das Indústrias do Estado de Goiás
FUNMINERAL	Fundo de Fomento à Mineração
GRI	Global Report Initiative
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFA	International Fertilizer Association
IMB	Instituto Mauro Borges
LSO	Licença Social para Operar

MAM	Movimento dos Atingidos pela Mineração
MCP	Movimento Camponês Popular
METAGO	Metais de Goiás S. A.
MME	Ministério de Minas e Energia
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PDEG	Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento do Cerrado
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAIS	Relatório Anual de Informações Sociais
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SENAI	Centro de Formação Profissional do Serviço Nacional da Indústria
SIC	Secretaria de Indústria e Comércio
UFCAT	Universidade Federal de Catalão
UFG	Universidade Federal de Goiás
UNA	Centro Universitário Una
ZAS	Zonas de Autossalvamento
ZSS	Zonas de Salvamento Secundário

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Localização dos municípios de Catalão (GO) e de Ouvidor (GO)	22
Figura 2: Mapa de localização das comunidades e propriedades confrontantes à CMOC Brasil38	
Figura 3: Localização das propriedades privadas rurais confrontantes à CMOC Brasil, em Catalão (GO) e Ouvidor (GO).....	39
Figura 4: Localização das principais reservas minerais brasileiras de alumínio, cobre, cromo, estanho, ferro, manganês, nióbio, níquel, ouro, vanádio e zinco.	58
Figura 5: Distribuição dos trabalhadores por Estado (ano base 2019)	61
Figura 6: Principais reservas minerais metálicos - Goiás (ano base 2017).....	63
Figura 7: Principais reservas minerais não-metálicos – Estado de Goiás (ano base 2017)	64
Figura 8: Distribuição mundial dos depósitos de Fosfato.....	69
Figura 9: Imagem aérea do Complexo Mineró-químico de Fertilizantes e Fosfato inaugurado pela Copebrás (atual CMOC) em 2003, em Catalão (GO).....	73
Figura 10: Imagem aérea da Mina Boa Vista onde a empresa CMOC extrai minério de nióbio em Catalão (GO).....	74
Figura 11: Bases da Licença Social para Operar	93
Figura 12: Divulgação institucional realizada pelo Tribunal dos Povos sobre a relação entre mineração e comunidades rurais no município de Catalão (GO)	105
Figura 13: Divulgação no blog Dito e Feito no ano de 2019.....	108
Figura 14: Divulgação no blog Zap Catalão sobre o Projeto “No Campo com a CMOC -2019.109	
Figura 15: Imprensa local divulga Simulado de Emergência realizado por empreendimento minerário na área de estudo.	111
Figura 16: Imprensa regional divulga posicionamento do MP/GO sobre barragens de rejeito na área de estudo	112
Figura 17: Página da CPT Goiás relata percepção dos moradores sobre os recursos hídricos da região	113
Figura 18: Veículo de abrangência regional aborda questão da desapropriação de terras na região mineradora de Catalão (GO).	115
Figura 19: Grupo formado por atingidos pela mineração em Catalão (GO) e Ouvidor (GO) protestam em rodovia.....	116
Figura 20: Repercussão do protesto das comunidades rurais contra as empresas de mineração, em Catalão (GO) repercute em veículo local.....	116

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Ocorrência de conflitos por mineração no campo brasileiro (2004 – 2020)	88
Gráfico 2: Ocorrência de conflitos por mineração divididos por tipo de comunidade, no Brasil (2004 – 2020)	89
Gráfico 3: Ocorrência de conflitos por mineração divididos por causa no Brasil. (2004 – 2020)	90
Gráfico 4: Principais agentes provocadores de conflitos por água no Brasil (2020 – 2022) (% de ocorrência)	90
Gráfico 5: Posição do veículo pesquisado no mosaico de composição da sociedade.....	101
Gráfico 6: Abrangência dos veículos de imprensa – 2019 a 2023	101
Gráfico 7: Divisão das publicações institucionais por organismo.	104
Gráfico 8: Divisão do total de publicações por tema abordado – 2019 - 2023	107
Gráfico 9: Número e assuntos abordados na subcategoria “Projetos de Meio Ambiente” – 2019 a 2023.....	108
Gráfico 10: Número e assuntos abordados na categoria “Temas Abordados”	110

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Síntese de produção x dependência mineral no Brasil.	60
Quadro 2: Definição das principais iniciativas e diretrizes em ESG.....	94
Quadro 3: Categorias e subcategorias de análise da Pesquisa – 2019 a 2023	98
Tabela 1: Comparativo do PIB per capita entre os principais Municípios mineradores Goianos, o Estado de Goiás e o Brasil (2022).....	67
Tabela 2: Número e tipo de Substâncias Minerais com Cessão de Direito requeridas pela empresa CMOB Brasil à ANM em Catalão e Ouvidor (GO).....	79
Tabela 3: Número e tipo de Substâncias Minerais com Cessão de Direito requeridas pela empresa Mosaic Fertilizantes à ANM em Catalão e Ouvidor (GO)	79

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	A PESQUISA QUALITATIVA E O CONHECIMENTO DA ÁREA DE PESQUISA	18
	2.1 Os caminhos metodológicos da pesquisa	18
	2.2 Catalão e Ouvidor: localização, formação histórica e aspectos socioeconômicos.....	20
	2.3 O território das comunidades Coqueiro, Macaúba, Ouvidor dos Cláudios e Coruja	28
	2.3.1 As principais discussões sobre território e identidade territorial	28
	2.3.2 Formação e caracterização: terra, agricultores e comunidade	35
3	RETERRITORIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELA MINERAÇÃO	54
	3.1 Mineração: aspectos econômicos no Brasil e no estado de Goiás.....	54
	3.2 O território minerador de Catalão (GO) e Ouvidor (GO): nióbio, fosfato e a mineração	68
	3.3 Consequência da intervenção minerária nas comunidades rurais de Coqueiro, Macaúba, Ouvidor dos Cláudios e Coruja.....	75
4	COMUNIDADE E MINERAÇÃO: estratégias de diálogo e de relacionamento	84
	4.1 Diálogo e conflitos de mineração	84
	4.2 Mineração e Comunidade: abordagem sobre compromissos internacionais, nacionais e políticas públicas.....	91
	4.3 Análise do diálogo entre comunidade e mineração: perspectiva das publicações de veículos digitais.....	96
	4.3.1 Metodologia de análise: da coleta à interpretação dos dados	96
	4.3.2 Relacionamento e diálogo entre comunidade e mineração: interpretando o conteúdo	99
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
	REFERÊNCIAS.....	122
	ANEXOS.....	129

1 INTRODUÇÃO

Com dimensões continentais e grande potencialidade mineral, o Brasil possui um longo histórico de exploração minerária, originado logo no início do processo de colonização portuguesa e estendido até os dias atuais. Esse aspecto proporcionou uma inundação de empresas nacionais e estrangeiras que, ao longo dos séculos influenciaram a formação e a integração do território, de forma que a presença de empreendimentos mineradores se tornou fator decisivo na dinâmica territorial, com efeitos socioambientais às comunidades rurais.

Diante às novas configurações decorrentes da mineração, comunidades rurais e empreendimentos minerários compartilham o território, de modo que a construção de relacionamento e diálogo torna-se inevitável. Neste sentido, as comunidades têm se organizado para fazer frente aos empreendimentos, resistirem em seus territórios e exigirem posturas socioambientais mais responsáveis por parte das mineradoras.

A partir dessa necessidade de interação, propõe-se compreender o processo de apropriação e de transformação do território, por meio da análise da comunicação e do relacionamento entre as comunidades rurais localizadas no entorno dos empreendimentos de mineração nos municípios de Catalão (GO) e de Ouvidor (GO), com foco nas comunidades Coqueiro, Macaúba, Ouvidor dos Cláudios e Coruja. A busca por esse objetivo levou a definição de três objetivos específicos, sendo: a) investigar o processo de territorialização pelas comunidades rurais e reterritorialização da área de estudo, em decorrência da implantação de empreendimentos minerários; b) apresentar as formas de manifestação dos sujeitos – comunidade e mineração, a partir da conceituação do diálogo; e c) analisar as temáticas, formatos e eficácia da comunicação, por meio da pesquisa documental das publicações em veículos eletrônicos, entre 2019 e 2023, relativas ao relacionamento entre comunidade e mineração.

Da década de 1970 em diante, ocorre a intensificação da presença de empresas mineradoras estrangeiras no País, especialmente no Estado de Goiás, propiciando, por um lado, oportunidades de desenvolvimento econômico, com a geração de importantes cifras decorrentes da exploração das jazidas, e por outro a apropriação do bioma Cerrado - com sérias consequências ao ambiente - bem como a apropriação e a transformação dos territórios, provocando a reorganização das comunidades, a fim de se adequarem à nova finalidade do espaço. Para Gonçalves e Mendonça (2015), o aumento da atividade mineral multiplica as pressões sobre os territórios, sendo, dessa forma, relevante que estudos científicos aprofundem

o conhecimento sobre os territórios de Cerrado, a fim de analisar as consequências da mineração sobre os recursos naturais e as comunidades locais.

A indústria extrativa mineral tem participação relevante no Produto Interno Bruto (PIB) e representa 1,4% de todo o PIB Brasil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014-2018), empregando cerca de 195 mil trabalhadores diretamente. Além de ser essencial à indústria nacional como fornecedor primário para todos os tipos de indústrias existentes no País, segundo relatório do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM, 2019). Ainda de acordo com o IBRAM (2021), o Setor Mineral registrou, em 2021, faturamento da ordem de R\$ 339,1 bilhões, com a exportação de mais 372,5 milhões de toneladas de bens minerais, que alcançaram US\$ 58 bilhões. O saldo comercial mineral, de quase US\$ 49 bilhões, apresentou contribuição crucial para manter positivo o saldo comercial do Brasil em 2021. Registra-se que a atividade minerária apresenta crescimento vertiginoso nos últimos anos, com ênfase na territorialização e na expansão dos grandes empreendimentos de mineração no Brasil (Gonçalves; Mendonça, 2015).

Em nível estadual, segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM), Goiás oscila entre o terceiro e o quarto maior produtor mineral do país, disputando a posição com o Estado da Bahia e estando atrás apenas dos estados do Pará e de Minas Gerais. Importantes jazidas de minérios, como Amianto, Níquel, Diamante, Ouro, Terras Raras, Fosfato e Nióbio se localizam e são exploradas no Bioma-território Cerrado (Mendonça, 2004), correspondendo a 1,6% da produção mineral nacional, como informado pelo IBRAM (2021).

Para Gonçalves (2016), o crescimento dos investimentos e a ampliação dos projetos de exploração das jazidas minerais, distribuídas espacialmente no Estado expõem a inserção do território Goiano na economia de escala geopolítica nacional e internacional enquanto um dos principais produtores de minérios do País. Isso revela, por consequência, as legendas espaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás, com destaque para os principais minérios extraídos em seu território (Gonçalves, 2016).

A história dos municípios de Catalão e Ouvidor, em Goiás, demonstra que a instalação de empresas transnacionais para a exploração das reservas do Complexo Mineral Catalão-Ouvidor, com depósitos minerais consideráveis de Fosfato, Titânio, Nióbio, Vermiculita e Terras Raras ocorreu no início da década de 1970. A região é responsável por quase 40% da produção nacional de Fosfato e cerca de 15% da produção de Nióbio. Conforme Gonçalves (2016), o início da exploração mineral territorializou mudanças na materialidade produtiva e também na dimensão imaterial do território, ou seja, na vida social, política e cultural da população de Catalão (GO) e Ouvidor (GO).

O processo de reterritorialização provocado pela presença das mineradoras nos municípios de Catalão e Ouidor (GO) impactou sobremaneira, a vida das comunidades rurais que até então viviam nos territórios onde hoje estão as operações minerárias. A atividade mineradora transformou por completo a realidade dos pequenos produtores rurais que, em parte, viram-se forçados a deixarem suas propriedades e seguirem rumo aos núcleos urbanos para darem espaço aos empreendimentos industriais. Aos que ficaram coube uma adequação à reorganização do espaço e da relação com a terra, visto que a dinâmica da produção familiar se viu alterada em decorrência dos impactos ambientais advindos das atividades industriais.

Nesse contexto, nascem as disputas territoriais entre as comunidades rurais de Coqueiro e Macaúba, em Catalão (GO), e Ouidor dos Cláudios e Coruja, em Ouidor (GO), objetos desse estudo e as empresas mineradoras transnacionais instaladas na região. De acordo com Fernandes (2008), o conflito acontece não somente pelo pedaço de chão, onde vive o sujeito e a comunidade, mas também pelas formas de organização do espaço e dos territórios rurais, sendo, portanto, disputas de ressignificação das relações sociais e de controle dos territórios pelas classes sociais.

O desenvolvimento da pesquisa coopera com os estudos geográficos que visam compreender e dar visibilidade às disputas territoriais engendradas pelas atividades industriais, em especial pela mineração. Também dá luz à história de comunidades rurais que, a partir da ocupação da terra, construíram a identidade de um povo, sendo este resgate importante para a compreensão do território. Pretende-se que essa contribuição apoie comunidades, empreendimentos minerários e órgãos públicos no estabelecimento de metodologias de diálogos eficientes e responsáveis, que resultem na implementação de ações para minimizar os impactos socioambientais e vislumbrar possibilidades de uma convivência mais harmônica no território em disputa. O papel da pesquisa científica, para essa autora, é investigar soluções às problemáticas sociais, incluindo a mediação de conflitos de poder sobre territórios, cumprindo dessa forma, o papel extensionista da Universidade junto às comunidades onde está inserida.

Além da relevância social, esta pesquisa também acontece pelo vínculo da pesquisadora com o seu objeto de estudo, posto que atuou por dez anos em empresa mineradora do território em questão, dedicando esforços na compreensão da dinâmica socioespacial estabelecida pela atividade minerária, bem como na busca de instrumentos que propulsionem o diálogo entre os sujeitos, reduzam os impactos e contribuam para o desenvolvimento. Portanto, o interesse no objeto de estudo também está ligado ao objetivo pessoal de deixar uma contribuição efetiva para as comunidades com as quais a pesquisadora conviveu nos últimos anos.

O relatório encontra-se organizado em cinco Seções primárias, iniciando-se pela Introdução, seguida de três Seções primárias e das Considerações Finais. A segunda Seção tem por objetivo abordar a trajetória metodológica da pesquisa, e a partir dela apresentar os objetos de estudo, a fim de contextualizá-los e caracterizá-los, sendo primordial para a compreensão do trabalho. Para tal, são expostas a localização, a formação histórica e os aspectos socioeconômicos dos municípios de Catalão (GO) e Ouvidor (GO) e, sobretudo das comunidades rurais de Coqueiro, Macaúba, Ouvidor dos Cláudios e Coruja.

Em busca dessa caracterização, a Seção inclui a discussão conceitual da categoria geográfica “Território”, além de uma abordagem ao conceito de agricultura familiar. Esses dois aspectos são elementares para o entendimento da dinâmica territorial/ socioespacial das áreas de estudo.

A terceira Seção está dedicada à contextualização sobre o Setor Mineral, em âmbito nacional e local, a fim de conhecer seus aspectos socioeconômicos, os quais influem de maneira demasiada na economia e na formação territorial brasileira. Destaca-se a última subseção onde são abordados os aspectos e as consequências da (re) territorialização das comunidades rurais de Coqueiro, Macaúba, Ouvidor dos Cláudios e Coruja, sob as perspectivas territoriais, ambientais e sociais.

Na quarta Seção estão concentradas as análises e as interpretações sobre as estratégias e ferramentas de diálogo entre os sujeitos da pesquisa, sendo que esta seção é a parte central do trabalho e a contribuição da autora no processo de compreensão das tramas do território minerador em Catalão (GO) e Ouvidor (GO). Por isso, a quarta Seção traz os resultados da pesquisa documental realizada pela pesquisadora, que compilou e analisou as publicações ocorridas em veículos de comunicação – imprensa e institucional – entre os anos de 2019 e 2023, relativas ao relacionamento entre as Comunidades e as Empresas Mineradoras. Para essa discussão considerou-se relevante a abordagem teórica do conceito de diálogo, bem como a análise das políticas públicas, compromissos e princípios internacionais que regem o Setor de Mineração no que se refere às suas responsabilidades com as comunidades onde desempenham suas atividades.

As Considerações Finais complementam o trabalho por meio das interpretações da autora e recomendações, caso se façam pertinentes. Apresenta-se ainda as Referências, as quais compõem a base científica que sustenta a pesquisa e esta Dissertação.

2 A PESQUISA QUALITATIVA E O CONHECIMENTO DA ÁREA DE PESQUISA

A construção do pensamento científico carece da adoção de uma metodologia clara e eficiente para atender aos objetivos da pesquisa e garantir o caráter técnico-científico proposto pelo estudo. Portanto, a primeira parte dessa Seção aborda a trajetória metodológica da pesquisa, ao demonstrar as escolhas feitas pela pesquisadora e trazer à discussão, a valia dos aspectos metodológicos para a produção da Ciência. Para a construção do relatório utilizou-se do método qualitativo, com a realização de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, as quais subsidiaram as discussões e as análises dos pressupostos estabelecidos.

A partir da análise metodológica, a Seção segue para a apresentação da área de estudo, inicialmente, contextualizando e caracterizando os municípios de Catalão (GO) e de Ouvidor (GO), por meio de suas localizações, formações históricas e aspectos socioeconômicos.

Na sequência, afunila-se a apresentação da área de estudo para as comunidades rurais de Coqueiro, Macaúba, Ouvidor dos Cláudios e Coruja. Todavia, a caracterização das comunidades somente é possível ser realizada em seguida à discussão conceitual da categoria geográfica “Território”, selecionada pela pesquisadora por melhor representar o dinamismo histórico e socioambiental que transforma o espaço em questão.

Após o debate sobre o conceito de território, a última subseção dedica-se à compreensão das comunidades do estudo, como se formaram e os que as representam social, econômico e culturalmente. Opta-se como base teórica, pela discussão sobre a agricultura familiar, já que o conceito reflete a realidade dessas Comunidades Rurais.

2.1 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O processo científico é caracterizado pela produção de determinado conhecimento a partir de uma investigação da pesquisadora, que segue procedimentos técnicos confiáveis. A esse processo denomina-se metodologia de pesquisa, ou seja, o caminho a ser percorrido pela pesquisadora até a apresentação de um resultado que não apenas reproduza os estudos existentes, mas que entregue uma contribuição ao conhecimento científico. Para a realização dessa pesquisa, a metodologia apresentada busca compreender o papel da mineração no processo de (re)territorialização das comunidades rurais, por meio da análise do diálogo entre as comunidades Coqueiro, Macaúba, Ouvidor dos Cláudios e Coruja, localizadas nos municípios de Catalão e de Ouvidor, em Goiás, e as Empresas Mineradoras da região. Segundo Bunge (1972), os procedimentos metodológicos adotados para a pesquisa devem ter as

finalidades de acumulação e compreensão dos fatos que foram levantados. Mendes e Pessôa (2009) afirmam que:

[...] o objetivo do método é o de auxiliar o pensar sobre si mesmo, com o intuito de responder ao desafio da complexidade dos problemas e, assim, permitir a verificação ou a refutação das hipóteses e propiciar a produção do conhecimento. O método científico incorpora os instrumentos responsáveis pela materialização das ideias formuladas por meio dos procedimentos metodológicos (técnicas) (Mendes; Pessôa, 2009, p. 513).

Outro aspecto relevante é que a seleção do método e dos autores é reflexo da identidade do indivíduo, demonstrando as escolhas filosóficas, políticas e sociais do pesquisador. Para Sposito (2004) “[...] o método não pode ser abordado do ponto de vista disciplinar, mas como instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador.” (Sposito, 2004, p. 23).

A presente pesquisa adota o método qualitativo, criado para atender às necessidades das Ciências Humanas, visto que o objeto de estudo destas Ciências não é passivo ao sofrer os fenômenos, não esgotando, portanto, sua compreensão apenas sob a análise dos aspectos quantitativos (Triviños, 1987). Embora a pesquisa qualitativa tenha surgido como método de investigação científica ainda no século XIX, desenvolvida por antropólogos e posteriormente por sociólogos, é a partir de 1960 que o método ganha força, sendo adotado por outras áreas de conhecimento, em especial pela administração de organizações (Godoy, 1995).

A pesquisa qualitativa perpassa a quantificação, apoiando-se na interpretação dos fenômenos sociais. Godoy (1995) afirma que “...a melhor maneira para se captar a realidade é aquela que possibilita ao pesquisador "colocar-se no papel do outro", vendo o mundo pela visão dos pesquisados.” (Godoy, 1995, p. 62, grifo do autor), por isso os estudos qualitativos voltam-se fundamentalmente para a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Para sua execução é necessário o estabelecimento de um problema, uma coleta e uma análise das informações. Essa última parte é intangível, considerando que a análise será construída a partir do conhecimento do pesquisador, adotando um aspecto parcial.

Nessa Seção a pesquisadora utiliza-se das etapas de pesquisa teórica e documental. A primeira permite fundamentar teórico e conceitualmente os temas abordados, por meio do levantamento e leitura das bibliografias pertinentes, que permitem uma discussão fundamentada sob a ótica de autores com diferentes visões. Conhecer profundamente a produção científica existente, evita a duplicação de conhecimento, aproximando o pesquisador do seu objetivo de

se dedicar a trazer algo novo, que preencha lacunas ou traga novas visões e questionamentos que sejam relevantes para a ciência (Bianchi, 2002).

Autores como Ratzel (1901), Gottman (2012), Raffestin (1993), Santos (1985, 1996, 2002 e 2007), Saquet (2004 e 2007), Haesbaert (1999, 2004 e 2007) serviram como base teórica no entendimento sobre território e identidade territorial. Já Kautsky (1972), Chayanov (1974), Abramovay (2007), Lamarche (1993), fundamentaram o debate sobre agricultura familiar, complementado pelas pesquisas de Wanderley (2001) e Tedesco (2001), Buainain (2006), Mendes (2005) e Silva (2015).

Em complemento à bibliografia, realiza-se a pesquisa documental, caracterizada pela busca de dados secundários, que não foram analisados cientificamente, sendo esta sua principal diferença em relação à pesquisa bibliográfica. Para Sá-Silva *et al.* (2009), trata-se de “[...] uma metodologia que se utiliza de métodos e de técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos.” A pesquisadora segue etapas e procedimentos rigorosos, gerando ações que “estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos.” (Sá-Silva *et al.* 2009, p. 4-5). Segundo Alves-Mazzotti (1998, p. 169), “considera-se como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação.” Assim, nessa etapa da pesquisa são considerados dados de órgãos oficiais, associações de classe, arquivos e outras documentações que possam corroborar no conhecimento do tema.

Para conhecer os municípios de Catalão e de Ouvidor, no Estado de Goiás, e mais profundamente as comunidades rurais de Coqueiro, Macaúba, Ouvidor dos Cláudios e Coruja foram selecionadas obras de Estevam (1998), Mendonça (2004), Mendonça e Gonçalves (2015); Gonçalves (2016), Lima (2003), Mendes (2005); Silvério (2007); Venâncio (2008); Mattos (2011), Ferreira (2012) e Silva (2015). Foram consideradas informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Mauro Borges (IMB), Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG), dentre outros, com a coleta de dados geográficos espaciais e sobre a população humana urbana e rural, como índices econômicos e outras informações. Também considerou-se o acesso a websites oficiais das Prefeituras Municipais de Catalão (GO) e Ouvidor (GO) bem como a investigação de documentos oficiais publicados pelos Municípios.

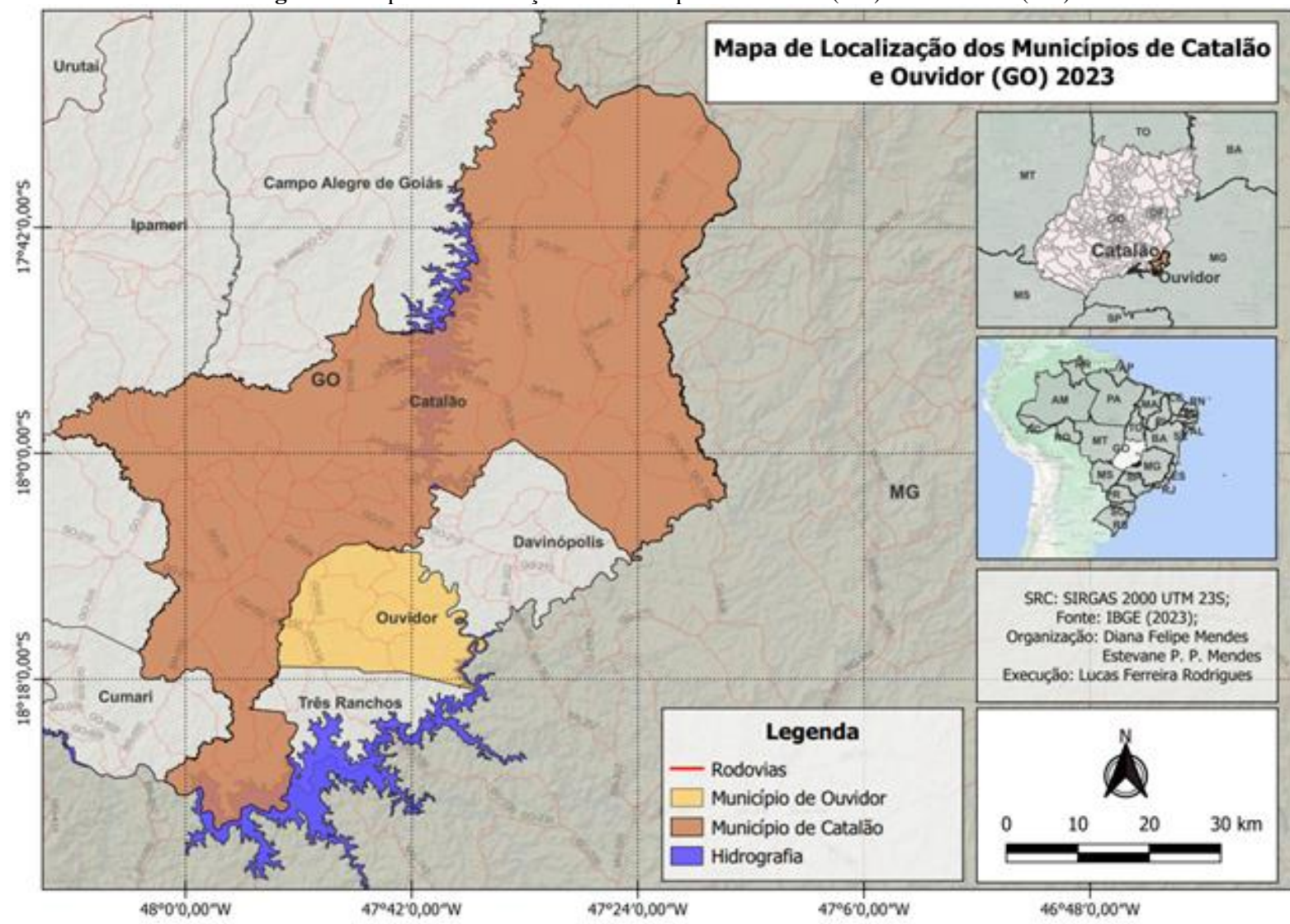
2.2 CATALÃO E OUVIDOR: LOCALIZAÇÃO, FORMAÇÃO HISTÓRICA E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

A caracterização da área de estudo é a etapa que descreve os aspectos de localização, físicos, históricos, sociais, culturais e econômicos que compõem o recorte espacial escolhido pela pesquisadora, contribuindo para a compreensão da conjuntura abordada no problema de pesquisa. Logo, esta subseção é dedicada à compreensão das características gerais dos municípios de Catalão (GO) e de Ouvidor (GO). Em complemento a essa subseção, a caracterização detalhada das Comunidades Rurais foi organizada na subseção seguinte.

A área escolhida para a pesquisa é composta pelas comunidades rurais de Coqueiro e Macaúba, localizadas no município de Catalão (GO) e pelas Comunidades de Ouvidor dos Cláudios e Coruja, localizadas no município de Ouvidor (GO), no Sudeste do Estado de Goiás, região Centro-Oeste do Brasil. A escolha das quatro Comunidades justifica-se por serem aquelas que confrontam diretamente com os empreendimentos minerários, sendo as mais impactadas pelo processo de desterritorialização e (re) territorialização provocado pela mineração.

Tais Comunidades, especialmente Coqueiro e Macaúba vivenciaram, ao longo das décadas, as profundas mudanças sociais e ambientais decorrentes das atividades minerárias. As questões fundiárias, com a desapropriação de propriedades, provocaram o encolhimento no número de famílias presentes na zona rural. As atividades produtivas também foram transformadas, a fim de se adequarem ao novo momento. O compartilhamento do território com as empresas mineradoras trouxe um novo sujeito para a convivência das Comunidades Rurais, as quais passaram a construir formas de interação e relacionamento. Todos esses pontos fazem com que a área escolhida para estudo seja um exemplo da reterritorialização exercida pelo Setor Mineral, sendo, portanto, relevante na compreensão dessa área de pesquisa, conforme demonstra a figura 1.

Figura 1: Mapa de Localização dos municípios de Catalão (GO) e de Ouvidor (GO)



Fonte: IBGE, 2023. Org.: Mendes, D. F.; Mendes, E. P. P (2023).

O município de Catalão está situado na porção Sudeste do Estado de Goiás, na região Centro-Oeste do Brasil, distando-se 250 km da capital do Estado, Goiânia (IMB, 2016). Com uma área territorial de 3.826,3 km² (IBGE, 2010), Catalão limita-se com os municípios de Ouidor, Três Ranchos, Goiandira, Nova Aurora, Cumari, Campo Alegre e Ipameri, todos no estado de Goiás, além de ser limítrofe também aos municípios de Araguari e Cascelho Rico. Além do distrito sede, o município é formado por outros dois outros Distritos, o de Pires Belo e o de Santo Antônio do Rio Verde; e por 21 comunidades rurais, sendo: Pedra Branca, Olhos D'água, Matinha, Riacho, Tambiocó, Sucupira, Coqueiro, Macaúba, Morro Agudo, Cisterna, Ribeirão, Custódia, Mata Preta, Coruja, São Domingos, Pires, Olhos D'água, Anta Gorda, Contendas, Cruzeiro dos Martírios e Paulistas.

A história da formação do município de Catalão remonta ao século XVIII, com as entradas e bandeiras promovidas pelo Império para fomentar o processo de ocupação do interior do País. Território anteriormente habitado pelos grupos indígenas Caiapós (Goyá), Araxás e Cariris (IMB, 2016), é somente a partir das expedições lideradas por Bartolomeu Bueno da Silva¹ que se inicia o povoamento da região. Segundo o Instituto Mauro Borges, as comitivas que por ali passavam a caminho da região aurífera de Goiás, repousavam no entorno do Córrego do Almoço, tornando o local em um centro de abastecimento das bandeiras (IMB, 2016). A construção do Porto Mão de Pau, no Rio Paranaíba, por onde ocorriam as travessias das caravanas também atraiu moradores para a região, promovendo atividades econômicas que intensificaram o desenvolvimento. Sublinha-se o garimpo de diamantes no Rio Paranaíba, com atração de garimpeiros de diversos locais e a coleta do côco de babaçu (*attalea speciosa*), palmeira típica do Cerrado, com alto valor comercial para as indústrias alimentícia, cosmética e de medicamentos.

Entretanto, a ocupação intensa do município de Catalão ocorre no início do século XX, mais propriamente a partir da década de 1910, incentivada pela implantação da Estrada de Ferro de Goiás - obra aprovada ainda no período imperial, como parte do projeto de integração do País. Os trilhos deram uma nova dinâmica comercial ao Estado de Goiás, pois facilitavam a chegada de insumos necessários ao processo de urbanização e industrialização da região central do País, bem como permitia o escoamento da crescente produção agrícola. A construção da

¹A história do Brasil registra dois bandeirantes como Bartolomeu Bueno da Silva, também conhecido como “Anhanguera”, sendo pai e filho. O primeiro fez parte das bandeiras engendradas pela coroa ainda no século XVII, que partiam de São Paulo em direção a Goiás, em busca de descobrir minérios e riquezas em terras goianas, tendo identificado áreas com potencial para o garimpo de ouro. Posteriormente, já na primeira metade do século XVIII, em 1722, o Anhanguera Filho, retorna a Goiás para dar continuidade às pesquisas do pai, em uma comitiva que ficaria nessas regiões por cerca de três anos (Franco, 1954). É durante as expedições do segundo Bartolomeu Bueno da Silva que se inicia o povoamento dos territórios de Catalão (GO) e Ouidor (GO).

ferrovia afetou diretamente o crescimento demográfico, já que muitas das famílias vieram para a região para servirem como força de trabalho na obra e acabaram por se apropriar e se fixar no território, fazendo crescer o povoamento rural e urbano.

Entre as décadas de 1930 e 1960, o Estado de Goiás foi beneficiado pelo Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste, denominado “Marcha para o Oeste”, estabelecido pelo Governo Federal para impulsionar a integração e a harmonização socioeconômica do Brasil. Nesse período, investimentos em infraestrutura, principalmente de transporte e de logística, foram priorizados pelo Governo (Estevam, 1998). Catalão, em sua posição estratégica, favoreceu-se pela transferência da capital do Estado para Goiânia, em 1933 e pelas obras de construção de Brasília, em 1960. Destaca-se a construção da BR-050, que corta o município de Catalão, tornando a região um elo de ligação entre o Norte e o Sul do Brasil.

Segundo o IBGE (2022), Catalão registra uma população de 114.427 pessoas, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,766, estando acima da média nacional que é 0,699 (IBGE, 2010). O Produto Interno Bruto (PIB) do Município é da ordem de R\$ 65.498,10, média muito superior à do estado de Goiás, que é de R\$ 29.732,40 (IMB, 2022) e à nacional, da ordem de R\$ 35.935,74 (IBGE, 2020). Os altos índices decorrem de uma economia diversificada, calcada no agronegócio, na indústria e na rede de serviços e no comércio, colocando Catalão entre os principais expoentes da economia Goiana.

No que concerne ao agronegócio, o município destaca-se pela produção de grãos e commodities agrícolas, principalmente soja, milho, sorgo, arroz, feijão e café, além da criação de aves e gado bovino para corte e leite (IMB, 2016). Seguindo o modelo econômico de produção agrícola fomentado pelo Governo Federal a partir da década de 1960, Catalão recebeu grandes projetos agroindustriais, subsidiados pelo Estado, com a implantação de tecnologias que modernizaram a agricultura e permitiram a produção de commodities. É desse período a criação de políticas públicas diversas de incentivo à agricultura, em nível federal e local, como parte do Programa Nacional de Desenvolvimento (PND), com destaque para a formação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão (EMBRATER), do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO) e do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). Todas essas iniciativas foram primordiais para garantir a modernização da agricultura (Estevam, 1998; Borges, 2007; Arrais, 2007).

Da mesma forma, a predominância de áreas planas no Cerrado e os estudos de viabilidade que demonstraram a qualidade do solo e a disponibilidade de recursos hídricos

foram aspectos importantes para a expansão da fronteira agrícola no Estado de Goiás e em especial na região Sudeste, incluindo o município de Catalão (Matos, 2011).

O processo de “industrialização” da agricultura gerou transformações profundas às paisagens e aos territórios, tanto relacionadas às alterações ambientais e a ocupação do bioma Cerrado, quanto aos aspectos sociais de identidade e cultura das populações. Assim, reflexões mais acentuadas sobre a modernização da agricultura estão registradas em uma próxima subseção, visto que a compreensão da dinâmica do espaço agrário na área de estudo é determinante na construção histórica das comunidades.

A rede de comércio e de serviços de Catalão é ampla e diversificada. Segundo o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), divulgado pelo Ministério da Economia, em 2023, o Município registra 13.590 empresas ativas, sendo que o comércio varejista e o Setor de Serviços respondem juntos por 51,4% das vagas de trabalho ofertadas, posicionando-se como o principal setor para a empregabilidade dos trabalhadores catalanos (RAIS, 2023).

Já a indústria catalana tem seu maior expoente na mineração, com reservas consideráveis de Nióbio, Fosfatos, Titânio e outros minerais. Entretanto, a abordagem sobre o Setor Mineral consta na próxima seção, uma vez que, juntamente com as comunidades rurais, o setor econômico é o sujeito dessa pesquisa e, portanto, merece ser discutido em sua profundidade.

Além da mineração, o Setor Industrial do Município é diverso, com destaque para a presença de empresas multinacionais, como a Mitsubishi Motors Corporation, produtora japonesa do setor automobilístico e a John Deere, empresa americana de montagem de maquinários agrícolas, como tratores, pulverizadores e colheitadeiras. Ambas organizações estão localizadas no Distrito Mineral Industrial de Catalão (DIMIC) que abriga aproximadamente cinquenta empresas de setores diversos, como cerâmica, derivados de cimentos, máquinas agrícolas, fertilizantes, metalúrgica, dentre outras. Em geral, à exceção das empresas supracitadas, os demais negócios são de micro e pequeno porte, tendo como principal função atender as demandas daquelas de grande porte (FIEG, 2020). Vale citar que o município de Catalão, entre as décadas de 1990 e 2000, concentrou um relevante polo de moda íntima, com mais de 150 micro e pequenas indústrias formais e informais (IMB, 2016). Entretanto, a partir de 2010, o Setor foi duramente impactado pela crise econômica, provocando o encerramento das atividades de mais de 60% das microempresas. Apesar dos esforços municipais, o Setor não retomou a produção em níveis anteriores, mas ainda assim é responsável por cerca de 300 empregos no Município. Segundo a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG, 2020), a grande atratividade das empresas em se instalarem no

Município é decorrente de sua posição geográfica estratégica e condições estruturais que favorecem a ligação com os demais polos industriais e portos, tanto por rodovias quanto por ferrovias.

Sobre os aspectos sociais, vale ressaltar que o município de Catalão possui boa infraestrutura de saúde e educação. Os serviços de atendimento à saúde no município de Catalão (GO) são ofertados nas estruturas de quatro (4) unidades hospitalares e uma (1) Unidade de Pronto Atendimento – UPA. Das quatro unidades hospitalares duas pertencem à rede privada. Contudo, ambos os hospitais privados possuem parcerias com o Município para atendimento via SUS, complementando os serviços oferecidos pela rede pública. No que tange ao quantitativo de leitos hospitalares, o município de Catalão (GO) conta com 497 leitos, para uma população de 114.427 habitantes (IBGE 2022), atendendo à orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a disponibilização de 3 a 5 leitos a cada mil habitantes.

A Rede Pública de Ensino conta com 108 unidades escolares de Ensino Básico, de acordo com o Censo Escolar do IBGE (2022). A demanda para o nível de Educação Superior é atendida por 12 instituições, a maior parte caracterizadas como “Polos de Ensino”. Destacam-se a Universidade Federal de Catalão (UFCAT), que oferece 32 cursos de graduação e 18 de pós-graduação (UFCAT, 2023), o Centro Universitário uma (UNA), instituição de ensino privada que reúne número expressivo de universitários e o Instituto Federal Goiano, que além do Ensino Médio Profissional, oferece graduações em nível Superior. A presença das instituições de ensino torna Catalão o polo universitário principal para estudantes da Microrregião e um relevante polo para estudantes do Estado de Goiás e de diversas regiões do Brasil.

Em sequência à caracterização da área de estudo, registra-se o município de Ouvidor, localizado na porção Sul da região Sudeste de Goiás e contíguo aos municípios de Catalão, Três Ranchos e Davinópolis, em Goiás, e Abadia dos Dourados, no Estado de Minas Gerais. Sua área territorial de 411,318 km² (IBGE, 2022) é formada pela Cidade, além de 22 comunidades rurais: Paraíso, Paraíso de Baixo, Paraíso do Meio, Paraíso de Cima, Fazenda da Mata, Boa Vista, Córrego Fundo, Coruja, Salto da Colher, São Miguel, Grotão, Grotinha, Matinha, Água Limpa, Serrinha, Cedro, Ressacão, Barreiro, Perobas, Botafogo, Fazenda Ouvidor dos Cláudios e Chapadão.

A origem do município de Ouvidor está intrinsecamente ligada à inauguração da rede ferroviária, quando, em 1922, se instalou em terras ainda pertencentes ao município de Catalão, uma Estação da Estrada de Ferro Rede Mineira de Viação, que ligava Monte Carmelo, em Minas Gerais, a Goiandira nesse Estado (IBGE, 1958). A região, até então conhecida como

Catuaba (*anemopaegma arvense*) - devido à presença abundante de uma planta de uso medicinal de mesmo nome – começou a concentrar pessoas com a comercialização de produtos para os ferroviários (Ramos, 1984; Freires, 2019). Além da ferrovia, o adensamento populacional também foi provocado pelas obras de construção da ponte sobre o Rio Paranaíba, que ligaria Goiás e Minas Gerais. O Povoado formado recebeu o nome de Ouvidor, mesmo nome dado à Estação Ferroviária da localidade, em decorrência do Ribeirão Ouvidor (Jacob, 2016). Embora a criação do Povoado não seja atribuída a uma única pessoa, nomes como Antônio Ferreira Goulart, Irineu Francisco do Nascimento e Vigilato Evangelista Pereira, dentre outros, são relatados como pioneiros no desenvolvimento da região (Ramos, 1984). Em 1948, Ouvidor é elevado à categoria de Distrito de Catalão e em 1953 à categoria de Município sendo solenemente instalado em primeiro de janeiro de 1954 (IBGE, 1958).

De lá para cá, Ouvidor se consolidou com base na exploração mineral, cuja prospecção geológica tem início ainda na década de 1950. A mineração de Fosfatos e de Nióbio é a responsável pela maior parte dos impostos arrecadados pelo Município, permitindo um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 87.996,06 per capita (IBGE, 2020), o que representa mais do dobro do PIB per capita do Brasil, que é de R\$ 40.688,1 (IBGE, 2021). De acordo com a escolha da pesquisadora, os dados relativos à história e à economia da produção mineral no município de Ouvidor são tratados em seção específica.

A população humana de Ouvidor (GO) é de 7.200 moradores (IBGE, 2022), e o município apresenta um IDH de 0,747, também acima da média nacional². Para além da mineração, a economia do município está estruturada em atividades primárias diversas, como a agricultura de pequeno e de médio porte, para atendimento ao mercado local. Lavouras de milho, feijão, soja e mandioca lideram a produção agrícola, juntamente com a criação de bovinos de leite e de corte e galináceos.

Sobre os aspectos sociais, o Município apresenta duas unidades de saúde pelo SUS (IBGE, 2009), mas não possui estrutura para atendimentos de alta complexidade, destinando pacientes para o município de Catalão (GO), quando necessário. A rede de educação é formada por uma unidade de Ensino Infantil, três unidades de Ensino Fundamental e uma unidade escolar de Ensino Médio (IBGE, 2021). O município não oferece serviços de Ensino Superior,

² No ano de 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil era de 0,727, enquanto o Estado de Goiás registrava um índice de 0,735. Vale analisar que tanto os índices dos dois municípios em estudo, como os índices estadual e nacional estão dentro da faixa considerada alta, correspondente ao intervalo: $0,700 < 0,799$ (Fonte: IBGE, 2022)

de forma que os estudantes de Ouvidor se deslocam diariamente para Catalão em busca de formação universitária.

Em suma, os municípios de Catalão e de Ouvidor, em Goiás, refletem o processo de ocupação territorial e desenvolvimento econômico ocorrido no Estado e na região Central do País, em momentos diversos da formação histórica. Na contemporaneidade colocam-se como municípios com índices sociais e econômicos acima dos nacionais, resultantes do agronegócio e da indústria extrativista mineral.

2.3 O TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES COQUEIRO, MACAÚBA, OUVIDOR DOS CLÁUDIOS E CORUJA

A partir da caracterização geral dos municípios de Catalão e de Ouvidor, a pesquisa foca essa subseção na caracterização e na compreensão dos aspectos sociais, econômicos e identitários das Comunidades Rurais selecionadas como objeto da pesquisa. Dessa forma, faz-se necessário primeiramente, engendrar a discussão conceitual sobre território e identidade territorial, categoria geográfica escolhida para realizar a leitura do espaço geográfico em estudo, uma vez que a apropriação desse espaço pelas Comunidades e pelos empreendimentos minerários denotam relações dinâmicas de poder.

A discussão teórica sobre território é seguida da aplicação do conceito às comunidades, e complementada com o debate epistemológico sobre a agricultura familiar, que essencialmente repercute na formação e na caracterização das comunidades rurais Coqueiro, Macaúba, Ouvidor dos Cláudios e Coruja.

2.3.1 As principais discussões sobre território e identidade territorial

As Comunidades Rurais em estudo, desde o início do século XX, ocuparam a zona rural dos municípios de Catalão (GO) e Ouvidor (GO). Ao se estabelecerem, instituíram ali um modo de vida, uma dinâmica social, cultural e econômica própria, convertendo o espaço a território. Essa seção aborda o conceito de território e identidade territorial, os quais se aplicam à realidade das comunidades em estudo.

A evolução do pensamento geográfico concebeu a conceituação de cinco categorias-chave da Geografia, cujo objetivo é direcionar os estudos sobre as relações entre o ambiente e o homem. A principal delas é o espaço geográfico, no qual ocorrem todos os fenômenos analisados e interpretados pela Ciência Geográfica. Soma-se ao espaço geográfico, as

categorias território, região, paisagem, ambiente e lugar, a fim de abranger a complexidade dos fenômenos estudados.

O conceito de espaço geográfico foi abordado por autores em diferentes momentos e conjunturas da Ciência Geográfica, não havendo necessariamente uma definição uníssona e imutável. Ao contrário, um consenso plausível entre teóricos de linhas de pensamento distintas, desde os mais clássicos aos contemporâneos, é que a produção do espaço geográfico é dinâmica, acompanhando os movimentos históricos, cotidianos e escalares (Saquet, 2005, p.35). Friedrich Ratzel (1844-1904)³, um dos grandes expoentes dos estudos geográficos, aborda o espaço como “...base indispensável para a vida do homem”, sendo que o domínio do espaço torna-se em elemento crucial de sua história, não havendo, portanto, uma dissociação entre homem e espaço físico. Essa perspectiva balizou os estudos de autores brasileiros como Santos (2009), para o qual o espaço define-se “[...] como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (Santos, 2009, p. 21). Destarte, o espaço geográfico consiste no efeito da ação humana sobre o espaço natural, resultado da produção do homem em tempos distintos, a partir da necessidade de relacionar-se entre si, consigo mesmo e com a natureza (Santos, 2009, p. 106).

Para Santos (1978), a temporalidade é o aspecto primordial da expressão espacial, que se constitui como:

[...] um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja a aceleração é desigual (Santos, 1978, p. 122).

É sobre a produção constante da organização do espaço pelo homem através do tempo, que este estudo se desdobra para analisar e compreender o conceito de território e, a partir dele, o de identidade territorial. A categoria território se materializa no, e com, o espaço geográfico, produzindo um enlace em que um está contido no outro, transformando-se mutuamente. É um processo de apropriação do indivíduo, o qual produz aspectos simbólicos e de identidade ao espaço.

As primeiras noções de território foram elaboradas pelo já citado Friedrich Ratzel (1844-1904), pesquisador alemão cujas obras retratam a produção científica da segunda metade

³ Friedrich Ratzel (1844 – 1904) foi um pensador alemão considerado como um dos principais teóricos clássicos da Geografia, além de precursor da Geopolítica e do Determinismo Geográfico. Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/friedrich-ratzel.htm>.

do século XIX, em uma Alemanha imperialista. Na linha de frente dos principais teóricos que consolidaram a Geografia enquanto ciência, Ratzel (1844-1904) obteve formação naturalista, com ampla dedicação e afinidade aos estudos do evolucionismo, adotando uma abordagem teórico metodológica positivista, o que lhe rendeu o título de pai do “Determinismo Geográfico”. Seus estudos também deram origem ao que hoje chamamos de Geopolítica, estruturando o olhar geográfico na perspectiva política e administrativa. Por esses motivos, foi duramente criticado por estudiosos que alavancaram a Geografia do início do século XX a partir da “Escola Francesa Possibilista” proposta por La Blache⁴ e Febvre⁵.

Apesar da ligação com a corrente determinista que primava pela fragmentação epistemológica e rigidez quanto aos objetos de estudo, a contribuição de Ratzel para a Ciência Geográfica e para o conceito de território deve ser vista de maneira mais ampla, já que o autor é um dos primeiros a propor uma abordagem integrada entre os fenômenos naturais e os humanos. A noção de território de Ratzel não se resume exclusivamente à ótica materialista, mas considera também uma visão idealista da natureza. Haesbaert (2004) em seus estudos sobre território e territorialização lembra que, de acordo com Ratzel “...é no elo indissociável entre uma dimensão natural, física e uma dimensão política (que aqui se confunde com estatal) do espaço que o território se define. Esta concepção [...] vê o território como fonte de recurso para a reprodução da sociedade” (Haesbaert, 2004, p. 66).

O conceito de território ficou adormecido durante a primeira metade do século XX, tendo sido retomado, a partir de 1950 pelos estudos geográficos de Jean Gottman⁶, fortalecendo o conceito de território iniciado por Ratzel para além da dimensão material, valorizando a dimensão abstrata e simbólica, como variante para a formação territorial. O autor reflete sobre o território como:

[...] uma porção do espaço geográfico, ou seja, espaço concreto e acessível às atividades humanas. Como tal, o espaço geográfico é contínuo, porém repartido, limitado, ainda que em expansão, diversificado e organizado. O território é fruto de repartição e de organização. Tal como todas as unidades do espaço geográfico, ele deve ser, em teoria, limitado, embora seu formato possa ser modificado por expansão, encolhimento ou subdivisão (Gottman, 2012, p. 525).

⁴ Paul Vidal de La Blache (1845 – 1918) foi um geógrafo francês e um dos nomes mais lembrados quanto estudioso da história do pensamento geográfico. Fonte: <https://www.google.com/search?q=latblach&sca-esv>.

⁵ Henri Lefebvre (1901 – 1991) foi um filósofo marxista e sociólogo francês que estudou a produção do espaço, tecendo discussões à teoria da produção do espaço urbano e a conceituação de natureza. Fonte: <https://rber.ampur.org.br/article/view/7259>.

⁶ Jean Gottmann (1915 – 1994) foi um geógrafo francês que estudou a região urbana da megalopode do Nordeste, considerando os subcampos da Geografia Urbana, Política, Econômica, Histórica e Regional na Geografia Humana. Fonte: <https://www.google.com/search?q=jean+gottmann&sca-esv=>.

Sob o ângulo político-administrativo, Gottman (2012) deixou importantes contribuições para a geopolítica, ao tratar a categoria território como conceito político e geográfico:

[...] uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia. Ele também serve para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais. Podemos, portanto, considerar o território como uma conexão ideal entre espaço e política. Uma vez que a distribuição territorial das várias formas de poder político se transformou profundamente ao longo da história, o território também serve como uma expressão dos relacionamentos entre tempo e política. (Gottman, 2012, p. 523).

A partir da década de 1970, as discussões sobre território e territorialidade ganham novo fôlego, na tentativa epistemológica de explicar as profundas mudanças provocadas pela tecnologia e pela modernização: a multiterritorialidade, a fragmentação territorial e os conflitos estabelecidos entre os diversos atores no território. Nesse cenário, o geógrafo Raffestin (1993) reforça o conceito de território como uma produção a partir do espaço, uma construção política, ligada às relações de poder. Para ele, o poder é inerente às relações sociais e se coloca como fator determinante na formação do território, a partir da apropriação do espaço, de forma concreta ou abstrata por um “ator sintagmático” que territorializa o espaço.

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (Raffestin, 1993, p. 143-144 – grifo do original).

Nesse contexto, Raffestin (1993) dispõe um sistema territorial formado por nós e redes organizadas hierarquicamente e que delimitam as práticas de poder no espaço que forma o território. Essas redes são heterogêneas e interligadas por elementos que as complementam e que funcionam como instrumento para o exercício do poder. Por esse caminho, o autor aborda o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR), que são estudados também por outros autores para dar luz às mudanças territoriais engendradas com a globalização e a tecnologia.

Os estudos brasileiros sobre o conceito de território tomam forma a partir das décadas de 1960 e 1970 - calçados nos princípios do materialismo histórico-dialético - com as obras do

geógrafo Milton Santos (1926 – 2001), principal expoente da Geografia no Brasil. O autor retorna ao conceito em momentos diversos, atentando sempre para a importância da compreensão da categoria território de maneira mais abrangente e expressiva, pois, é na base territorial que tudo acontece, as territorializações e reterritorializações, as novas configurações que influenciam o espaço mundialmente. Primando por uma análise sob a ótica econômica e política, inicialmente, Santos (1978) enxerga o território a partir da relação com o Estado e em sequência como a organização de objetos na paisagem. A partir da década de 1990, Santos transita para o conceito de território usado e multiescalar, no qual soma-se à materialidade, uma proporção social, formatada pelas relações interpessoais dentro de um determinado espaço. Para o autor,

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si [...] o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado (Santos, 2007, p. 14).

Ainda segundo Santos (2007), o território constitui-se a partir das técnicas utilizadas pelo homem sobre o espaço, as quais dão forma a esse mesmo espaço. É pela intensidade das técnicas assumidas e pela diferença das tecnologias aplicadas que se distinguem os territórios. Portanto, cada território é singular em seus atributos sociais, políticos, econômicos, culturais, identitários. E mais, suas particularidades transformam-se de acordo com a dinâmica da sociedade ao longo da história. Essa percepção espaço-temporal é importante para compreender o conceito de território de Santos (1985), pois a história, com seu passado e presente, implica em fatos e relações entre todos os atores do território, os quais mudam o seu papel e sua posição ao longo do tempo. “O que nos interessa é o fato de que cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo.” (Santos, 1985, p. 9).

A evolução do pensamento miltoniano com uma leitura plural sobre o território o faz abarcar uma nova variável para o entendimento do conceito: o trabalho. Para o autor, a divisão do trabalho provocada pela complexidade da organização do capital promove, conseqüentemente, a divisão territorial, o que explica as hierarquias territoriais, à medida que cada território assume atividades, técnicas e recursos distintos, numa ausência de homogeneidade e continuidade (Santos, 1996). Nesse processo, o território apresenta usos múltiplos, com superposições sociais e territoriais que evoluem no espaço e no tempo.

O geógrafo Rogério Haesbaert (2004) também dedicou esforços à compreensão de território, classificando-o em quatro vertentes principais: a política, a econômica, a cultural e a naturalista. Para cada vertente, Haesbaert (2004) sintetiza o conceito de território, a saber:

[...] política: o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

[...] econômica: o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.

[...] cultural: o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

[...] Posteriormente, acrescentamos ainda uma interpretação naturalista, que se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente ao que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico (Haesbaert, 2004, p. 40 – grifos do original).

Apesar dessa classificação, a análise de Haesbaert (2004) confirma uma visão integradora do conceito de território, que supere a fragmentação. Para esse autor, o território é o resultado dos aspectos materiais/físicos e suas funcionalidades e dos aspectos simbólicos provenientes da apropriação do espaço-tempo vivido, não havendo dissociação entre eles. Ao se analisar a etimologia da palavra, a definição de território está ligada à ótica de dominação e apropriação, estando assim, intrinsecamente relacionada ao poder.

Poderíamos dizer que o território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais 'subjéctiva' e/ou 'cultural-simbólica' (Haesbaert, 2004, p. 95-96, grifo do autor).

Essa multiplicidade de manifestações é também uma multiplicidade de poderes incorporados ao território e ao processo de territorialização por meio dos múltiplos sujeitos envolvidos (Haesbaert, 2007, p. 22). O autor constata, portanto que:

[...] devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. Os objetivos do controle social através de sua territorialização variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo (Haesbaert, 2007, p. 22).

Também Saquet (2007) discute o território como uma produção das relações de poder de determinado grupo social no espaço-tempo, o que se aplica à relação entre os

empreendimentos minerários e as comunidades rurais do estudo. O poder econômico do Setor Mineral influencia diretamente sobre as transformações do território, de modo que as comunidades rurais sofrem a imposição da presença da atividade mineral. Saquet (2007) afirma ainda que esse processo pode acontecer em diversas escalas, ser temporário ou permanente e indissociável em relação à natureza:

O território é apropriado e construído socialmente, resultado e condição do processo de territorialização; é produto do processo de apropriação e domínio social, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais, nas quais, a natureza exterior ao homem está presente de diferentes maneiras. (Saquet, 2007, p. 58).

Saquet (2007) promove importantes contribuições aos estudos da territorialização, desterritorialização e reterritorialização, que pode ser vista no território minerador dos municípios de Catalão (GO) e Ouvidor (GO). Para o autor:

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias des-territorialidades e as re-territorialidades. Estes processos (des-re-territorialização) são concomitantes, nos quais, a natureza exterior ao homem é um dos componentes importantes (Saquet, 2007, p. 69).

Associada ao estudo do conceito de território desenvolve-se também a busca pela compreensão da identidade territorial, conceito relevante para a compreensão dessa pesquisa. O termo identidade pode referir-se tanto à individualidade e pessoalidade quanto a relação do indivíduo com a coletividade e o meio. Para essa pesquisa considera-se o enfoque da identidade enquanto construção social, à medida que os distintos atores em distintos territórios produzem identidades que podem estar vinculadas à fatores econômicos, culturais, religiosos dentre outros. Haesbaert (1999) afirma que:

[...] é uma identidade definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social (Haesbaert, 1999, p. 72).

A identidade territorial é assim a expressão de pertencimento de um grupo social a um determinado território. A elaboração dessa identidade acontece por meio das relações

territoriais, constituídas de elementos materiais e imateriais que direcionam o desenvolvimento social e histórico do grupo. Saquet (2007) ressalta esse raciocínio ao afirmar que:

[...] a identidade é territorial e significa, além de pertencimento a um certo lugar, o resultado do processo de territorialização, com elementos de continuidade e estabilidade, unidade e diferencialidade. O território é produto e condição social, influenciando na constituição de identidade local em virtude de ações coletivas; tem um conteúdo dinâmico e ativo, com componentes objetivos e subjetivos, nos níveis local e extralocal. (Saquet, 2007, p 152).

Vale pontuar que a identidade territorial é viva e sua complexidade corresponde ao dinamismo e pluralidade do território. Portanto, temos que compreender que a cada mudança dos elementos territoriais, as identidades também podem ser alteradas. Saquet (2004) apresenta uma visão múltipla e agregada dos aspectos econômicos, políticos e culturais, os quais são continuamente dinâmicos, o que torna o movimento ponto essencial na constituição do território e da identidade territorial. Saquet (2007) resume:

No território, há temporalidades e territorialidades, descontinuidades; múltiplas variáveis, determinações e relações recíprocas e unidade. É espaço de vida, objetiva e subjetivamente; significa chão, formas espaciais, relações sociais, natureza exterior ao homem; obras e conteúdos. É produto e condição de ações históricas e multiescalares, com desigualdades, diferenças, ritmos e identidade(s). O território é processual e relacional, (i)material (Saquet, 2007, p. 73).

Diante do exposto depreende-se a existência de correntes diversas mas, quase sempre complementares, no entendimento conceitual de território e identidade territorial. Nota-se um consenso na análise dos conceitos, voltado para uma visão integradora e multidimensional, onde todos os fenômenos materiais e imateriais são relevantes para a formação do território sobre o espaço geográfico em um determinado tempo.

Essa pesquisa segue a linha abordada por Haesbaert (1999; 2004) e Saquet (2007), por ser a que mais se aproxima da dinâmica das comunidades rurais de Catalão (GO) e Ouvidor (GO). A visão é sistêmica, em que o material – a terra - e o imaterial – o simbólico não se dissociam, compondo um território peculiar e em movimento.

2.3.2 Formação e caracterização: terra, agricultores e comunidade

A discussão conceitual de território e identidade territorial dá sustentação para uma análise mais profunda do território que compõe as Comunidades Coqueiro, Macaúba, Ouvidor

dos Cláudios e Coruja. Assim, essa subseção é dedicada à história de formação e aos aspectos socioeconômicos, culturais e identitários que caracterizam as Comunidades do estudo. Para tal, é pontuado o conceito de agricultura familiar, posto que esse é o eixo principal na assimilação da dinâmica de vida dos agricultores desses territórios.

Ressalta-se que a pesquisa documental e bibliográfica sobre as Comunidades de estudo identificou informações mais completas acerca das comunidades Coqueiro e Macaúba, pertencentes ao município de Catalão, de modo que ambas foram objetos de estudo de pesquisadores sob vieses diversos. Por outro lado, há dificuldades na busca de dados históricos sobre a formação das comunidades Ouvidor dos Cláudios e Coruja, no município de Ouvidor, não tendo sido identificados, até o momento, documentos exclusivos à cerca das duas Comunidades. Não obstante, há documentos sobre a zona rural do município de Ouvidor que suportam a caracterização dessas comunidades rurais. Ademais a discussão sobre as características do modo de vida dos agricultores familiares amplia-se às quatro Comunidades em estudo, por tratar-se da formação de um mesmo território, no sentido histórico, cultural e socioeconômico, que posteriormente seria afetado pelo processo de exploração mineral. Portanto, o limite territorial administrativo entre os dois Municípios contíguos não impede que a área de estudo seja tratada de maneira uníssona, sob os aspectos acima citados.

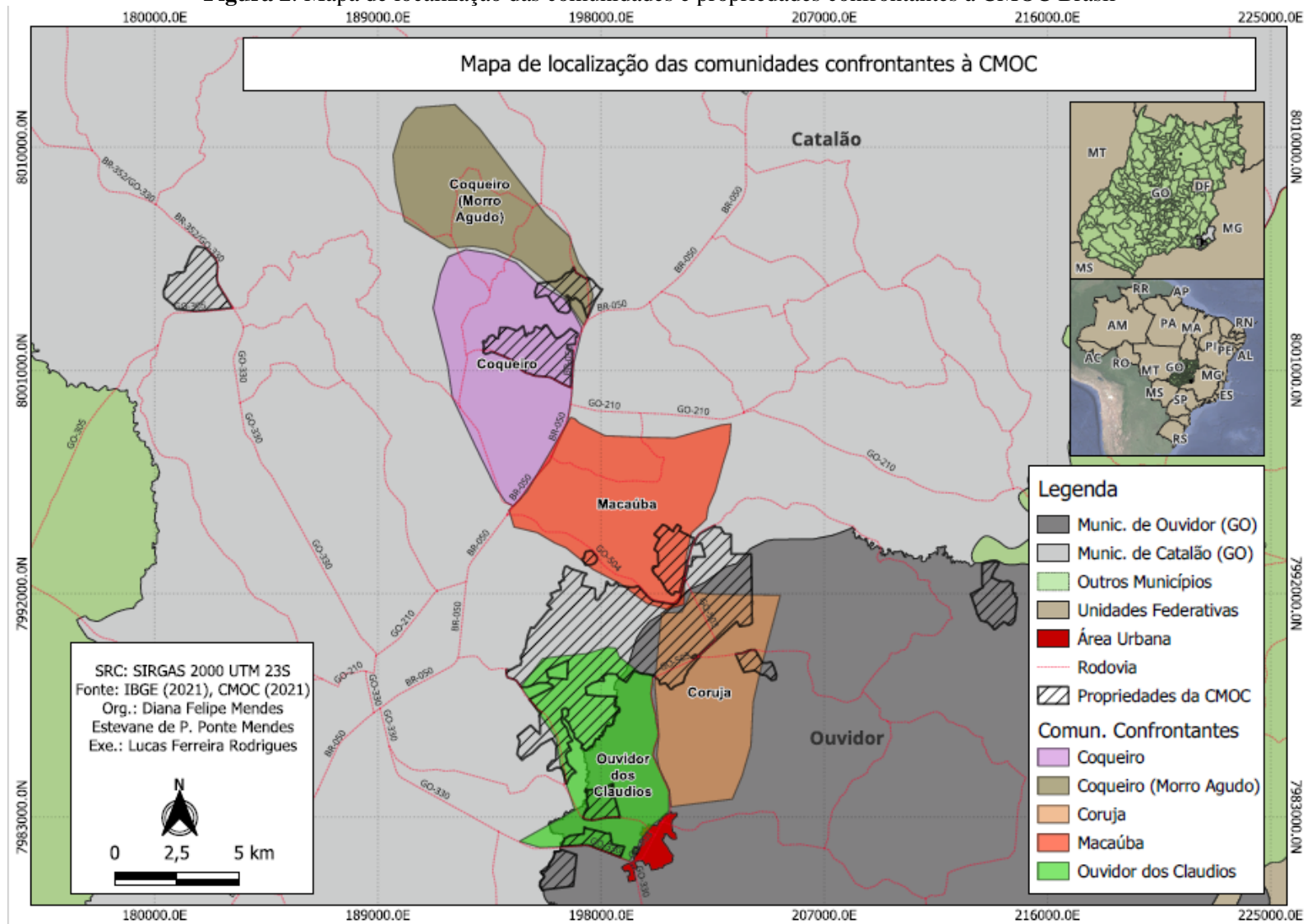
As Comunidades Macaúba e Coqueiro, no município de Catalão, distam cerca de 15 km da Sede Municipal, com acesso pela BR-050, sentido Brasília (DF). A comunidade rural de Coqueiro está localizada ao lado esquerdo da rodovia federal, sendo delimitada de um lado pela Comunidade Rural Olhos D'Água e de outro pelas operações da Mina de Nióbio da empresa CMOC Brasil. Já a Macaúba possui acesso inicial pela BR-050, e depois pela GO-504. As duas rodovias delimitam a Comunidade, juntamente com as empresas mineradoras CMOC Brasil e Mosaic, que realizam a extração do minério Fosfatos.

As comunidades do município de Ouvidor, Coruja e Ouvidor dos Cláudios, localizam-se respectivamente a 5 e 12 km de distância da Sede Municipal. O acesso à comunidade Coruja se dá pela GO-503, enquanto o acesso à comunidade Ouvidor dos Cláudios pode ser realizado tanto pela mesma rodovia estadual quanto pela Rodovia Municipal Av. Presidente Medici, em Catalão, uma vez que a comunidade está localizada exatamente na fronteira entre os dois Municípios.

As duas comunidades confrontam com as operações de beneficiamento de produtos fosfatados pela Mineradora CMOC Brasil, além de que a comunidade Ouvidor dos Cláudios convive lado a lado com a barragem de rejeitos da mesma mineradora. Vale pontuar que em ambos os Municípios não há uma divisão territorial formal entre as comunidades rurais, sendo

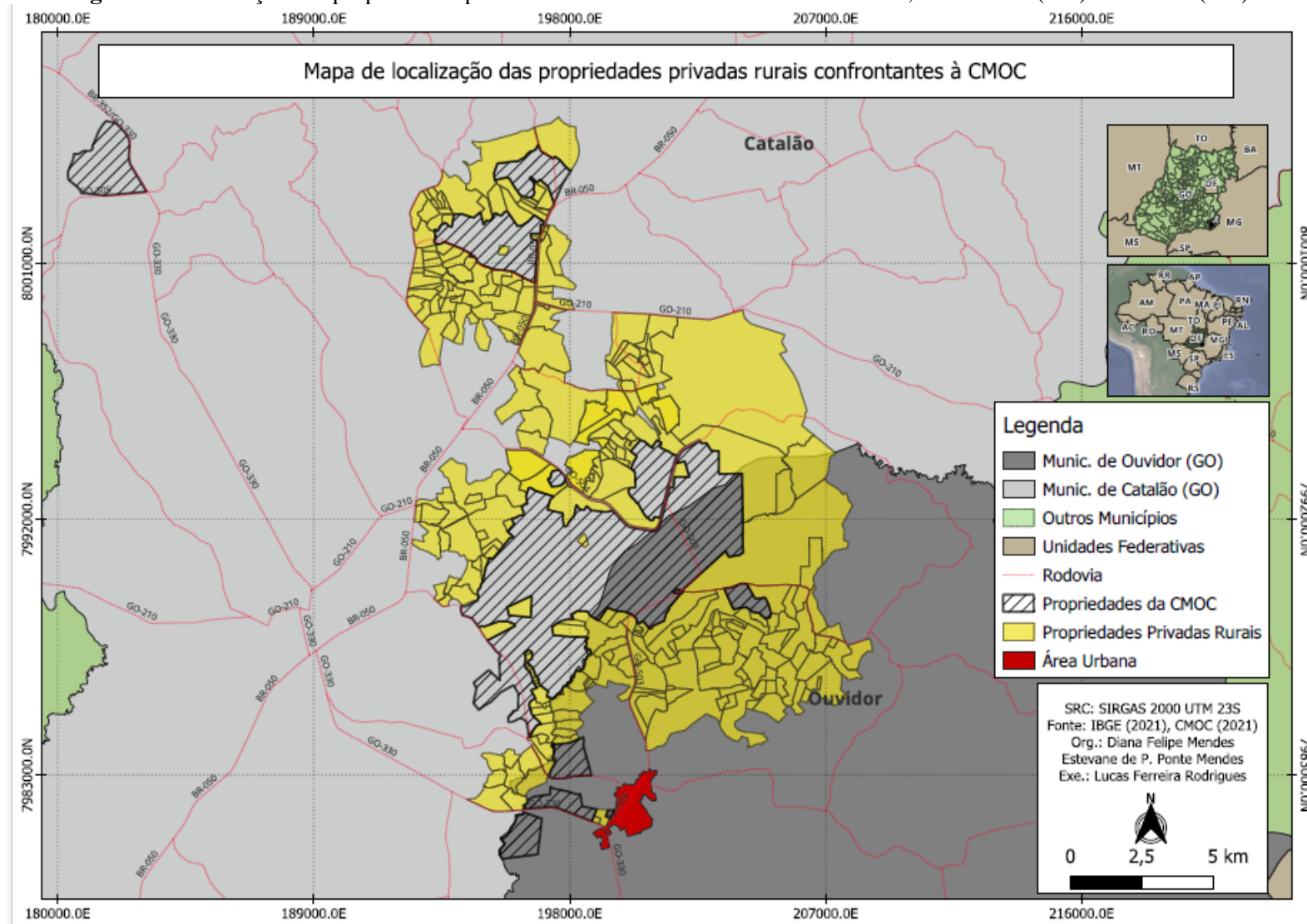
a delimitação realizada oralmente pelos próprios moradores. As propriedades limítrofes entre uma e outra Comunidade, podem ser atribuídas a mais de uma comunidade, a depender do morador. Para a construção do cartograma, conforme mostram as figuras 2 e 3, considerou-se como limite das comunidades os maiores consensos entre os proprietários da região.

Figura 2: Mapa de localização das comunidades e propriedades confrontantes à CMOC Brasil



Fonte: IBGE (2023). Org. Mendes, D. F.; Mendes, E. P. P. (2023).

Figura 3: Localização das propriedades privadas rurais confrontantes à CMOC Brasil, em Catalão (GO) e Ouidor (GO).



Fonte: IBGE (2023). Org. Mendes, D. F.; Mendes, E. P. P. (2023).

O princípio da formação das comunidades rurais⁷ no Brasil data do fim do século XIX e das primeiras décadas do século XX, em decorrência da construção da rede ferroviária. Da mesma forma que, nesse período, intensificou-se a migração para os povoados dando origem às cidades – zonas urbanas - de Catalão e Ouidor, houve também a chegada de imigrantes provenientes da região Sudeste do Brasil, que “buscavam locais para se fixarem e darem início às plantações e criações de pequenos rebanhos e aves, com finalidade exclusiva de garantir o da família” (Mendes, 2005, p.190) iniciando a territorialização das pessoas nas áreas rurais da região.

Naquela época, as áreas rurais dos futuros Municípios ficaram conhecidas pelo nome das fazendas mais relevantes de cada localidade, não havendo ainda a constituição enquanto comunidade (Guimarães, 2010). Nos anos seguintes, as grandes glebas de terra começaram a ser divididas entre os próprios familiares, principalmente para os filhos, demonstrando uma das principais características da agricultura familiar no Brasil, que é a manutenção do patrimônio fundiário dentro da própria família, por meio da herança em terras, provocando um alto grau de parentesco entre os moradores. Assim, as antigas fazendas deram nome às comunidades que surgiram com as pequenas aglomerações mais ou menos concentradas (Mendes, 2005, p. 166).

Em sua pesquisa sobre as comunidades rurais de Catalão, Guimarães (2010) atribui a formação da comunidade Macaúba, como a conhecemos hoje, a partir da construção do Centro Comunitário da Igreja Católica que funcionou como ponto de encontro dos moradores daquela região não somente para as rezas, como também para discutirem os problemas da Comunidade (Guimarães, 2010). A construção da primeira Igreja da Macaúba, conforme relata Ferreira (2012), foi liderada por um membro da Comunidade, com a mobilização de vizinhos para levantar recursos financeiros, materiais e mão-de-obra. A origem da comunidade rural Coqueiro é de 1899, conforme relatos dos moradores, quando membros das famílias Duarte, Arcanjo e Tomé, de origem portuguesa, migraram para a região em busca de terras de boa qualidade e com preço acessível (Mendes, 2005, p. 172). Embora não tenham sido encontradas informações específicas sobre as comunidades Ouidor dos Cláudios e Coruja, o surgimento é atribuído ao

⁷ “Comunidade rural” é adotada pela pesquisadora para se referir a um grupo social que vive em área rural e compartilha atividades, costumes e tradições. Em seu estudo das comunidades rurais de Catalão, Mendes (2005) justifica que o termo é “usado localmente por profissionais e órgãos que trabalham a questão no município” (Mendes, 2005, p. 166). Ressalta-se que vários autores buscam a definição de comunidade rural, iniciando pelo entendimento do conceito de “rural”. Na contemporaneidade, em decorrência da modernização tecnológica, há um consenso que o rural e o urbano se misturam e fazem parte de um mesmo complexo, dificultando uma separação clara entre eles. Porém, considera-se como rural “um conjunto de formas e de atividades ligadas à vida do campo” (Pierre, 1992).

início do século XX, quando, segundo Ramos (1988) moradores viviam na sua grande maioria na zona rural, assim como os demais goianos (70%).

Ao buscar subsídios na pesquisa bibliográfica e documental que permitissem contextualizar as Comunidades do estudo depara-se com a característica mais intensa e por isso norteadora das famílias que as compõe: a relação com a terra. A formação das comunidades apenas se deu a partir da relação dos indivíduos com o espaço em si, ou seja, com a terra como meio de produção e instrumento principal para a construção da dinâmica do trabalho. Assim, é a partir da relação com a terra que os moradores dessas comunidades rurais sobrevivem e transformam o espaço natural em espaço vivido, em território.

Para muito além da questão econômica, a relação das comunidades com a terra também é responsável por formatar as relações sociais e de poder, a formação dos vínculos afetivos, culturais, as crenças religiosas e os valores individuais e coletivos. Ou seja, a partir da territorialização do espaço para a finalidade de produção e de consumo constrói-se todo um modo de vida, uma organização social que caracteriza uma identidade geográfica e social muito peculiar da comunidade.

Nesse sentido, as famílias que compõem as comunidades estudadas possuem uma identidade territorial caracterizada na agricultura familiar, composta pelo tripé terra – trabalho – família, podendo-se afirmar que os aspectos territoriais e de identidade das comunidades estão intrinsecamente ligados à apropriação da terra para a produção, de forma a permitir a sobrevivência da unidade familiar. Sobre esse aspecto é que são construídos os demais vínculos, sejam eles sociais ou culturais.

Os fatores apresentados constituem a construção de uma vida, de toda uma história que conjuga terra, trabalho, família e cotidiano. Procuram descobrir e inventar caminhos para continuarem na terra. A terra, para esses produtores, encerra mais que o significado de meio de produção, é um meio de sobrevivência, é a sua história de vida (Mendes, 2005, p. 190).

É justamente pelo protagonismo da relação homem/terra nessas comunidades, que se faz necessário compreender as definições de agricultura familiar, por meio da discussão teórico-conceitual. Portanto, os próximos parágrafos são dedicados à revisão literária de autores com interpretações distintas. Sublinha-se que as discussões sobre a agricultura familiar, especialmente no Brasil, são recentes e não estão fechadas, havendo um dinamismo nos debates, de acordo com a evolução socioeconômica, responsável pelas relações com os territórios.

A principal característica da agricultura familiar é a relação direta entre a utilização da terra como espaço para a produção econômica e a unidade familiar. O tripé terra – trabalho –

família é o ponto de partida para a discussão teórica e o elemento de consenso entre os autores. Entretanto, a agricultura familiar deve ser compreendida em sua heterogeneidade, uma vez que a relação dos agricultores familiares com a terra é distinta, de acordo com as especificidades e oportunidades de cada lugar. Portanto, o conceito de agricultura familiar é dinâmico, considerando a diversidade e a complexidade das questões agrárias, políticas e econômicas que permeiam cada comunidade. Para Mendes (2005):

Essa diversidade é caracterizada pela interdependência de uma série de fatores, como o tamanho da propriedade, o tamanho da família, o grau de mecanização, o nível técnico, a capacidade financeira, a relação com o mercado, dentre outros fatores, refletindo em inserções locais/regionais rigorosamente diferenciadas (Mendes, 2005, p. 21).

O conceito de agricultura familiar perpassa pela análise histórica dos modelos de apropriação da terra e da construção das relações de trabalho estabelecidas pelo sistema capitalista, de forma que a organização do espaço agrário é o reflexo do atendimento aos interesses de produção. Nesse sentido, as teorias marxistas, complementadas por Lênin (1982) e Kautsky (1972) são relevantes para a compreensão do desenvolvimento do capital no campo.

Segundo Mendes (2005), embora Marx (1818 – 1883)⁸ não tenha realizado estudos específicos sobre a agricultura familiar, para o autor, o camponês é parte do circuito da produção simples de mercadoria no qual “o camponês (proprietário/produzidor) entra no mercado com o produto de seu trabalho e como consumidor de produtos (mercadoria - dinheiro - mercadoria)” (Mendes, 2005, p. 40). Lênin (1982) também aborda a questão agrária no que se refere à economia capitalista, ao concluir que o capitalismo tende a dominar a agricultura e as mudanças agrárias, de forma que o campesinato esteja submetido aos interesses do capital e de seu desenvolvimento histórico.

Nesse aspecto, Kautsky (1972) fez contribuições relevantes à questão agrária, complementando a visão marxista, ao considerar que há uma divisão entre a agricultura e a indústria, de modo que a agricultura tornou-se dependente do capital industrial e de seus

⁸ "Karl Marx foi um filósofo, sociólogo, economista, jornalista e teórico político alemão, que elaborou uma teoria política que embasou o chamado socialismo científico. Suas contribuições para a Filosofia Contemporânea incluem, além da análise social e econômica, um novo conceito de dialética, baseado na produção material da humanidade.

Seu conceito dialético, chamado de materialismo histórico dialético, proporciona uma nova visão para a análise social e científica sobre a história da sociedade. Ao analisar a produção material da Europa, no século XIX, Marx identificou a marcante desigualdade e a exploração de uma classe detentora dos meios de produção (burguesia) sobre a classe explorada (proletariado), o que marcou profundamente a sua carreira." Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/karl-marx.htm>.

produtos, perdendo condições para concorrer por força de trabalho, dificultando a acumulação de capital no campo. Assim, para Kautsky (1972), há uma tendência no desaparecimento do camponês, com a evolução do sistema de produção industrial, que dominaria o campo, “[...] implantando um modelo produtivista racionalizado, pautado na associação entre grande propriedade, ‘industrialização da agricultura’ e no trabalho assalariado” (Mendes, 2005, p. 37).

As teses marxistas sobre a questão agrária comungam da visão de apropriação do solo pelo capitalismo, tendo como consequência o desaparecimento do segmento camponês. Para Abramovay (2007):

Sob o ângulo marxista o camponês só pode ser definido pela tragédia de seu destino social: ele será fatalmente extinto pela própria dinâmica da diferenciação entre os produtores (Lênin), bem como será incapaz de resistir à concorrência das grandes empresas agrícolas (Kautsky). (Abramovay, 2007, p. 33).

Uma nova corrente teórica para a compreensão do sistema agrário contemporâneo e do papel da produção agrária surge a partir de Chayanov (1974), em contraponto à visão marxista. Para o autor, a economia camponesa não é tipicamente capitalista, e sim um fenômeno em si mesmo, sendo necessário elaborar conceitos específicos para sua compreensão. De acordo com Mendes (2005):

Para Chayanov (1974), o campesinato não é simplesmente uma forma ocasional transitória, fadada ao desaparecimento. Trata-se de um segmento em que é possível encontrar as leis de reprodução e de desenvolvimento na sua própria existência. O trabalho do camponês tem como fim a satisfação de suas necessidades, pois cria a sua própria existência (Mendes, 2005, p. 40).

Em seus estudos, Chayanov (1974) aponta que a economia camponesa não é inferior à economia capitalista clássica e deve ser compreendida em sua heterogeneidade. O autor leva em consideração a “...organização interna das unidades de produção familiar, valorizando a dinâmica intrafamiliar, segundo a perspectiva do balanço entre o trabalho e a necessidade de consumo do grupo, não desprezando a necessidade de investimento tecnológico” (Mendes, 2005, p. 41).

Embora a agricultura familiar não seja uma categoria social recente, as discussões sobre o tema no Brasil se fortalecem apenas no fim da década de 1980 e início da década de 1990, em decorrência da crise no espaço agrário brasileiro, com o aumento do êxodo rural e dos problemas de produtividade pelas comunidades rurais, provocados pela intensa modernização tecnológica no campo. Essa realidade trouxe à tona os movimentos sociais que iniciaram suas

lutas pelo espaço da agricultura familiar na economia do Brasil, fazendo com que o Estado começasse a pensar em políticas públicas para o Setor, o que também estimulou as discussões sobre o assunto e a necessidade de se estabelecer conceitos e parâmetros.

Abramovay (2007) realiza uma contribuição relevante ao entendimento sobre a agricultura familiar. Para o autor, embora a agricultura familiar tenha origem no campesinato, ela se distanciou desse conceito, ao passo que o campesinato descrito pelas teorias marxistas deixou de existir, a partir do momento que a agricultura familiar integrou-se ao mercado capitalista, absorvendo o progresso tecnológico e estabelecendo um processo de produção e comercialização dentro do modo de produção capitalista. Logo, para Abramovay (2007), essa integração ao sistema capitalista daria à agricultura familiar um papel real na sociedade, como relevante produtora de alimentos no atendimento à demanda de alimentação da população mundial em ritmo ascendente.

Os estudos de Abramovay (2007) destacam-se pela proposta do autor de diferenciação entre as unidades de produção familiares dos países desenvolvidos⁹ e a agricultura familiar no Brasil. As unidades de pequeno porte, alto volume de produção e elevada produtividade existentes nesses países, principalmente da Europa Ocidental, resultam de uma política de Estado que investiu recursos para que essas unidades familiares assumissem relevante papel na economia, o que não ocorreu de maneira sistemática no Brasil.

Em busca de elementos que caracterizem a agricultura familiar no Brasil, vale ressaltar a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Silva, 2015). De acordo com a legislação considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que atende aos quatro requisitos seguintes: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento [...]; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006).

Autores como Lamarche (1993), Wanderley (2001) e Tedesco (2001) são consensuais ao afirmarem que a produção rural familiar se define pelo controle da família sobre os meios

⁹ Adotou-se a classificação da Organização das Nações Unidas (ONU) para a definição de países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O critério utilizado é a posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), cuja avaliação baseia-se nos aspectos de saúde, educação e renda. Quanto mais desenvolvido um país, mais o seu IDH está próximo a 1, indicando boa qualidade e expectativa de vida.

de produção, sendo, ao mesmo tempo a principal responsável pela efetivação do trabalho (Silva, 2015). Por outro lado, os pesquisadores também são categóricos em afirmarem que essa mesma dinâmica intrafamiliar, estabelecida pelas relações de trabalho da família com a propriedade, é responsável pela diversidade da agricultura familiar. Essa heterogeneidade socioeconômica dos agricultores familiares no Brasil é gerada por fatores complexos, sendo os principais, a disponibilidade de recursos, o acesso ao mercado, a capacidade de geração de renda e a acumulação (Silva, 2015).

Em vista disso, a construção de políticas públicas efetivas ao crescimento da agricultura familiar no país deve considerar os aspectos regionais que implicam em profundas diferenças no modelo de exploração da terra (Buainain, Romeiro; Guanzioli, 2003). A agricultura familiar brasileira constitui-se tanto por produtores inseridos no sistema de produção capitalista, com a obtenção de lucros vultuosos da pequena propriedade, como por aqueles com baixa produtividade, vivendo em situação de vulnerabilidade. A complexidade da realidade dos agricultores familiares brasileiros também é reflexo do processo de formação socioeconômica, cultural e política do País. As densas diferenças se dão não apenas pelo tamanho da área ou pelos aspectos naturais, mas também pelas condições de acesso a recursos financeiros, capacitação e inserção social.

Ainda que não se possa generalizar, é possível demonstrar a diversificação da agricultura familiar no Brasil, por meio do caso das unidades produtivas familiares dos Estados que compõem as regiões Sul, Sudeste e parte do Centro-Oeste do país. Historicamente, essas foram regiões brasileiras influenciadas pela imigração de pessoas provenientes de países desenvolvidos, principalmente da Itália e da Alemanha, cujo modelo de produção rural familiar se baseia em propriedades de pequeno porte, alto volume de produção e alta produtividade (Abramovay, 1974), refletindo no modelo adotado pelos produtores brasileiros. Assim, nessas regiões concentram-se a maior parte das unidades produtivas familiares semelhantes ao modelo europeu, com inserção integral à produção capitalista e altos rendimentos financeiros. Uma estratégia adotada por esses agricultores é o associativismo e o cooperativismo como saída para a gestão dos negócios e para o enfrentamento às adversidades climáticas e mercadológicas. No Rio Grande do Sul praticamente metade dos estabelecimentos (46,9%) compõem em algum grau, associações e cooperativas (Buainain, 2006).

A realidade constatada nas regiões Sul, Sudeste e parte do Centro-Oeste não se reproduz na mesma intensidade nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, em decorrência dos modelos distintos de colonização e do desenvolvimento desigual do capitalismo no país. Nessas regiões, o associativismo, por exemplo, ainda se apresenta incipiente, com índice de apenas 5% de

unidades familiares ligadas a algum tipo de associação ou cooperativa (Buainain, 2006). Essa distinção também ocorre em relação à renda gerada pela propriedade rural familiar, constatada por Buainain:

Observou-se uma acentuada diferença do nível de renda total gerado pelos agricultores familiares entre as regiões Nordeste e Norte, de um lado; e Sul, Sudeste e Centro-Oeste, de outro. Nas primeiras regiões, mais da metade dos familiares gerou renda total inferior a R\$3 mil, enquanto nas outras mais da metade teve renda total superior a R\$3 mil. Revela-se assim, pelo menos em parte, condições e potenciais diferenciados de desenvolvimento da agricultura familiar entre as regiões, já que todas enfrentaram as mesmas condições macroeconômicas com resultados aparentes bastante distintos (Buainain, 2006, p. 28).

Como consequência à heterogeneidade do segmento, os agricultores familiares geram estratégias diferenciadas de reprodução social. Cada unidade familiar, de acordo com sua realidade, adapta seu processo produtivo para garantir a sobrevivência por meio da terra. Segundo Silva (2015):

Essa multiplicidade e heterogeneidade constantes denotam diferentes formas e racionalidades vinculadas à propriedade e as experiências anteriores, bem como o contexto macro que dinamizam, em mais ou menos, na tomada de decisão por determinadas estratégias na sua unidade de produção, de acordo também a uma forma de gerir mais integrada ao mercado ou mais autônoma (Silva, 2015, p. 92).

O breve panorama da agricultura familiar no Brasil, com seu cenário de heterogeneidade, leva ao próximo passo dessa pesquisa que é a discussão da realidade das comunidades Coqueiro, Macaúba, Ouvidor dos Cláudios e Coruja. Essa realidade não se dissocia do processo de evolução do sistema agrário Brasileiro e Goiano, sendo apenas um recorte para demonstrar as transformações incorridas nas últimas décadas. Dessa forma, a caracterização da dinâmica das comunidades se dá em dois momentos, com uma primeira fase pós-formação até o fim da década de 1960 e um segundo momento iniciado a partir da década de 1970 com a chamada Revolução Verde¹⁰, marcada pela modernização e tecnificação do campo, e por consequência, por transfigurações no espaço agrário brasileiro.

¹⁰ Segundo Barros (2010):

A chamada “Revolução Verde”, iniciada na década de 60, orientou a pesquisa e o desenvolvimento dos modernos sistemas de produção agrícola para a incorporação de pacotes tecnológicos de suposta aplicação universal, que visavam a maximização dos rendimentos dos cultivos em distintas situações ecológicas. Propunha-se a elevar ao máximo a capacidade potencial dos cultivos, a fim de gerar as condições ecológicas ideais afastando predadores naturais via utilização de agrotóxicos, contribuindo, por

Segundo Mendes (2005), tradicionalmente, as comunidades são caracterizadas como médias e pequenas propriedades rurais voltadas à produção familiar e obtidas por meio de herança. As unidades produtivas são conduzidas pela família, que se torna a unidade social de trabalho. De acordo com Mendes:

A divisão do trabalho no estabelecimento e nos serviços domésticos é feita entre todos os membros da família (grupo doméstico), considerando a capacidade de cada um (idade, sexo e habilidades). Cabe ao chefe da família a distribuição das tarefas no estabelecimento. A combinação entre o trabalho familiar e os negócios caracteriza a essência de uma unidade de produção e de consumo, em que o agricultor é, ao mesmo tempo, proprietário, administrador e trabalhador, estabelecendo uma combinação família-empresa (Mendes, 2005, p. 60-61).

O parentesco estabelecido entre as unidades familiares também se constitui como aspecto relevante. Os valores sociais, culturais e religiosos, o conhecimento sobre a terra e o trabalho são patrimônios repassados de geração em geração, demonstrando que os laços de parentesco se configuram como mais uma estratégia de reprodução para garantir a permanência na terra. Muitos dos filhos dos produtores rurais quando formam suas próprias famílias, permanecem nas propriedades dos pais e se apossam de parte da terra, construindo ali uma nova sede.

De maneira geral, os pais vão demarcando “pedaços” de terra para os filhos, ainda que de maneira informal (Mendes, 2005). Segundo Woortmann (1995) também é comum a ocorrência de casamentos entre membros da mesma família, como primos, por exemplo, mantendo o patrimônio na própria comunidade. Além dos casamentos, as relações de parentesco estão alicerçadas na reciprocidade, na descendência, nos comportamentos, nos laços consanguíneos, nas regras de sucessão e outros (Woortmann, 1995; Mendes, 2005).

Os laços de vizinhança se estendem às relações de produção. Eram comuns a realização de mutirões reunindo os vizinhos para o plantio ou para a colheita, dentre outras atividades, num processo de cooperação produtiva. Também era feita a chamada “treição”, que consistia na ajuda a um vizinho para realização de um serviço. Ao final das mobilizações sempre haviam as festas, marcando momentos de integração da comunidade.

As produções agrícolas e a criação de animais utilizavam-se de técnicas mais rudimentares, com pouco ou nenhum incremento tecnológico e eram destinadas para a venda

outro lado, com a nutrição das culturas através da fertilização sintética. A utilização intensiva de agrotóxicos e fertilizantes, aliado ao desenvolvimento genético de sementes, contribuiu para “Revolução Verde”, um amplo programa para elevar a produção agrícola no mundo (BARROS, 2010. p B12).

no mercado urbano e para a subsistência da família. Segundo Mendes (2005), predominavam as propriedades policultoras, nas quais “...os produtores cultivavam café, cana-de-açúcar, arroz, feijão e processavam pinga, rapadura e açúcar de forma (mascavo), criavam porcos e outros produtos para venderem na cidade” (Mendes, 2005, p. 176). Segundo Freires (2019), no município de Ouvidor, antes do processo de modernização, além das culturas já citadas também se destacavam as roças de frutas, principalmente a produção de bananas.

No aspecto cultural, as comunidades foram influenciadas pela presença da Igreja Católica, estabelecida nessas localidades na metade do século XX. As comunidades Coqueiro e Macaúba possuem Igrejas cujas celebrações ocorrem até os dias de hoje, reunindo praticamente toda a comunidade local. As festas religiosas constituem-se, como a principal manifestação cultural dos moradores. As festas são o momento em que os produtores agradecem e louvam aos santos de sua devoção e a melhor oportunidade para reencontrar amigos e familiares (Mendes, 2005).

A realidade socioeconômica e cultural relatada nos últimos parágrafos abala-se de maneira intensa a partir da década de 1970, com a expansão da fronteira agrícola no Cerrado e a substituição de áreas de produção familiar pela produção de commodities agrícolas, principalmente grãos como soja, milho e café, para atender ao mercado internacional. Essa nova configuração provém, à época, da criação de políticas públicas para o Setor Agrário de ocupação de áreas do Cerrado e do Norte do país. As iniciativas do Governo Federal incluíam “a política comercial, o crédito rural, a garantia de preços mínimos, o seguro agropecuário, a pesquisa agropecuária, a assistência técnica e a extensão rural, o uso de insumos modernos e a tributação do setor agropecuário” (Silva, 2015, p. 37).

Sublinha-se o importante papel do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e do Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) que, além dos subsídios, investiram “na construção de estradas vicinais, eletrificação rural, rede de estocagem e comercialização, associada à infraestrutura básica existente, objetivando a modernização do setor agrícola” (Mendes, 2005, p. 125).

A tecnificação do campo trouxe, como uma de suas principais consequências a concentração da propriedade fundiária e a liberação de mão-de-obra familiar do meio rural (Mendes, 2005). Diante da nova realidade, muitos herdeiros optam por residir na zona urbana, assumindo profissões distintas àquelas do campo e possuindo pouco interesse em dar continuidade à produção herdada.

Naturalmente, o processo sucessório rompe-se, a partir do envelhecimento dos patriarcas, sendo que a solução assumida pelos herdeiros é a venda da propriedade a grandes

conglomerados agropecuários ou a implantação de novos projetos de negócio nas propriedades, muito diferentes daqueles estabelecidos pelas gerações anteriores. Nessa linha, Abramovay (1992) afirma que a agricultura familiar tem sido cada vez mais um negócio individual, no qual um único herdeiro da família opta por realizar a gestão das pequenas propriedades, não havendo mais o envolvimento de todo o núcleo familiar – pai, esposa e filhos – na realização das atividades. Desfaz-se assim o tripé terra-família-trabalho, que caracteriza a identidade territorial dos agricultores familiares.

O novo cenário revela-se também na paisagem observada nas comunidades rurais dos municípios de Catalão e Ouvidor. No que concerne aos aspectos ambientais, as profundas alterações ocasionadas pela ocupação antrópica impedem a reprodução das espécies nativas, ao provocarem novas condições naturais. As fitofisionomias típicas do Cerrado foram substituídas principalmente por extensas plantações de grãos classificados como commodities agrícolas e também por pastagens para rebanhos. Nas últimas décadas, autores como Porteos (1988) e Amorim Filho (1999) cunharam o termo topocídio, que se trata do enfraquecimento e futuro desaparecimento do lugar e das paisagens. A terminologia tem sido aplicada por pesquisadores do bioma Cerrado, como Chaves (2003) e Sturza (2005), para destacar o aniquilamento e franco desaparecimento da paisagem natural desse bioma.

A alteração da paisagem é notada na degradação, por falta de investimentos, das sedes das propriedades rurais familiares, pois há poucos ou nenhum morador no local, em decorrência da migração para a cidade. Essa ausência de pessoas, sejam proprietários ou empregados – esses últimos denominados “caseiros” - dificulta ainda mais a manutenção adequada das propriedades. O investimento em agricultura familiar, como a plantação de hortaliças, frutíferas, criação de galináceos, suínos e bovinos para o consumo familiar é baixo, de tal maneira que essas atividades estão sendo substituídas pela pecuária extensiva, principalmente com a criação de gado nelore - devido à sua resistência, resultando em menos investimentos - ou pelas commodities agropecuárias, como relatado anteriormente.

Cabe esclarecer que as alterações observadas no modelo agrário das comunidades rurais no Brasil decorrem tanto do processo de capitalização do campo, como de outras atividades industriais, como a metalurgia, o Setor Hidrelétrico e o Setor Mineral. A este último, cuja relação com as Comunidades é o objeto de estudo desta pesquisa, será dedicada uma Seção exclusiva, quando serão discutidas em detalhes as consequências da intervenção minerária nas comunidades rurais analisadas pelo estudo.

Frente às mudanças agrárias impostas ao seu território, as comunidades assumem estratégias de reprodução social baseadas na busca de soluções para os impactos gerados pela

modernização tecnológica do campo. Vale ressaltar que este é um processo dinâmico, adaptado de acordo com as transformações e as condições dos espaços e das organizações sociais. Destarte, as estratégias adotadas são respostas práticas e até racionais dos produtores familiares aos contextos aos quais estão vinculados, sendo produzidas com base nos instrumentos que estão ao alcance (Tedesco, 2001; Schneider, 2003). Se por um lado, os grandes conglomerados para a produção de *commodities* agrícolas provocaram a expulsão de parte dos produtores rurais do campo, por outro, as políticas públicas pensadas para resolver a questão agrária no Brasil não foram suficientes para garantir a reprodução social dos agricultores familiares, uma vez que terem sido pautadas em modelos externos de produção, que não consideraram as especificidades e complexidades de cada região (Venâncio, 2008).

No que concerne à agricultura familiar, os principais problemas para as comunidades rurais são referentes à produção, escoamento e comercialização dos produtos. Os produtores familiares possuem pouco ou nenhum recurso financeiro para investirem em soluções tecnológicas e baixa capacidade de gestão técnica de suas propriedades, decorrente, em sua maioria da baixa escolaridade. Por isso, muitos optam pela produção diversificada da plantação e da criação animais, bem como a seleção pelo cultivo de espécies que exijam menor investimento em insumos. Destaca-se aí a produção de leite e seus derivados com maior valor agregado, como o queijo e a manteiga, a criação de galináceos e suínos, este último em menor peso, a produção de verduras e legumes, como alface, couve, jiló, chuchu, abóbora, pimenta e cebola. Também ocorre a plantação de mandioca, cujo beneficiamento da farinha e do polvilho se dá de maneira rudimentar (Mendes, 2005; Silva, 2015).

A comercialização coloca-se como outro desafio. Ao levarem suas produções ao mercado, o valor atribuído aos produtos é baixo e, em contrapartida, o custo dos insumos agrícolas e maquinário é alto, de modo que a conta entre produção e venda desfavorece o produtor. Em busca de garantir mercado para seus produtos, os agricultores familiares concentram a venda no comércio local e nas feiras livres que ocorrem frequentemente em bairros distintos de Catalão e na área central da cidade de Ouvidor. Teixeira e Mendes (2007) relatam que:

No município de Ouvidor (GO), os pequenos agricultores familiares utilizam o comércio local e das cidades vizinhas, como Três Ranchos (GO) e Catalão (GO), para comercializar seus produtos e, assim, aumentar sua renda. A feira livre é um dos principais locais de comércio para este segmento de produtores, onde são comercializados desde produtos agrícolas (arroz, feijão, milho, mandioca, batata, etc.), a galináceos, ovos, leite e seus derivados, farinha, polvilho, produtos artesanais como toalhas bordadas manualmente, cobertas

feitas em tear, miniaturas de carro de boi, etc., compotas de doce, frutos do Cerrado, com o pequi, pitanga, gabioba dentre outros. Verifica-se que os produtos mais comercializados são os de hortaliças, pois estes encontram mercado garantido no comércio local e nas cidades vizinhas (Teixeira; Mendes, 2007, p. 11).

As feiras têm representado uma parcela relevante na complementação da renda das famílias, pois a venda direta aumenta o valor agregado da produção. Apesar da venda ao mercado ser de grande relevância no orçamento das unidades produtivas familiares, também vale destacar que parte da produção é dedicada ao autoconsumo, ou seja, a garantir a alimentação e sobrevivência da própria família. “São policultores, elegendo os produtos mais valorizados para o mercado e o que não é comercializado é consumido pela própria família, complementando o seu orçamento” (Mendes, 2005, p.258).

As políticas públicas de atendimento aos agricultores familiares também se apresentam como mais uma ferramenta para a reprodução desse segmento social, embora não sejam soluções plenas para alavancar a produção familiar no país. A principal delas é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, como a primeira iniciativa focada no segmento da agricultura familiar, tendo como eixo a oferta de linhas de crédito financeiro ao agricultor familiar para atividades e serviços.

Silva (2015), ao discutir sobre as estratégias de reprodução social das comunidades rurais de Catalão (GO), verificou que apenas 36,25% dos agricultores entrevistados possuíam financiamentos junto ao PRONAF, demonstrando a insuficiência do programa. Autores como Gazolla e Schneider (2013) e Aquino (2009) atribuem esse déficit a fatores como a distribuição desigual dos recursos entre as regiões brasileiras, além da dificuldade de produtores com maior carência econômica adequarem-se aos critérios exigidos pelo PRONAF, para liberação de uma linha de crédito.

Outra iniciativa pública que contribui para a reprodução social dos agricultores familiares é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da Educação Básica pública. O Programa determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados e municípios, seja obrigatoriamente utilizado para a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar (Brasil, 2009), o que garante a aquisição de parte da produção. Entretanto, conforme pesquisa de Silva (2015), apenas 59 produtores rurais familiares do município de Catalão (GO) participavam ativamente do Programa, o que corresponde a uma pequena parcela de agricultores.

As estratégias assumidas pelos agricultores familiares para a permanência no campo não se resumem à produção e comercialização, mas também aos aspectos não-agrícolas que complementam a renda das famílias. Considera-se aí um número cada vez maior de membros da família que trabalham na zona urbana como diaristas ou outros serviços temporários, ou até mesmo na zona rural, em propriedades rurais de grande porte. Aos que herdaram certo patrimônio, muitos têm investido na aquisição de propriedades urbanas para a finalidade de locação, de maneira a complementar a renda mensal. Entretanto, a principal estratégia não-agrícola é aposentadoria pela Previdência Rural, propiciada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), mecanismo que garante a maior parte da renda das famílias e que reflete ainda o envelhecimento da população rural. Segundo Silva (2015), praticamente metade (49,66%) dos entrevistados estavam inscritos no benefício.

Em síntese, a discussão demonstra que o conceito de agricultura familiar está embasado no tripé terra – trabalho – família, onde a exploração da terra é realizada a partir do trabalho dos membros da família, constituindo a unidade produtiva familiar. Também demonstra a compreensão da agricultura familiar a partir de sua multiplicidade e suas especificidades, não havendo como estabelecer um conceito único, já que o segmento é resultado de uma série de fatores sociais e econômicos que se diferem de localidade para localidade.

As discussões sobre a agricultura familiar remontam às teorias marxistas, que classificam a questão agrária como integrada ao sistema capitalista, operando como mais um processo de simples produção de mercadoria. Na teoria marxista, a produção familiar estaria fadada ao desaparecimento à medida que seria absorvida pelo capitalismo agrário, com um modelo de alta produtividade e racional. Em contraponto, Chayanov (1888 – 1937) inaugura uma corrente teórica mais neoliberal, ao afirmar que a agricultura familiar possui uma dinâmica própria, com características heterogêneas e que busca se adaptar ao capitalismo agrário em desenvolvimento. Essa visão marca um novo momento dos estudos sobre a questão agrária, influenciando autores mais recentes, como Abramovay (2007).

As comunidades rurais dos municípios de Catalão (GO) e Ouvidor (GO) exemplificam as teorias trabalhadas a partir da década de 1980. Afetadas pela modernização tecnológica do campo e pela atividade de extração mineral, adotaram estratégias de reprodução social para resistirem em suas propriedades. No geral, caracterizam-se por um alto grau de parentesco, relações afetivas e de coletividade bem estabelecidas e por traços sociais, culturais e religiosos específicos. No que concerne à produção, são policultores, com produção diversificada, a fim de atender as demandas do mercado e se reproduzirem socialmente. Geralmente, possuem baixa tecnologia, e pouco recurso financeiro, fatores que poderiam permitir a evolução produtiva na

unidade familiar. As políticas públicas voltadas a esses produtores ainda não são suficientes e nem estão acessíveis a todos. Além da questão produtiva, atividades não-agrícolas já possuem peso considerável na composição da renda familiar.

Em suma, as Comunidades em estudo possuem grandes desafios para sua sobrevivência, ao fazer frente ao modelo de capitalismo agrário que prioriza a produção de commodities e aos empreendimentos minerários que provocam a desterritorialização das famílias e cuja interferência no dinamismo do território é tão ou mais impactante do que o agronegócio. É sobre a mineração e suas consequências para as comunidades Coqueiro, Macaúba, Ouvidor dos Cláudios e Coruja que se debruçará a seção seguinte.

3 RETERRITORIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELA MINERAÇÃO

A exploração de recursos minerais atravessa a história da constituição geopolítica, econômica e socioambiental do Brasil, de forma que o Setor Mineral se apresenta como fator decisivo para a dinâmica territorial. Ao considerar que essa pesquisa dedica-se a compreender o relacionamento entre as comunidades rurais impactadas pelos empreendimentos minerários no território em estudo, torna-se fundamental o olhar sobre a linha histórica da mineração no Brasil, no Estado de Goiás, e especialmente nos municípios de Catalão (GO) e Ouidor (GO), a fim de visualizar e analisar a construção histórica que culminou no contexto socioambiental do território em estudo. Sem tal discussão não é possível compreender os impactos e interferências da atividade minerária, nem mesmo as estratégias de relacionamento adotadas pelos sujeitos com distintos papéis sobre o território, sendo essas últimas o objetivo desta pesquisa.

Por isso, essa seção está dedicada à contextualização sobre o Setor Mineral e à compreensão sobre sua dinâmica de gestão econômica e socioambiental, partindo de uma visão macro para as especificidades do território em estudo. Assim, a primeira subseção dedica-se a uma visão em nível nacional e estadual sobre o Setor Mineral, seguida de uma subseção focada na história e caracterização dos empreendimentos minerários instalados em Catalão (GO) e Ouidor (GO).

Por fim, e de forma relevante, a terceira subseção traz à luz as consequências das atividades minerárias mineração para as comunidades rurais do seu entorno, sob a ótica social, ambiental e de cultura e tradição. A subseção faz uma análise sobre o movimento de desterritorialização e reterritorialização, aplicado às comunidades rurais de Catalão (GO) e Ouidor (GO). Ressalta-se que, mesmo que o objeto de estudo desta pesquisa seja o diálogo entre comunidades e empreendimentos, o debate sobre as consequências das atividades minerárias merece dedicação, pois são essas as causas raízes dos conflitos e disputas no território.

3.1 MINERAÇÃO: ASPECTOS ECONÔMICOS NO BRASIL E NO ESTADO DE GOIÁS

A compreensão do contexto mineral no Brasil, em Goiás e nos Municípios de estudo é pertinente para as análises propostas pela pesquisa, uma vez que propiciam a visão clara sobre o funcionamento dos empreendimentos, seus objetivos e como suas atividades influenciam na dinâmica territorial.

A exploração de recursos minerais permeou a história social, política e econômica do Brasil desde a colonização, tendo influenciado fortemente na formação do território, com efeitos socioambientais, políticos e econômicos. Desde o início do Brasil Colônia houve a expectativa portuguesa em descobrir a potencial fonte de riquezas minerais das terras brasileiras (Figuerôa, 2006, p. 13). Entretanto, durante os séculos XVI e XVII o movimento para a descoberta de metais e outros minérios foi incipiente, tomando corpo apenas a partir do século XVIII, após o auge do extrativismo na Mata Atlântica e da produção de açúcar (Figuerôa, 2006)

Os primeiros registros de atividade minerária no Brasil datam da década de 1540 e referem-se à extração em depósitos de conchas, para a produção de cal a ser utilizado na construção civil, na região hoje considerada como Estado da Bahia. Nas próximas décadas do século XVI e até por volta de 1670, foram identificados alguns depósitos de ferro, com extrações em volume muito pequeno, cujo material era utilizado na produção de ferramentas agrícolas e domésticas. Registra-se ainda a retirada de argila, areia e cascalho também utilizados na área civil. Naquele período as técnicas eram rudimentares, com processos lentos e pouco eficazes, além da demanda escassa por produtos de origem mineral, posto que se tratava de fazer anterior ao processo de industrialização. Segundo Figuerôa (2006):

[...] durante todo o século XVI e parte do XVII a Metrópole empregou recursos financeiros, legislação, títulos de nobreza, trabalho, soldados, artesãos de todos os tipos (cortadores, mineiros, construtores e mesmo engenheiros estrangeiros – alemães, flamengos, holandeses, franceses e florentinos) nos trabalhos de pesquisa das expedições, sob a supervisão dos governadores, mas o que foi encontrado não esteve à altura do que foi despendido. Mesmo os resultados mais positivos tiveram pouco significado econômico, tanto em termos de quantidade quanto de teor dos depósitos – que, aliás, se localizavam em lugares de difícil acesso (Figuerôa, 2006, p. 13).

O cenário da mineração no Brasil transforma-se a partir das últimas décadas do século XVII, com a identificação de reservas consideráveis de ouro em Minas Gerais, iniciando um ciclo de intensa exploração mineral, com fortes efeitos sobre a constituição social e territorial brasileiras. O século XVIII marcaria o auge do “Ciclo do Ouro!”, tornando-o o arrimo da economia brasileira, especialmente entre as décadas de 1750 e 1780, com a geração de lucros vultuosos à colônia pela venda do minério aos países europeus. “Durante a mineração colonial, o Brasil foi responsável por 50% do ouro produzido no mundo” (MME, 2022, p. 55). Uma consequência relevante desse processo foi a migração intensa de europeus - principalmente

portugueses – e escravos ao Brasil, gerando grande aumento da população humana (MME, 2022).

A experiência em Minas Gerais incentivou a busca por jazidas de ouro em outras regiões do País, o que ocorreu por meio das Entradas e Bandeiras - expedições que tinham por finalidade descobrir e explorar novas jazidas, além de povoar regiões do interior do país. O processo de integração territorial foi acelerado, pois a mineração do ouro exigia redes de serviços específicos e maior infraestrutura, tanto para a exploração quanto para o escoamento da produção. Todavia, a extração desenfreada do ouro brasileiro, somada à pouca técnica no processo, gerou o esgotamento das jazidas no final do século XVIII (Figuerôa, 2006).

O Brasil Imperial foi marcado por um enrijecimento nas legislações referentes à mineração, estabelecendo as bases da separação entre propriedade territorial e propriedade mineral, garantindo o domínio do Estado sobre as riquezas do subsolo (MME, 2022). Nessa fase houve avanços técnicos nos processos de lavra e de beneficiamento mineral, além da expansão das pesquisas sobre outros minérios. Contudo, os avanços não foram suficientes para evitar o declínio do Setor Mineral, que emergiria novamente no século XX, a partir do processo de industrialização do Brasil.

É no Brasil Republicano que o Governo Brasileiro dedica esforços para identificar reservas de minérios, principalmente de ferro. A nova configuração socioeconômica do País, após o fim da escravidão, promove o crescimento econômico, com investimentos em infraestrutura que exigiam a utilização de recursos minerais. Para reduzir a quantidade de produtos siderúrgicos importados, intensifica-se a busca pelas reservas de minérios e a implantação de siderurgias que transformassem matérias-primas em insumos básicos para a indústria (Villas-Bôas, 1995). Essa intensificação, registrada principalmente após 1930, permitiu que, além de minério de Ferro, reservas de Alumínio, Cobre, Estanho, Manganês, Níquel, Nióbio, Fosfatos, Tantalita, Berilo e Tungstênio, dentre outras, fossem descobertas e apropriadas pelo governo, quer para a exploração imediata, quer para exploração nas décadas à frente.

Os Presidentes Getúlio Vargas, nas décadas de 1930 e 1940, e Juscelino Kubitschek, já na década de 1950, desempenharam papéis decisivos para a consolidação da indústria de mineração no Brasil, promovendo a exportação dos minérios brasileiros, para atender à crescente demanda do capitalismo mundial, ao mesmo tempo que garantiam recursos para o processo de industrialização nacional e construção de infraestrutura. Destaca-se a visão do Governo Brasileiro que tinha a mineração como instrumento estratégico para a consolidação do País, assim, até a década de 1970 praticamente todas as reservas e as indústrias minerais do

Brasil estavam na mão do Estado, refletindo o período de grande intervenção estatal na economia.

A partir da década de 1970, durante o Governo Militar, a indústria de mineração no Brasil assume os contornos que se revelam ainda hoje. No período ditatorial, o Brasil entra numa nova fase de industrialização, marcada pelos mercados globais e pela entrada do capital estrangeiro, com a instalação de inúmeras multinacionais e transnacionais em território brasileiro. Após a ditadura, o fortalecimento do neoliberalismo reduziu a intervenção do Estado na economia, provocando a venda da maior parte dos ativos minerais brasileiros a empresas estrangeiras, trazendo à mineração o aspecto do capital global que marca os setores estratégicos da economia.

Previamente às análises sobre a relevância econômica do setor mineral para o Brasil na atualidade, cabe pontuar a diversidade de minérios e de reservas minerais identificadas no país, demonstrando uma geologia com potencial para novas descobertas. Cerca de 91 tipologias minerais são identificadas no Brasil, com a existência de 9.530¹¹ minas, sendo 135 de grande porte, 992 de médio porte, 2.750 classificadas como pequenas e outras 5.653 minas de porte micro (ANM, 2017).

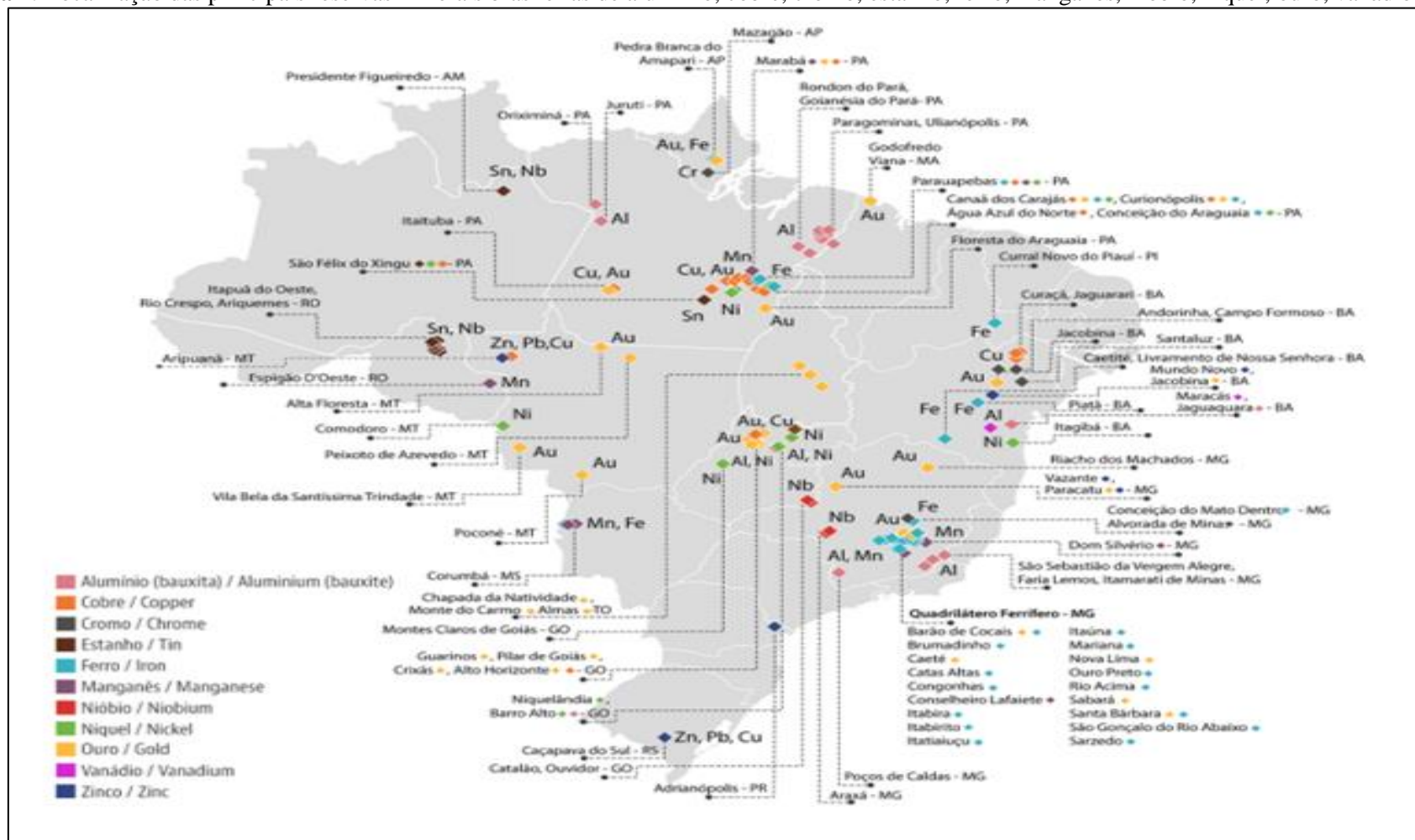
No que se refere aos minerais metálicos, segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM), em 2021:

[...] as substâncias da classe dos metálicos responderam por cerca 89% do valor total da produção mineral brasileira. Dentre essas substâncias, onze destacam-se por corresponderem a 99,7% do valor da produção da referida classe, quais sejam: alumínio, cobre, cromo, estanho, ferro, manganês, nióbio, níquel, ouro, vanádio e zinco (ANM, 2023, p. 2).

A figura abaixo aponta as principais reservas de minerais metálicos do Brasil, de forma que é possível vislumbrar a presença de depósitos ao longo de todo o território brasileiro.

¹¹ A ANM considera como mina todas as unidades produtoras legais, incluindo-se assim as pedreiras e garimpos legais. A classificação se dá pela capacidade produtiva da mina, sendo: a) grande porte: > 1 milhão t/ano; médio porte: ≤ 1 milhão t/ano e > 100 mil t/ano; pequeno porte: ≤ 100 mil t/ano e ≥ 10 mil t/ano e micro porte: < 10 mil t/ano.

Figura 4: Localização das principais reservas minerais brasileiras de alumínio, cobre, cromo, estanho, ferro, manganês, nióbio, níquel, ouro, vanádio e zinco.



Fonte: Anuário Mineral Brasileiro: principais substâncias metálicas / Agência Nacional de Mineração, 2023.

Tamanha riqueza mineral posiciona o Brasil entre os cinco maiores produtores de metais, materiais e minérios do mundo, sendo que a maior parte da produção brasileira é destinada ao mercado externo. De acordo com a Academia Brasileira de Ciências (ABC), em sua publicação “Recursos Minerais no Brasil: problemas e desafios”, os minérios de Ferro (Fe), Nióbio (Nb), Alumínio (Al), Manganês (Mn), Grafita, Amianto, Estanho (Sn), Ouro (Au), Níquel (Ni), Tântalo (Ta), Caulim e Magnesita são as principais commodities produzidas para exportação, sendo que o minério de Fe representa 82% das exportações minerais do Brasil (ABC, 2016).

Dados do IBRAM (2023) apontam que o Brasil exportou, no ano de 2022, um volume de 358,2 milhões de toneladas de bens minerais, correspondentes a US\$ 41,7 bilhões. O saldo comercial mineral, de quase US\$ 24,9 bilhões equivale a 40% do saldo comercial brasileiro, que foi de US\$ 61,8 bilhões. A exportação de bens minerais tem como destinos predominantes os Estados Unidos, Canadá, países da União Europeia, Japão e China, sendo este último o destinatário de aproximadamente 57% do total. Vale a consideração de que a China atualmente é o principal parceiro comercial do Brasil, visto que importa commodities minerais e bens primários do Brasil e fornece produtos manufaturados de origem mineral essenciais para inúmeras aplicações, com destaque para as tecnologias emergentes nas áreas de energia, eletroeletrônicos, transportes e equipamentos hospitalares.

Embora as exportações superem em muito os valores de importação de bens minerais pelo Brasil, vale citar que o País ainda é dependente de bens minerais estratégicos¹² para a indústria brasileira. O Quadro 1 resume o comparativo entre produção e dependência mineral, de forma que à esquerda estão os minérios que o Brasil se destaca como grande produtor no mercado internacional e à direita, minérios importados pelo país (IBRAM, 2020).

¹² Segundo o Plano Nacional de Mineração 2030-PNM-2030 (BRASIL, 2010), o conceito “mineral estratégico” sempre esteve associado a objetivos políticos dos países hegemônicos. Atualmente o termo é usado, lato sensu, como sinônimo de recurso mineral escasso, essencial ou crítico para um país. O entendimento de mineral estratégico no PNM-2030 faz referência a três situações: a) bem mineral do qual o Brasil depende de importação em alto percentual para o suprimento de setores vitais de sua economia. Como exemplos podem ser citados os recursos minerais utilizados na fabricação de fertilizantes: Fosfato, Potássio, Nitrogênio; b) minerais que deverão crescer em importância nas próximas décadas por sua aplicação em produtos de alta tecnologia. Como exemplos podem ser citados as terras raras, o Lítio, o Cobalto, o Tântalo, entre outros denominados de materiais “portadores do futuro”. A produção mundial desses minerais se dá em quantidades da ordem de dezenas de milhares de toneladas, com alto valor unitário. c) o País apresenta vantagens comparativas em determinados recursos minerais, essenciais para sua economia pela geração de divisas. O Ferro e o Nióbio são exemplos típicos de recursos minerais essenciais, pelo forte impacto na economia, resultante da evolução ou involução da demanda mundial e dos preços (Brasil, 2010).

Quadro 1: Síntese de produção x dependência mineral no Brasil.

EXPORTADOR GLOBAL/ PLAYER	Exportador de	Autossuficiente em	Importador de	POSSUI DEPENDÊNCIA EXTERNA DE
<ul style="list-style-type: none"> • Nióbio (1º) • Ferro (2º) • Vermiculita (3º) • Grafita (3º) • Vanádio (4º) • Bauxita (5º) • Caulim (7º) 	<ul style="list-style-type: none"> • Estanho • Níquel • Magnesita • Manganês • Cromo • Ouro • Rochas Ornamentais 	<ul style="list-style-type: none"> • Calcário • Diamante Industrial • Tugstênio • Talco 	<ul style="list-style-type: none"> • Cobre • Enxofre • Titânio • Fosfato • Diatomito • Zinco 	<ul style="list-style-type: none"> • Carvão Metalúrgico • Potássio • Terras Raras

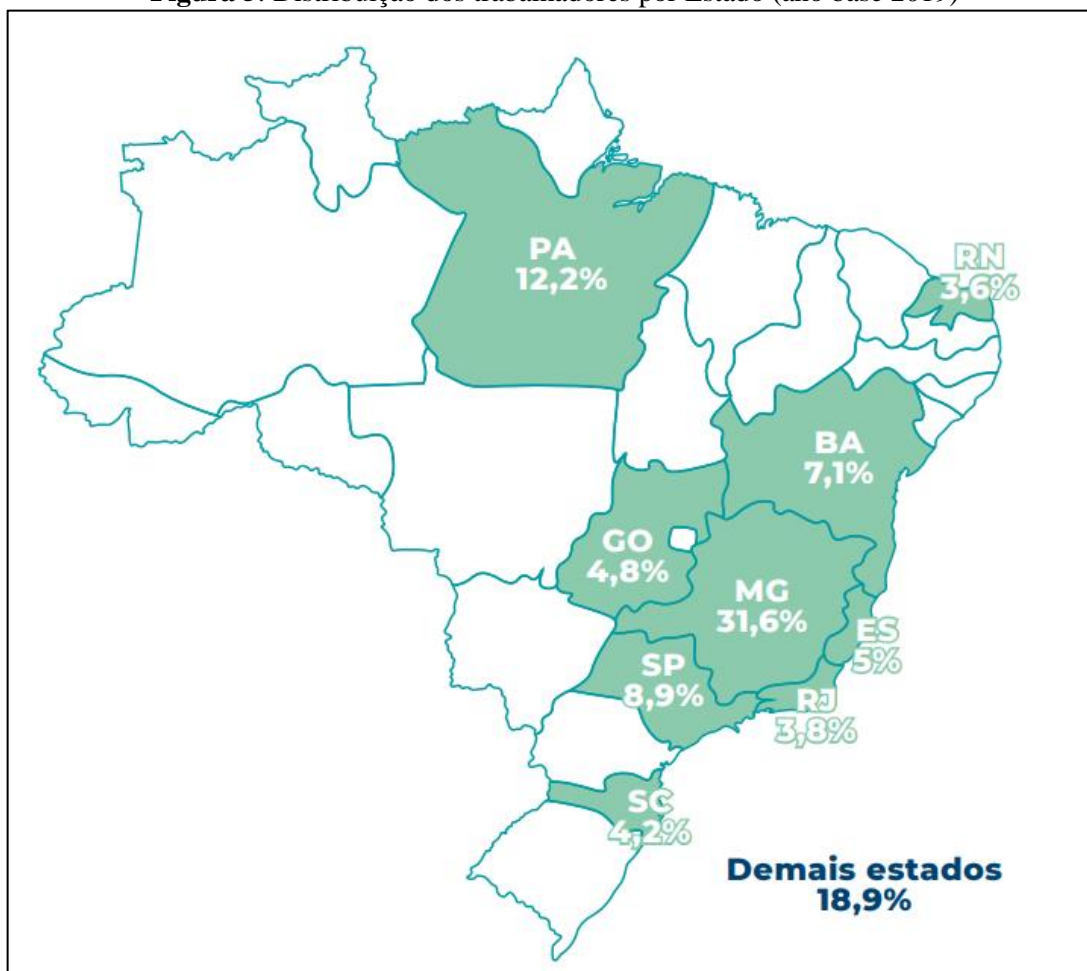
Fonte: IBRAM (2020)

A indústria extrativa mineral tem participação fundamental no Produto Interno Bruto (PIB) e representa 4% de todo o PIB Brasil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014 – 2018). O Setor é responsável por empregar de maneira direta 174.719¹³ pessoas (IBRAM, 2020). Todavia, o efeito multiplicador de postos de trabalho promovido por toda a cadeia produtiva mineral torna o número de empregos muito maior. Para o IBRAM (2020),

[...] este efeito multiplicador ocorre para trás (antes de um projeto ser implantado) e para frente na cadeia produtiva (implantação do projeto e operação). O efeito multiplicador é de até 13 empregos indiretos ou induzidos. Ou seja, quase 2,2 milhões de trabalhadores são envolvidos de alguma forma com a atividade de mineração (IBRAM, 2020, p. 27).

A Figura 5 apresenta a distribuição dos trabalhadores por Estado brasileiro, com destaque para Minas Gerais e Pará, respectivamente primeiro e segundo maiores Estados produtores minerais do País. Também chamam atenção os Estados de São Paulo, Bahia e Goiás, este último a ser abordado em detalhes nos próximos parágrafos dessa subseção.

¹³ O número de empregos formais é apurado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). A metodologia do Ministério de Economia se utiliza da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) e do Código de Atividade Econômica (CNAE), conforme registro que as empresas informam no RAIS. São informações comuns a todos os empregadores brasileiros.

Figura 5: Distribuição dos trabalhadores por Estado (ano base 2019)

Fonte: Instituto Brasileiro de Mineração. Informações sobre a economia mineral brasileira 2020 – Ano base 2019.

A geração de impostos e de tributos é outro aspecto a ser observado para se conhecer o Setor Mineral. Em 2022 foram arrecadados R\$ 86,2 bilhões em impostos totais pagos pela mineração, dos quais 92% é proveniente da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM). Estabelecida pela Constituição de 1988, a CFEM “...é devida aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, e aos órgãos da administração da União, como contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios” (Brasil, 1988, Art.20, § 1º). O recurso pago pela exploração mineral deve ser aplicado, conforme Lei 13.540, de 2017, que designa a seguinte divisão: 10% para a União; 15% para o Distrito Federal e os Estados onde ocorrerem a produção; 15% para o Distrito Federal e os Municípios, quando afetados pela atividade de mineração e a produção não ocorrer em seus territórios; 60% para o Distrito Federal e os Municípios onde ocorrerem a produção.

Cabe aqui dedicar atenção à relevância da CFEM para o avanço da Ciência, na busca de um processo mais responsável de exploração de recursos naturais não renováveis, com menos

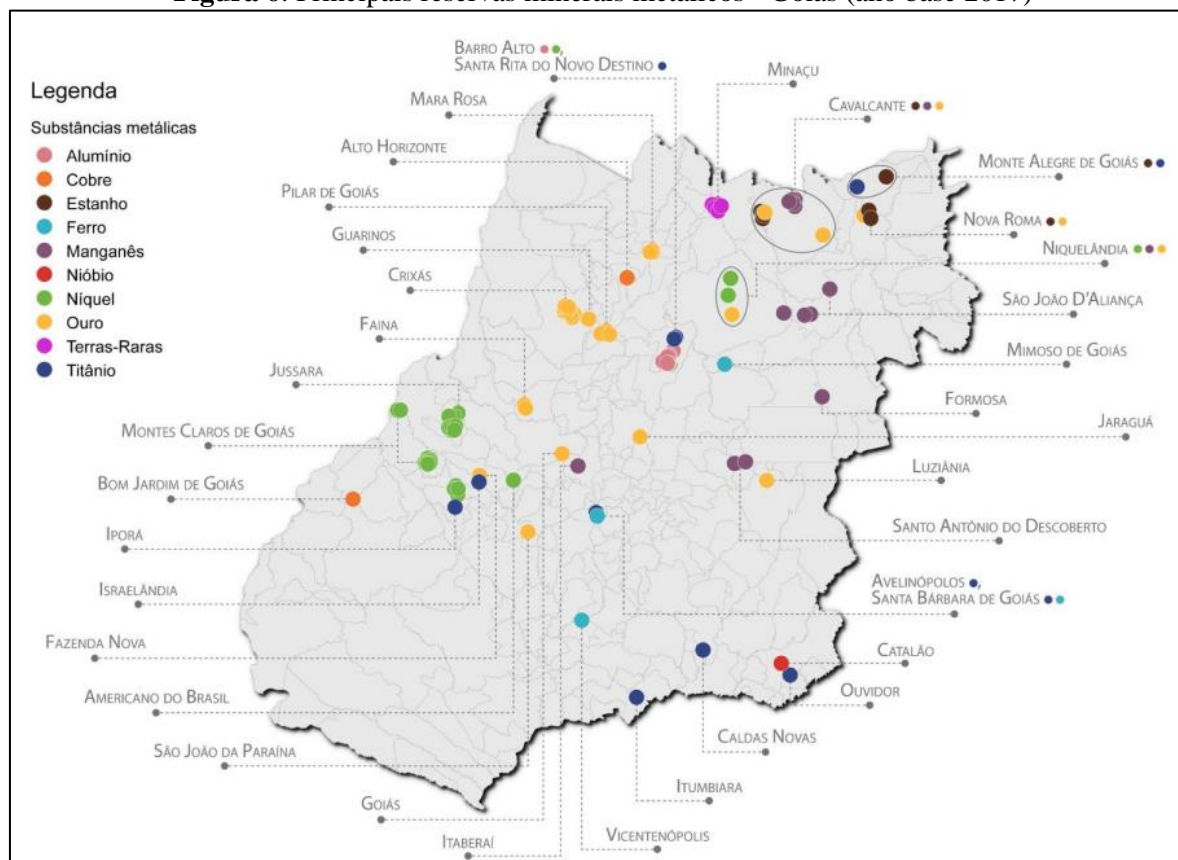
impacto socioambiental. Contudo a maior parte (60%) dos royalties¹⁴ pagos pelas empresas de mineração à União são repassados aos Municípios que abrigam atividades minerárias. O recurso é, dessa forma, a fonte primordial dos Municípios, juntamente com o ICMS da mineração, para o investimento em educação, saúde, qualidade ambiental, infraestrutura e outros setores que se revertam em benefícios para a comunidade local (CNM, 2012, p. 180). Os royalties da mineração também devem ser aplicados na mitigação dos efeitos ambientais e urbanísticos impostos às comunidades locais, sendo proibido o uso do recurso para o pagamento de dívidas públicas ou no quadro permanente de pessoal (ANM, 2022). A CFEM torna-se, portanto, um elemento importante na construção do relacionamento entre mineradores, Poder Público e Comunidades.

Essencial à indústria nacional por ser o fornecedor primário para todos os tipos de indústrias existentes no País, o Setor Mineral brasileiro ainda não atingiu o seu pleno potencial. Estima-se que apenas 60% do território nacional esteja mapeado geologicamente e menos de 3% possui escalas mais detalhadas de mapeamento (IBRAM, 2020). Por outro lado, a demanda por minérios no mundo aumenta vertiginosamente à medida da evolução do processo global de industrialização. A tendência aponta para a expansão e a implantação de novos e grandes empreendimentos minerários, gerando novas territorializações (Gonçalves; Mendonça, 2015).

Tão importante quanto o contexto nacional é posicionar a mineração em nível estadual, buscando explicitar a tamanha significância do Setor para a economia de Goiás e para as configurações socioespaciais dos Municípios mineradores goianos. Segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM, 2023), o Estado de Goiás oscila entre o terceiro e quarto maior produtor mineral do país, disputando a posição com a Bahia, estando atrás apenas dos Estados do Pará e de Minas Gerais. Importantes jazidas de minérios como Amianto, Níquel, Diamante, Ouro, Terras Raras, Fosfato e Nióbio se localizam e são exploradas no Bioma-território Cerrado (Mendonça, 2004), correspondendo a 1,6% da produção mineral nacional, como informado pelo IBRAM (2021). As figuras 3 e 4 apresentam a localização das principais reservas de minerais metálicos e não metálicos, respectivamente, do Estado de Goiás, ratificando a abundância mineral do subsolo Goiano.

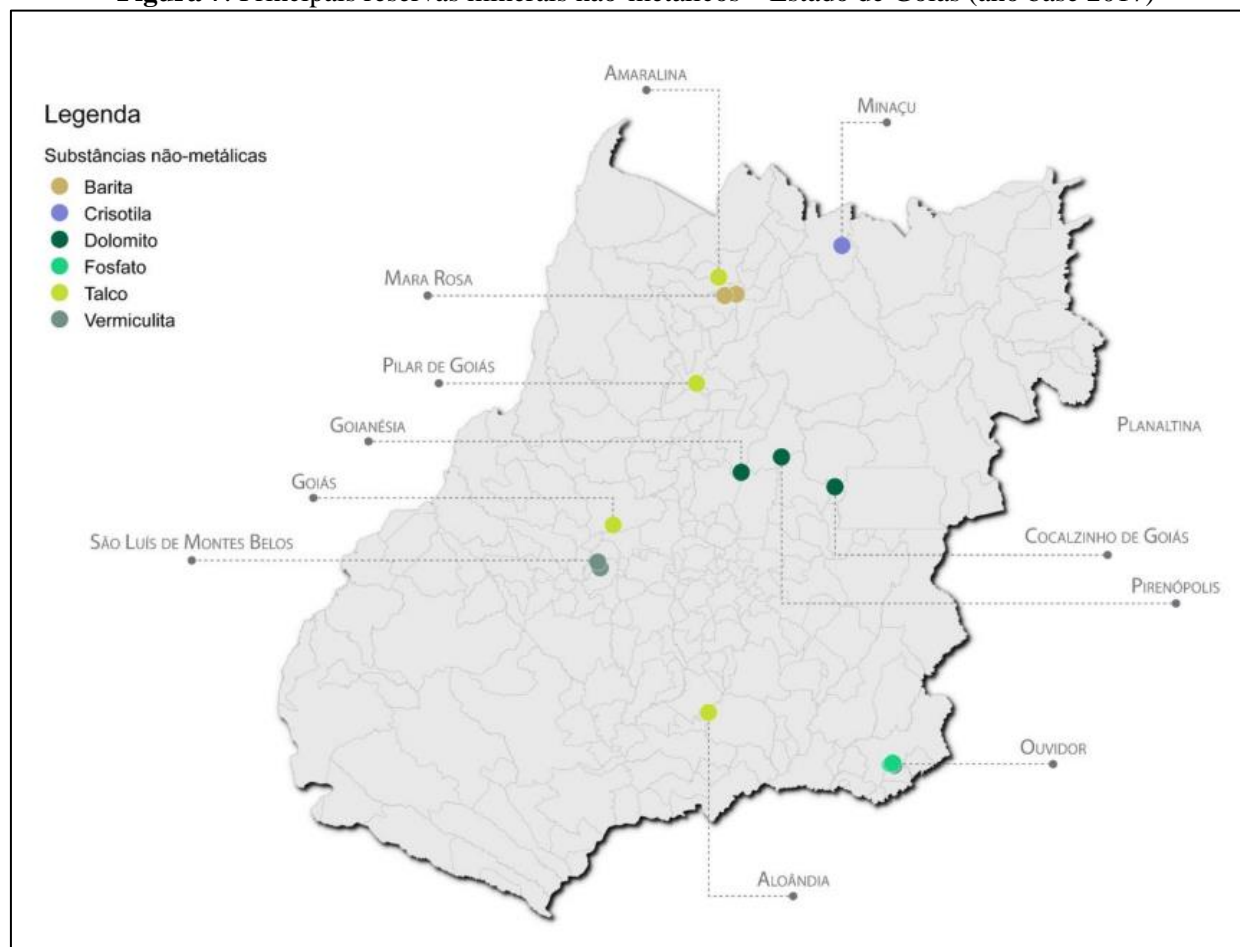
¹⁴ “A palavra royalty deriva de realza, que é de propriedade do rei. Portanto, etimologicamente royalty significa um pagamento pelo uso de bens ou serviços que pertencem à coroa, ou ao governo (Enriquez, 2007, p. 331).

Figura 6: Principais reservas minerais metálicos - Goiás (ano base 2017)



Fonte: Brasil. Agência Nacional de Mineração. Anuário Mineral Estadual - Distrito Federal e Goiás (2019).

Figura 7: Principais reservas minerais não-metálicos – Estado de Goiás (ano base 2017)



Fonte: Brasil. Agência Nacional de Mineração. Anuário Mineral Estadual - Distrito Federal e Goiás (2019).

Em linha com Gonçalves (2016), Goiás foi marcado por dois momentos principais e distintos de sua formação social e econômica. Um primeiro foi caracterizado pela exploração dos aluviões auríferos durante os séculos XVIII, até o início do século XIX, seguindo o movimento brasileiro do Ciclo do Ouro. Segundo o autor, pode-se dizer que a existência de Goiás, como dado territorial legitimado pela racionalidade do Estado, deve-se à mineração aurífera, cujo papel foi decisivo no povoamento do estado. Ferreira (2012) complementa:

Em Goiás, um número considerável de cidades nasceu da atividade de exploração do ouro, sendo que algumas destas prosperaram, outras tiveram seu crescimento estagnados e outras desapareceram. Dentre as cidades surgidas a partir da exploração do ouro ou da garimpagem de pedras preciosas pode citar Vila Boa de Goyaz (hoje conhecida como Cidade de Goiás), Pirenópolis, Santa Cruz de Goiás, Pilar de Goiás, Crixás, Niquelândia, Aragarças, Cachoeira de Goiás, Cristalina, Iporá, dentre outras (Ferreira, 2012, p. 70).

Com o esgotamento das jazidas de Ouro, ocorrida na década de 1820, devido à falta de tecnologia adequada, a mineração em Goiás fica relegada a segundo plano, dando espaço ao protagonismo da agricultura e da pecuária sobre a economia do Estado. A retomada do Setor Mineral se daria a partir de 1930, com a Marcha para o Oeste, promovida pelo Governo Getúlio Vargas com o objetivo de industrializar e povoar o interior do País. Como parte dessa estratégia, o Governo de Goiás criou o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás (PDEG), com vultuosos investimentos para a indústria de base, incluindo a mineração. Os investimentos culminaram na criação da Metais de Goiás S. A. (METAGO), em 1961, para a exploração e lavra de jazidas minerais no Estado de Goiás (Goiás, 1961).

Todavia, nos anos iniciais, o papel da METAGO se ateve à tentativa mal sucedida de estatizar a exploração mineral em Niquelândia e Minaçu, realizadas desde 1940 por empresas privadas. Como contribuição, a Empresa pública foi responsável pela criação de um imposto estadual sobre a exploração mineral, que permitiria investimentos na própria METAGO. Outro ponto positivo foi a instalação de escritório do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), hoje ANM, em Goiânia, intensificando o processo de mapeamento geológico do Estado de Goiás (Oliveira, 2019, p. 151). A METAGO foi extinta na década de 1990, embora o processo de liquidação da Empresa tenha se encerrado quase 30 anos depois, em novembro de 2022. Em substituição, foi criado o Fundo de Fomento à Mineração (FUNMINERAL), cujo objetivo é:

[...] fomentar no Estado de Goiás as atividades de prospecção e pesquisa mineral, bem como do aproveitamento das jazidas minerais e a industrialização de bens minerais no território goiano, fomentando ainda projetos e empreendimentos através de financiamentos com recursos próprios. (Goiás, 2019, recurso online).

Esses movimentos de incentivo à exploração mineral no Estado originaram uma segunda fase da mineração em terras Goianas, marcada por grandes empreendimentos extrativistas, com investimentos do capital privado nacional e internacional e uso da tecnologia, contrapondo o modelo garimpeiro do período da exploração do Ouro. Segundo o IMB (2016):

A indústria da mineração em Goiás é bastante diversificada, apresentando segmentos modernos e gestão similar às das grandes corporações internacionais, ajustando-se ao cenário da economia global. São sete pólos distribuídos pelo estado, com produção de cobre, ouro, cobalto, níquel, nióbio, fosfato e vermiculita que ocupam posições importantes na cadeia produtiva nacional (IMB, 2016, recurso online).

O avanço da mineração moderna intensificou o peso do Setor sobre a economia do Estado e sobre o Setor Mineral, em nível nacional. Para Gonçalves (2016), o crescimento dos investimentos e a ampliação dos projetos de exploração das jazidas minerais, distribuídas espacialmente no Estado expõem a inserção do território Goiano na economia de escala geopolítica nacional e internacional enquanto um dos principais produtores de minérios do Brasil (Gonçalves, 2016,). Goiás ocupa hoje o primeiro lugar no ranking nacional de produção de Amianto, Vermiculita e Níquel, o segundo lugar na produção de fosfato, nióbio e cobre e a terceira posição na produção de ouro (IMB, 2016). Além da produção de nióbio e fosfatos, nos municípios de Catalão e Ouvidor, destacam-se a produção de ouro nos municípios de Alto Horizonte, Crixás e Pilar de Goiás; níquel, no município de Barro Alto e amianto, em Minaçu. Nessas localidades operam grandes empresas de capital transnacional, concentrando mais de 85% da produção estadual. De acordo com o MME, em 2021, o Estado de Goiás atingiu cifras de comercialização mineral da ordem de R\$ 8,5 bilhões, gerando o recolhimento aos cofres públicos de mais de R\$ 166,6 milhões em CFEM (MME, 2022, recurso online).

A mineração responde ainda pelo terceiro lugar na composição do PIB Goiás, ficando atrás apenas da produção de grãos e da pecuária. Nesse ponto vale uma análise comparativa sobre o PIB dos principais Municípios mineradores de Goiás, em relação ao PIB do Estado e do Brasil. Conforme Tabela 1, nota-se em quase todos os municípios um valor muito elevado, se comparado ao PIB do Estado de Goiás, e do Brasil sendo “...possível afirmar que essa diferença é decorrente dos valores auferidos pela indústria extrativista” (Oliveira, 2021, p. 47).

Outro aspecto a ser observado é que quanto menor o número de habitantes, maior o PIB do Município minerador, em relação aos índices estaduais e nacionais.

Tabela 1: Comparativo do PIB per capita entre os principais Municípios mineradores Goianos, o Estado de Goiás e o Brasil (2022).

MUNICÍPIO (GO)	PIB/CAPITA (R\$)	PIB/CAPITA ESTADUAL (R\$ 29.732,4)	PIB/CAPITA NACIONAL (R\$ 35.935,7)
Catalão	65.498,10	220,2%	182,2%
Ouvidor	87.996,06	295,9%	244,8%
Alto Horizonte	119.081,22	400,5%	331,3%
Crixás	37.008,21	124,4%	102,9%
Pilar de Goiás	72.702,45	244,5%	202,3%
Barro Alto	R133.652,60	449,%	371,9%
Minaçu	34.129,64	114,7%	94,9%

Fonte: IBGE, 2023. Org.: MENDES, Diana Felipe, 2023.

Para os próximos anos, a perspectiva do Setor Mineral em Goiás é de crescimento, em linha com a ampliação da mineração, prevista em todo o País. Em 2022, o Governo de Goiás anunciou a criação do Plano Estadual de Recursos Minerais, como impulso ao desenvolvimento e à modernização do Setor. O plano resulta dos esforços do Fórum Permanente de Mineração – parte da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO) – e congrega representantes da Secretaria de Indústria e Comércio (SIC), Universidades Públicas de Goiás, Distrito Federal e do Pará, empresas de mineração e agências de regulação, além de parlamentares da ALEGO (SIC, 2023, recurso online).

A reestruturação proposta pelo plano inclui um diagnóstico completo da mineração, com olhares minuciosos às vertentes de geologia, ambiente, impactos sociais, economia e direito minerário. Além da busca por novos investimentos no Estado, sublinha-se a ampla dedicação do plano às questões de sustentabilidade das comunidades que acolhem as atividades minerárias em seus Municípios, tanto no período de exploração das jazidas como na fase posterior à exaustão das reservas. Igualmente, serão dedicados esforços à estruturação e adequação

ambiental de empresas mineradoras de pequeno porte para que atendam aos requisitos de produção e gestão ambiental prescritos pelas regulações em esfera estadual e federal.

Estes dois pontos demonstram a adesão do Governo de Goiás às agendas mundiais de Ambiente, Social e Governança, o chamado ASG, ou mais conhecido como ESG, sigla em inglês para *Environment, Social and Governance*. A Agenda ESG aponta uma série de boas práticas e compromissos sociais ambientais para o desenvolvimento de negócios mais limpos. O tema é relevante na abordagem sobre os instrumentos assumidos pela CMOC Brasil na condução do relacionamento com as Comunidades elegidas para o estudo. Em vista disso, a discussão sobre a agenda ESG acontece na próxima Seção desta dissertação.

O cenário evidenciado em Goiás expõe o papel crucial da mineração no posicionamento geopolítico do Brasil, em períodos de economia global. Ao mesmo tempo que a exploração minerária posiciona o Brasil como um dos maiores fornecedores de bens minerais ao mundo - permitindo o avanço da indústria e da tecnologia -, ela também provoca reconfigurações político-espaciais no ambiente interno, influenciando na constituição dos territórios e das identidades locais. Nesse contexto para Gonçalves e Mendonça (2013):

[...] está em curso uma geopolítica das grandes empresas de mineração na ocupação do Cerrado, gerada pela apropriação do subsolo e expansão da atividade mineradora nos seus territórios em Goiás. O subsolo torna-se um território em disputa e sua exploração pelos grandes empreendimentos de mineração substancia relações de poder, conflitos socioambientais, (Re)Existências do trabalho e redefinições do Cerrado para atender ao modelo de acumulação capitalista mundializado (Gonçalves; Mendonça, 2013, p. 96-97).

A par da relevância do Setor Mineral para o Brasil e para o Estado de Goiás, de igual modo, os empreendimentos minerários localizados em Catalão (GO) e Ouvidor (GO) são parte fundamental do processo de transformação do território. Por isso, as próximas subseções visam conhecer a história e a potencialidade minerária, bem como dissertar sobre as consequências da mineração nos Municípios de estudo.

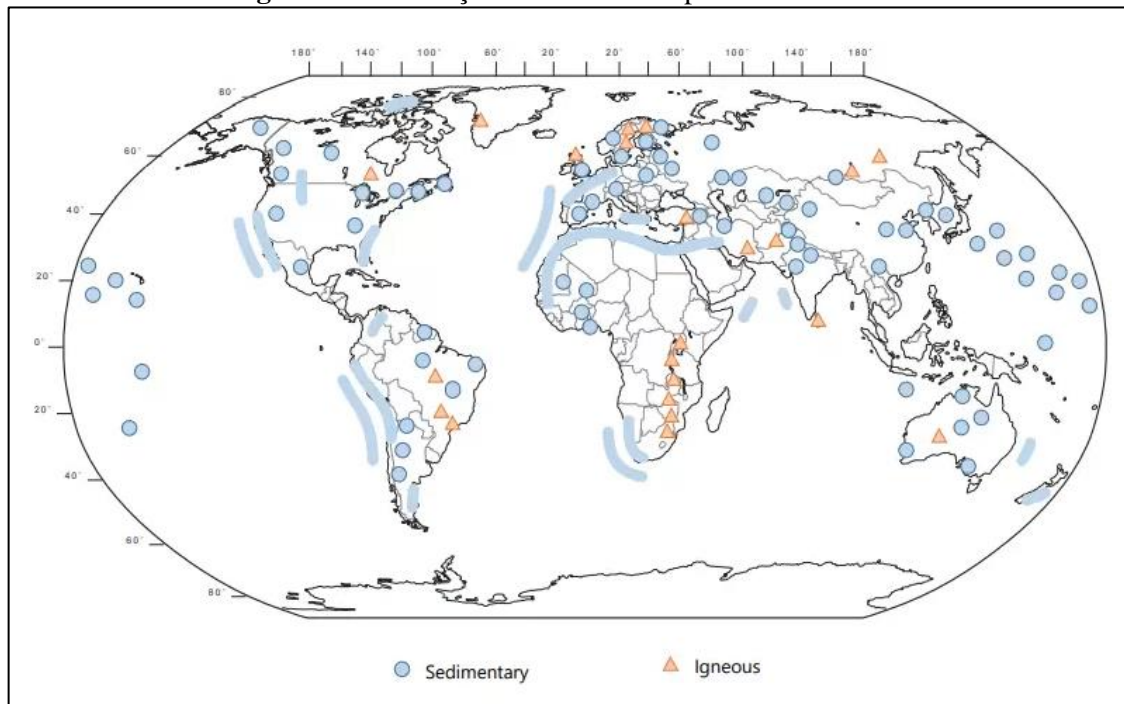
3.2 O TERRITÓRIO MINERADOR DE CATALÃO (GO) E OUVIDOR (GO): NIÓBIO, FOSFATO E A MINERAÇÃO

As relações sociais construídas ou impostas aos sujeitos dessa pesquisa, decorrem do movimento minerador estabelecido nos municípios de Catalão (GO) e Ouvidor (GO). Cabe, portanto, a abordagem nessa pesquisa sobre a história da implantação dos empreendimentos

minerários, bem como o entendimento mínimo relativo aos minérios de nióbio e fosfatos, matérias-primas relevantes para o desenvolvimento da indústria. Ambos os minérios cumprem papéis relevantes, mas diferentes na agenda político e econômica do país, estando na mira de empresas estrangeiras e do mercado internacional.

O fosfato é o minério onde está contido o fósforo, elemento químico abundante na Terra, presente em todas as formas de vida, sendo impossível mantê-la sem o consumo do minério. “O fósforo, em termos mundiais, está contido nas rochas de depósitos de origens sedimentares, ígneos e biogenético” (ANM, 2001, p. 1). O interesse comercial foca-se nos depósitos sedimentares e ígneos, que estão distribuídos pelos continentes, principalmente nas Américas, África, norte Europeu e Ásia, conforme apresenta a Figura 8. China, Estados Unidos e Marrocos concentram 75% das reservas identificadas do minério, sendo que o Brasil ocupa a XX posição no ranking mundial de reservas.

Figura 8: Distribuição mundial dos depósitos de Fosfato.



Fonte: International Fertilizer Association (IFA) e Argus (2023).

O minério fosfatado é a base para a produção de fertilizantes e produtos de alimentação animal, insumos básicos para o agronegócio, que visa atender à crescente demanda de produção de commodities para alimentação e outros produtos industrializados. Assim, considerando que o Brasil figura entre os líderes da produção agropecuária mundial, a mineração de Fosfato em Goiás é observada globalmente por toda a cadeia do agronegócio, uma vez que qualquer alteração na capacidade produtiva afeta diretamente o mercado de commodities agrícolas. A

preocupação de países estrangeiros com a produção de insumos fosfatados pode ser percebida também pela instalação no Brasil de inúmeras empresas que preparam a mistura de Nitrogênio, Fosfatos e Potássio (NPK) – principal fertilizante - incluindo no município de Catalão (GO), que registra a presença de misturadoras com controle de capital de origem suíça e norueguesa.

Já o Nióbio é um mineral nobre e concentrado em poucos países. O Brasil detém 98% das reservas mundiais conhecidas, seguido por Canadá e Austrália. Entretanto, países como Egito, República Democrática do Congo e Rússia, dentre outros, também possuem reservas conhecidas, mas sem atividade de exploração até os dias atuais. É considerado um dos metais críticos e estratégicos para o Brasil que, juntamente com o Cobalto, Grafita, Lítio, metais do grupo da Platina, Molibdênio, Silício (grau solar), Tálcio, Tântalo, Terras raras, Titânio e Vanádio possuem grande aplicação na indústria de alta tecnologia. Utilizado como agente de liga na produção de aço de alta resistência e baixa liga, o minério possui propriedades muito específicas, como a resistência à corrosão e às temperaturas extremas, boa maleabilidade e leveza. Assim, o Nióbio é estratégico para a indústria da construção civil, que consome cerca de 30% da produção mundial, pois está na composição de laminados frios usados na construção de pontes, viadutos e edifícios, atendendo às necessidades de ampliação da infraestrutura requerida pelos países em desenvolvimento. Também possui importância vital para a indústria automobilística, pois ajuda a produzir veículos mais leves e eficientes, reduzindo a emissão de CO₂, o que lhe confere uma relevância no aspecto de sustentabilidade ambiental. Já na indústria de óleo e gás, o Nióbio é aplicado na construção de plataformas marítimas e tubulações longas e de alta pressão. Outras indústrias como a química, a produção de componentes eletrônicos, equipamentos para a medicina, e aeroespacial também utilizam o minério para o seu desenvolvimento.

Atualmente, apenas três empresas no mundo fazem a lavra do minério de Nióbio, sendo que duas delas localizam-se no Brasil, que detém as maiores reservas mundiais e se posiciona como o maior produtor mundial do metal, representando mais de 90% do total mundial. No município de Araxá, em Minas Gerais, está a maior reserva, sendo a Companhia Brasileira de Mineração e Metais (CBMM) responsável por 85% da produção total, seguida pela CMOB Brasil, localizada nos municípios de Catalão e Ouidor (GO), que produz 12% e por fim, pela empresa canadense Niobec, que oferece ao mercado 3% da produção mundial de Nióbio.

Considerando a história dos municípios de Catalão (GO) e Ouidor (GO), a partir da década de 1970 acontece a instalação de empresas transnacionais buscando explorar as reservas do Complexo Mineral de Catalão I e II. Todavia, a identificação de jazidas minerais no Sudeste

Goiano ocorreu no fim do século XIX, como parte da Missão Cruls¹⁵, por meio das pesquisas do geólogo Eugênio Hussak. A partir dessa descoberta foram encaminhados os estudos sobre as jazidas de Fosfato e Titânio que seriam identificadas na década de 1900 (ANM/Nióbio, 2023).

O Complexo Mineral de Catalão I e II é parte da Província Alcalina do Alto Paranaíba, uma importante província mineral, onde ocorrem ambientes geológicos favoráveis às mineralizações de diamante em kimberlitos e aluviões, e de Nióbio, Fosfato, Titânio, Vermiculita, Terras Raras e Barita, entre outros, associados a corpos máficoultramáficos alcalinos Cretáceos, intrudidos em terrenos Pré-Cambrianos. A região inclui, além do Complexo Catalão I e II, o sudoeste de Minas Gerais, com os Complexos de Araxá, Tapira, Salitre e Serra Negra (Palmieri, 2011).

A formação geomorfológica dos municípios de Catalão (GO) e de Ouvidor (GO) despertou o interesse de pesquisadores entre as décadas de 1950 e 1960. Em 1968, a METAGO requereu áreas na região para pesquisa e prospecção mineral, confirmando “...a existência de formações vulcânicas que apontavam condições ideais de obtenção de Fosfato. Em 1969, foram verificadas ocorrências de muitos outros minerais importantes: Vermiculita, Titânio, Nióbio e Terras raras (Oliveira, 2002, p. 71).

A análise da METAGO focou inicialmente nas reservas de Fosfato, já que o mineral era estratégico naquele momento para a produção da agricultura em larga escala, como parte do processo de modernização e de expansão da fronteira agrícola. Em 1974, mediante os bons resultados das pesquisas, a METAGO recebeu autorização do DNPM para pesquisar reservas de Titânio e dar início à exploração de Apatita, em áreas de Catalão (GO) e Ouvidor (GO). Apesar da exigência de um alto custo de investimento por parte do estado de Goiás, o projeto de exploração avançou e, em 1975, a METAGO prosseguiu com a implantação de uma “...usina semi-industrial que viabilizasse estudos sobre os métodos de mineração e beneficiamento adequados à região, cuja classificação atingia o nível de extrema complexidade mineralógica.” (Oliveira, 2002, p. 72). Oliveira (2002), em sua avaliação socioeconômica da mineração em Catalão (GO) pontua que:

¹⁵ Oficialmente denominada Comissão Exploradora do Planalto Central, a Missão Cruls foi a expedição exploratória ocorrida em 1892, em áreas goianas, com o objetivo de conhecer e demarcar a localização para a construção da futura capital, Brasília. A expedição foi composta por profissionais multidisciplinares, liderados pelo astrônomo e geógrafo Louis Ferdinand Cruls. Daí a origem do nome popular da expedição. A expedição coletou informações, realizou levantamentos cartográficos, de solo, fauna, flora e outros dados que foram determinantes para que o projeto avançasse. O resultado foi a demarcação do “Quadrilátero Cruls”, que posteriormente formaria o Distrito Federal.

[...] a Usina foi apresentada como um grande marco da história da mineração de Goiás e do país, pois representava um passo decisivo na “luta dos fertilizantes”, fundamental para diminuir os impactos das importações e para a sustentabilidade da “Revolução Verde”. Com este princípio, recebeu amplo apoio do governo federal, cumprindo uma das mais importantes metas do II PND: a autosuficiência de fertilizantes fosfatados.

O objetivo secundário da implantação da usina semi-industrial é que esta, após os estudos relativos ao fosfato, realizasse também pesquisas e industrialização dos outros minérios ali encontrados, que ainda permaneciam sem tecnologia própria para serem explorados (Oliveira, 2002, p. 72).

A planta semi-industrial instalada pela METAGO, como previsto, era insuficiente para o beneficiamento de Fosfato em larga escala, a ser utilizado na produção de fertilizantes. Todavia, os custos para a construção de uma planta industrial com grande capacidade produtiva estavam muito acima dos recursos disponíveis pelo Estado de Goiás para ser investido no Setor. A saída então, foi a busca por parcerias com a iniciativa privada, o que não se concretizou devido ao desinteresse do mercado em firmar parcerias com o Poder Público. Em 1978, o Governo Federal interveio, determinando à Empresa Petrobrás e ao fundo Fibase, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a associação ao empreendimento de Catalão (GO) e Ouvidor (GO), dando origem à Empresa Goiás Fertilizantes S/A. (GoiásFértil). A associação perdurou até o ano de 1992, quando a Estatal foi vendida para a Ultrafértil, empresa privada de capital estrangeiro, cujo modelo de gestão se alinhava à fase de modernização da indústria brasileira. Posteriormente, a empresa foi vendida para a Vale S/A e atualmente os ativos são pertencentes ao Grupo Estadunidense Mosaic Company.

Em paralelo à evolução da empresa pública de fosfatos, iniciam-se, na década de 1960, os investimentos de origem privada em pesquisa, extração e beneficiamento de Nióbio e Fosfatos, realizados pelo Grupo Inglês Anglo American. Em 1966, o grupo cria a empresa Copebras e começa a extrair rocha fosfática no município de Ouvidor (GO), cujo material era enviado para a planta química da companhia, em Cubatão (SP), onde se produzia ácido sulfúrico e fertilizantes fosfatados de baixa concentração. Somente em 1984, inaugura-se, em Catalão (GO), a planta química para a produção de fertilizantes na região.

Ao longo dos próximos dezenove anos, a Copebrás realizaria processos de expansão na mina e planta química de Fosfato, até culminar, em 2003, na inauguração do Complexo Minero-Químico de Fertilizantes e Fosfato (Figura 9), o qual propiciou a duplicação da capacidade produtiva de concentrados de minério de Fósforo (CMOC, 2023). O investimento de US\$ 140 milhões representou um marco para o setor de produção de fertilizantes, cujo objetivo era reduzir a dependência brasileira de importação, já que os insumos eram cada vez mais essenciais para o atendimento à crescente demanda pela produção de alimentos e, por

consequência, de commodities agrícolas. Vale ressaltar que a inauguração do Complexo de Fosfato propiciou a geração de milhares de empregos diretos e indiretos, impulsionando a economia da região.

Figura 9: Imagem aérea do Complexo Mineró-químico de Fertilizantes e Fosfato inaugurado pela Copebrás (atual CMOC) em 2003, em Catalão (GO)



Fonte: Website da CMOC Brasil (divulgação), 2023.

A exploração do mineral Nióbio ocorre a partir de 1976 quando a chamada Mineração Catalão, também pertencente ao grupo Anglo American, inicia suas atividades no município de Ouidor (GO). No ano seguinte é produzida a primeira liga de Ferronióbio, em uma planta industrial de menor porte, localizada no centro do município de Catalão (GO), a qual seria posteriormente desativada, sendo substituída por uma planta de beneficiamento na Fazenda Chapadão, zona rural do município de Ouidor (GO), na divisa com a comunidade Macaúba. A produção de Nióbio é impulsionada em 1999, quando a Anglo American principia a exploração de pirocloro na Mina Boa Vista (Figura 10), localizada na comunidade Coqueiro, em Catalão (GO). A partir desse momento, a produção de liga de Ferronióbio avança, até que em 2014, a companhia utiliza-se de novas tecnologias para a exploração e beneficiamento de Nióbio por meio de rochas não-oxidadas, permitindo a triplicação da produção ao longo dos anos seguintes e a posição de segunda maior produtora de Nióbio do mundo.

Figura 10: Imagem aérea da Mina Boa Vista onde a empresa CMOC extrai minério de nióbio em Catalão (GO)



Fonte: Agência Nacional de Mineração, 2017.

Tanto as operações de Nióbio e Fosfato da Anglo American foram vendidas, em 2016, ao grupo chinês China Molybdenum Company, passando a se chamarem inicialmente CMOC Brasil e posteriormente apenas CMOC. Segundo a Companhia, em 2021 foram produzidas mais de 8.500 toneladas de liga de Ferronióbio, destinadas para o mercado externo, especialmente América do Norte, Europa e Ásia. No negócio de Fosfato, em 2021, foram produzidas 1.113.386 toneladas de fertilizantes de baixa e alta concentração, 287.434 toneladas de ácido fosfórico e 198.547 toneladas de Fosfato bicálcico, sendo que 100% desses produtos destinaram-se ao mercado brasileiro (CMOC, 2023).

Atualmente, segundo a CMOC (2023), 5.400 empregados e contratados trabalham para a companhia, cujo faturamento bruto em 2018 - último dado divulgado - foi de R\$ 2,72 bilhões. Em 2021, a Empresa declarou uma geração de tributos da ordem de R\$ 250 milhões (CMOC, 2023, recurso online).

Já a Mosaic Fertilizantes opera atualmente uma mina de Fosfato no município de Ouidor (GO) e uma planta industrial no município de Catalão (GO) com capacidade para processar 1 milhão de toneladas por ano de rocha fosfática. Não foram encontradas informações específicas dos valores gerados pela produção local, entretanto, a empresa divulgou que em 2022 obteve lucro operacional de US\$ 910 milhões, considerando sua produção em 10 Estados do Brasil (Mosaic, 2023, recurso online).

A breve descrição do Setor Mineral na área de estudo demonstra o peso da atividade para a economia local e nacional, entretanto, juntamente às cifras e recursos gerados, surgem os efeitos socioambientais, analisados na próxima subseção.

3.3 CONSEQUÊNCIA DA INTERVENÇÃO MINERÁRIA NAS COMUNIDADES RURAIS DE COQUEIRO, MACAÚBA, OUVIDOR DOS CLÁUDIOS E CORUJA

A implantação da atividade minerária nos municípios de Catalão (GO) e Ouidor (GO) impôs mudanças sociais, territoriais e ambientais à região. A exploração mineral teve influência direta na formação e no desenvolvimento desses Municípios como tal são conhecidos hoje. Por isso, essa subseção trata dos efeitos promovidos pela mineração promovidos no espaço, tanto no que tange aos aspectos socioeconômicos, tal qual a geração de empregos e a promoção da renda, até os efeitos ambientais e territoriais que afetam diretamente as comunidades do entorno.

O primeiro impacto promovido pela atividade minerária foi o intenso aumento demográfico nos dois Municípios em estudo, registrado a partir das décadas de 1970 e 1980. Para atender a demanda de produção, as operações minerárias criaram milhares de vagas de empregos, atraindo trabalhadores de todo o entorno do Sudeste de Goiás e também de outras regiões do estado e do País. Cerca de 2.000 empregos diretos e muitos outros indiretos foram oferecidos pelo Setor Mineral no início das operações de extração impulsionando o processo migratório (Mendes, 2005).

Como forma de incentivo à modernização industrial e econômica do País insuflada pelo Governo Federal, os municípios, em especial Catalão (GO), receberam nos anos posteriores ao início da extração mineral fortes investimentos do Setor Público e do Setor Privado. A maior parte dos recursos destinava-se à construção de infraestruturas que permitissem a expansão da zona urbana. De acordo com Silva (2000), é desse período a criação de dezenas de loteamentos, originando importante bairros que hoje compõem a zona urbana de Catalão (GO). A facilidade encontrada por construtoras na criação de loteamentos, devido à falta de legislações de

zoneamento e fiscalização, fez com que bairros com distintas estruturas fossem criados, abrigando também moradores com perfis socioeconômicos distintos, criando problemas urbanos diversos.

Assim, por um lado foram criados bairros na região central da cidade de Catalão (GO) para comportar os profissionais do Setor Mineral que possuíam mais qualificação e maior renda e ocupavam os cargos superiores nas empresas de mineração. Esses loteamentos receberam mais investimentos, usufruindo de equipamentos públicos, como rede de esgoto, iluminação, asfalto, unidades escolares e de saúde, dentre outros, além de uma rede de comércio mais desenvolvida. Do outro lado, surgiram bairros com infraestrutura mais precária, alguns deles oriundos de projetos de casas populares, a exemplo da Vila Liberdade e Setor Universitário, localizados à periferia da zona urbana de Catalão (GO), para absorverem a demanda por moradia dos trabalhadores braçais que migraram para a região no período e dos trabalhadores rurais que começavam, de maneira quase sempre compulsória, a vender suas propriedades às Empresas de mineração e se mudarem para a zona urbana, sem grandes recursos para se reestabelecerem (Gonçalves, 2015).

O aumento populacional e também de renda provocado pelo Setor Mineral incentivou a circulação de recursos na região, fortalecendo o comércio local e motivando a chegada de novas empresas. Na década de 1980 é construído o Distrito Agroindustrial de Catalão (DIMIC) reforçando ainda mais o rápido processo de urbanização e desenvolvimento iniciado pela mineração.

O Setor Mineral também acelerou a presença de instituições de ensino voltadas para a capacitação de mão-de-obra que pudesse preencher as vagas ofertadas pelas empresas de mineração. Em 1988 é inaugurado em Catalão (GO) o Centro de Formação Profissional do Serviço Nacional da Indústria (SENAI), como resultado de uma parceria entre a Prefeitura Municipal, a Federação das Indústrias do Estado de Goiás e as empresas Goiasfértil – atualmente pertencente ao grupo Mosaic Fertilizantes, Mineração Catalão e Copebras, as duas últimas controladas atualmente pelo grupo CMOC. O centro de ensino ofertou cursos técnicos para o setor mineral, mas também para os demais setores industriais que se instalavam na região, como a parte automotiva e de implementos agrícolas (Assis e Lima, 2012).

Em tempos mais recentes, entre as décadas de 2000 e 2010, a relevância do Setor Mineral para o Sudeste Goiano contribuiu para atrair mais cursos superiores para a então Universidade Federal de Goiás (UFG), hoje Universidade Federal de Catalão (UFCAT), responsáveis pela formação de profissionais que pudessem atuar na mineração. Os cursos de Química, Engenharia de Minas, Engenharia de Produção e Engenharia Mecânica foram os mais

relevantes nesse processo, dando oportunidade para que estudantes da própria região se capacitassem e pudessem assumir funções mais estratégicas e cargos melhor remunerados nas empresas mineradoras. Sublinha-se que até este momento, as funções mais estratégicas na mineração eram assumidas por profissionais que vinham de outras regiões do país, principalmente do Sudeste, em especial do Estado de Minas Gerais. Embora essa realidade não tenha se dissolvido por completo, no tempo atual há maior equilíbrio na presença de profissionais locais em cargos relevantes no Setor Mineral.

Os processos de expansão do setor mineral nos municípios de Catalão e Ouidor ocorridos a partir da década de 1990, também resultaram em novos investimentos no município de Catalão (GO), em sua maior parte como compensações exigidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), que financiava as novas obras. É o caso da implantação do novo complexo industrial da Copebras em 2003, cujos investimentos culminaram na construção do Hospital Materno Infantil de Catalão, da Creche Municipal e da Casa dos Idosos do Município.

A inegável influência do setor para o desenvolvimento da região, contrasta, porém, com os efeitos adversos gerados pela extração mineral. Impactos sociais, sobretudo relativos à expropriação de Comunidades Rurais de seus territórios, e ambientais das atividades minerárias trouxeram consequências graves à dinâmica territorial dos municípios de Catalão e Ouidor.

O dano mais proeminente provocado pela mineração refere-se diretamente à aquisição das terras para a exploração dos minérios. Nota-se a partir da década de 1960 até os dias atuais, que boa parte das famílias estabelecidas nas regiões dos Domos Minerários viram-se obrigadas a venderem suas propriedades e partirem para a cidade/núcleos urbanos ou adquirirem outra propriedade rural em lugar adjacente à mineração, ou em outra Comunidade onde não houvesse atividade mineral. Essa realidade provocou a redução considerável do número de famílias as quais compõe as Comunidades Rurais locais, causando um processo de desterritorialização, que conforme Saquet (2007) seria, antes de mais nada, o abandono do território e/ou lugar.

Para a compreensão do transcurso de desterritorialização das comunidades rurais deve-se trazer à tona o entendimento da legislação brasileira relativa à exploração de recursos naturais. A Constituição Federal de 1988, por meio do Artigo 176, destina à União a propriedade dos recursos minerais, conforme abaixo:

As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra (Art. 176, Brasil, 1988).

Isso significa que os proprietários de terras, tais quais os pertencentes às comunidades rurais em estudo, possuem propriedade apenas sobre a superficialidade do solo, permitindo que empresas e pessoas físicas requeiram o direito sobre a exploração do subsolo. Ainda no Artigo 176, em seu Parágrafo 1º, a União determina que:

A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei [...] (Brasil, 1988).

A partir dessa determinação, a legislação preconiza que o interesse da exploração do subsolo sobrepõe-se ao interesse do superficiário, ou seja, do uso do solo. Sob o pretexto formal do “interesse público”, o Brasil cede a empresas nacionais e de capital estrangeiro a concessão à pesquisa e lavra de minérios no País. Com o direito minerário em mãos, as empresas ganham forças para negociarem a compra das terras pertencentes aos superficiários. Não havendo negociação amigável, o dono da concessão de pesquisa e lavra pode acionar juridicamente o superficiário solicitando sua retirada compulsória justificada pela necessidade de exploração mineral que atende aos interesses sociais e econômicos do País. Logo, estabelece-se uma obrigatoriedade do superficiário em entregar suas terras, numa espécie de abandono compulsivo.

Fundamentados nessa lógica constitucional os grandes conglomerados de mineração requerem de maneira ativa a Cessão de Direito¹⁶ que lhes permite inicialmente pesquisar e posteriormente realizar a lavra das substâncias minerais. Os dados da Tabela X identifica o número de Cessões de Direito requeridas pela Empresa CMOC Brasil à ANM nos municípios de Catalão (GO) e Ouvidor (GO), desde o ano de 1968 quando ocorreu o primeiro requerimento até o ano de 2021, última atualização constante no Cadastro Mineiro disponibilizado pela Agência. Totalizam-se 27 processos minerários, considerando fases distintas desde a Autorização de Pesquisa, até as Solicitações para Lavra, Concessão de Lavra e Licenciamento. A empresa foca a sua atuação, até o momento na pesquisa e lavra de Nióbio, Fosfato e Barita.

¹⁶ O termo Cessão de Direito refere-se ao conjunto de modalidades legais ou regimes de aproveitamento dos recursos minerais que permitam a obtenção de um título que credencie seu possuidor ao aproveitamento do recurso mineral. Inclui as diversas fases do processo, desde os regimes de autorizações e concessões, licenciamento, lavra, extração e beneficiamento. A Cessão de Direito considera a diversidade de substâncias minerais, o grau de dificuldade de seu aproveitamento, o destino da produção obtida, além de aspectos de caráter social para a definição da legislação pertinente (ANM, 2023).

Ressalta-se que um mesmo requerimento pode incluir mais de uma substância mineral e, de igual maneira, mais de um Município.

Da mesma forma, como demonstrado na Tabela 3, a Empresa Mosaic Fertilizantes registra um total de 17 requerimentos de Cessão de Direito, considerando o período entre a data do primeiro requerimento, em 1967 e o ano de 2021, data limite de disponibilização dos dados pela ANM. Nota-se uma maior diversidade de substâncias minerais pesquisadas por parte da empresa Norte americana, com estudos de Nióbio, Fosfato, Titânio, Barita, Terras Raras e Vermiculita, comprovando a enorme riqueza que compõem o Domo Minerário da região.

Tabela 2: Número e tipo de Substâncias Minerais com Cessão de Direito requeridas pela empresa CMOC Brasil à ANM em Catalão e Ouvidor (GO)

Município	Cessões de Direito	Substância Mineral					
		Nióbio	Fosfato	Titânio	Barita	Terras Raras	Vermiculita
Catalão (GO)	18	18	13	-	7	-	-
Ouvidor (GO)	9						
Total:	27						

Fonte: ANM, 2023. Org.: MENDES, Diana Felipe, 2023.

Tabela 3: Número e tipo de Substâncias Minerais com Cessão de Direito requeridas pela empresa Mosaic Fertilizantes à ANM em Catalão e Ouvidor (GO)

Município	Cessões de Direito	Substância Mineral					
		Nióbio	Fosfato	Titânio	Barita	Terras Raras	Vermiculita
Catalão (GO)	7	5	11	5	2	2	2
Ouvidor (GO)	10						
Total:	17						

Fonte: ANM, 2023. Org.: MENDES, Diana Felipe, 2023.

Os dados presentes nas Tabelas X e Y comprovam a apropriação do subsolo da área de estudo pelas duas Empresas que operam na região. Gonçalves (2015), ao pesquisar sobre os efeitos da mineração, expõe que até aquele ano os requerimentos somavam uma área de mais de 14.000 hectares, demonstrando que terras anteriormente dedicadas à agricultura familiar foram absorvidas por empreendimentos minerários.

A questão que se debate é o fato de que o território tomado pela atividade mineradora ser justamente aquele antes ocupado por dezenas de famílias das Comunidades Rurais de

Catalão e Ouvidor. Nesta pesquisa foca-se em quatro comunidades que tiveram seu sistema territorial altamente transformado pela mineração. As Comunidades Catalanas de Coqueiro e Macaúba foram aquelas que abrigaram, juntamente com a comunidade Chapadão, a presença das minas a céu aberto, onde se concentra o cerne da exploração mineral. Essa última Comunidade já não é passível de estudos, porquanto tenha sido a primeira a ser afetada, havendo a supressão total da comunidade (Ferreira, 2012). Enquanto isso, as comunidades Ouidorenses de Coruja e Ouvidor dos Cláudios serviram para abrigar as atividades e empreendimentos acessórios à lavra de minérios, como barragens de rejeitos minerais, plantas de beneficiamento e até mesmo florestas de eucalipto, utilizados para a geração de energia necessária ao funcionamento das operações industriais.

Destarte, o que se observou foi um processo intenso de desterritorialização das comunidades e reterritorialização pela mineração, que deu ao território uma nova funcionalidade. Para Haesbaert (2003), “...a desterritorialização está vinculada ao desenraizamento e ao enfraquecimento das identidades territoriais” (Haesbaert, 2003, p. 17). Nesse sentido, perde-se a identificação cultural, de modo que os laços simbólicos e afetivos sobre o lugar deixam de fazer sentido, promovendo o que Haesbaert (2003) chama de “não-lugar”.

A comunidade Macaúba representa o exemplo mais claro da desterritorialização. Ferreira (2012) ao pesquisar sobre a Comunidade identificou que 75 famílias tiveram suas propriedades adquiridas por Empresas de Mineração entre 1970 e 2011. De lá para cá foram identificadas outras famílias também expropriadas de seus territórios:

[...] Essas constatações contribuíram para sublinhar que a mineração impactou diretamente a existência identitária territorial, material e simbólica da população local. Assim, com ênfase na territorialização e expansão da mineração, aprofundaram-se os processos de expropriação de famílias camponesas ou exaustão das condições de permanência na comunidade Coqueiros. Fraturou-se um território constituído pelos camponeses e seu trabalho, visões de mundo, modos de se organizar, usar os bens comuns e se apropriar do espaço. (Ferreira, 2012, p. 100).

Os agricultores familiares que permaneceram à volta dos empreendimentos minerários precisaram estabelecer uma nova organização do trabalho, adotando formas de reprodução social adaptadas à nova relação com a terra e com o ambiente, como relatado na seção anterior do relatório.

Junto ao processo de desterritorialização vieram os efeitos socioambientais nas áreas mineradas, já que a atividade envolve principalmente a alteração da paisagem, do solo e

subsolo. Também envolvem o uso e a qualidade dos recursos hídricos, a geração de particulados, ruídos e vibrações, alterações diversas na fauna e flora, entre outros aspectos que incomodam os indivíduos habitantes do lugar. Seguramente, as questões ambientais que permeiam a mineração são o principal ponto de discussão entre as Comunidades e os empreendimentos. Desde a identificação, tratativa e minimização dos impactos, os temas ambientais colocam-se como a pauta principal do relacionamento entre os sujeitos, sendo, também, a motivação para os conflitos sociais.

A indústria mineral altera sobremaneira a paisagem ambiental nas localidades em que atua. Em decorrência do processo de lavra e beneficiamento, as áreas do estudo, anteriormente compostas por vegetação nativa do Cerrado perdem a cobertura natural, sendo substituídas pelas cavas superficiais de onde se retira o minério. Além da área de mina, as operações necessitam de espaço para armazenar o grande volume de minérios extraídos, bem como para dispor em seu entorno o material denominado “estéril”, ou seja, o material, geralmente localizado nas camadas mais superficiais do solo, cujo teor de minério não é rentável para o beneficiamento. A disposição é realizada em pilhas, ocupando as áreas que circundam a cava das minas, tornando-se mais altas ao decorrer dos anos.

A alteração de paisagem pode ser observada principalmente na comunidade Macaúba, em Catalão (GO), onde, desde a década de 1970, opera-se a extração de Fosfatos, de modo que a cava – cuja dimensão cresce ao longo das décadas – e as pilhas de estéril transformaram grandemente a paisagem da Comunidade. Gonçalves (2015), ao referir-se à comunidade Macaúba observa que “...de qualquer lugar da Comunidade Macaúba é possível visualizar, no horizonte, os depósitos de estéril, pondo em destaque a poluição visual e a dilapidação da paisagem no local conhecido pelos moradores como serra “terra quebrada”. (Gonçalves, 2016, p. 74).

Também ocupam espaço as plantas industriais onde os minérios são beneficiados, seguidas pelas barragens de rejeito, formadas por extensas lagoas de água e material concentrado em minérios. Ainda que o número de hectares transformados pela atividade mineral não seja extenso, comparativamente ao Setor Agropecuário, por exemplo, a mineração provoca um impacto de alta visibilidade para quem está em seu entorno. As comunidades Macaúba e Coqueiro tiveram suas paisagens alteradas pelas minas e pilhas de estéril. Enquanto Ouidor dos Cláudios e Coruja convivem com plantas químicas e barragens.

O acesso ao recurso hídrico é uma discussão latente para os moradores das Comunidades rurais locais. A atividade de mineração somente é possível a partir da utilização de água em grande quantidade, desde a exploração da mina até os processos finais de beneficiamento, de

modo que o contexto hidrológico da região onde ocorre a mineração torna-se fator essencial para o negócio e, portanto, um ponto de disputa entre os sujeitos que ocupam o território e o uso industrial.

O uso da água s atividades da mineração pode provocar a redução de sua disponibilidade, o que afeta sobremaneira as atividades produtivas da agricultura e da pecuária, bem como a conservação do ambiente. Outra consequência é a possibilidade de contaminação dos lençóis freáticos, com possível escassez de espécies aquáticas e riscos à saúde das comunidades do entorno. O processo de exploração mineral pode ainda realizar desvios nos cursos d'água, afetando a dinâmica natural dos ecossistemas aquáticos e terrestres, e, portanto, provocando impactos sentidos a curto, médio e longo prazos pelas comunidades. Assoreamento dos corpos d'água e diminuição da vazão de poços e nascentes são alguns exemplos experimentados pelas comunidades do entorno da mineração.

Há de se acrescentar que o território em estudo está localizado em uma região de alto potencial hidrográfico, com algumas das principais bacias hidrográficas brasileiras como a Araguaia/Tocantins, São Francisco e Paraguai-Paraná. A grande disponibilidade de água é um fator que atrai atividades econômicas diversas, dentre elas a mineração.

Ao analisar a realidade dos sujeitos em estudo, Gonçalves (2016) afirma que um dos impactos do uso da água pela mineração na comunidade Macaúba é a alteração nas fontes de geração de renda. Em sua pesquisa, os depoimentos dos moradores¹⁷ relatam dificuldades para manterem a produção local, por meio de atividades como a irrigação das lavouras, a dessedentação do gado e até mesmo as atividades domésticas de rotina (Gonçalves, 2016).

Do outro lado, as empresas de mineração, em vista do atendimento aos requisitos legais, têm investido em tecnologias para racionalizar o uso da água em suas atividades. Sistemas de recirculação de água e redução do uso de água nova – captação direta no curso hídrico tem sido medidas adotadas pelo setor mineral. Segundo o IBRAM:

É cada vez mais comum a instalação de plantas de beneficiamento de minérios em circuitos fechados, onde a perda de água é mínima e inexistente geração de efluentes. Novas tecnologias são incorporadas continuamente, entre as quais: a diversificação de fontes de água, a exemplo da captação de chuva; disposição de rejeitos na forma de pasta, com o uso de espessadores de modo a reduzir o consumo de água nos processos; o beneficiamento a seco de minérios, utilizando-se da umidade natural do ambiente (IBRAM, 2015, recurso on line).

¹⁷ Gonçalves (2016), em sua Pesquisa de Campo participativa, realizou entrevista com 48 moradores das comunidades rurais Macaúba, Coqueiros e Mata Preta, no decorrer de setembro de 2014 a janeiro de 2015.

Entretanto, as medidas adotadas pelo setor mineral são insuficientes para sanar os impactos vividos pela comunidade no que se refere à questão hídrica. Essa, portanto, coloca-se no centro das discussões entre a comunidade e as empresas de mineração e, juntamente com a questão fundiária, torna-se também a principal razão dos conflitos entre os sujeitos, como relatado adiante.

Dentre os impactos ambientais da mineração também estão as emissões de particulado no ar, como poeira e partículas finas do processo produtivo. A presença de partículas na atmosfera pode ter efeitos adversos na qualidade do ar, na saúde humana e no ecossistema em geral. Também impactam a geração de ruído, em decorrência principalmente das plantas industriais e dos veículos pesados que circulam na área de mineração. A geração de ruídos perturba a Comunidade, podendo afetar sua qualidade de vida. Gonçalves (2016) relata, como resultado de entrevista com os moradores da Comunidade Coqueiro – circundante à mineração de Nióbio – que dos 15 entrevistados, 12 relataram o “barulho” como um problema da convivência diária com a mineração. Ainda na comunidade Coqueiro são relatados impactos como vibração, oriundos do uso de explosivos (Gonçalves, 2016).

Em contrapartida aos impactos, as Empresas mineradoras têm instalado sistemas de medição e controle de poeira, técnicas de detonação controlada, barreiras de ruído, e outras medidas de monitoramento e mitigação. Ainda assim, as ações não são capazes de eliminar os efeitos da mineração, que se colocam cotidianamente na vida das comunidades rurais.

A influência do Setor Mineral na configuração e na transformação dos territórios, tanto em níveis nacionais como local, provocou às Comunidades Rurais a constituição de uma nova dinâmica de vida, considerando o compartilhamento do território. A partir da busca pela permanência no campo, segue-se o inevitável processo de comunicação entre os sujeitos, o que será conceituado, compreendido e analisado na Seção seguinte.

4 COMUNIDADE E MINERAÇÃO: ESTRATÉGIAS DE DIÁLOGO E DE RELACIONAMENTO

Conhecer, analisar e interpretar as estratégias e ferramentas de diálogo entre os sujeitos da pesquisa é a principal contribuição deste estudo para o processo de compreensão das tramas do território minerador em Catalão (GO) e Ouidor (GO). Por isso, essa Seção é a parte central da Dissertação e está dedicada inicialmente à abordagem do conceito de diálogo, que dará subsídios para a discussão sobre o nível de relacionamento entre mineração e comunidade.

À medida do avanço da sociedade globalizada, pautada pelo domínio por parte de grandes conglomerados de produção, nota-se uma crescente dedicação das Empresas ao diálogo institucional, buscando práticas que permitam o relacionamento entre organizações e pessoas, em resposta às novas configurações sociais que exigem uma postura mais ética com os públicos que se relacionam. Essa busca por melhores práticas produz políticas públicas, compromissos e princípios internacionais que regem o Setor de Mineração, no que se refere às suas responsabilidades com as Comunidades onde desempenham suas atividades. Por isso, abordar as legislações e novas exigências também contribui na compreensão do objeto da pesquisa.

A última etapa da seção apresenta os resultados da pesquisa documental, que levantou 97 publicações de veículos eletrônicos de imprensa e institucionais sobre o relacionamento das Comunidades Rurais e os empreendimentos minerários nos municípios de Catalão (GO) e Ouidor (GO). A partir do levantamento, ocorre a análise do nível de diálogo e a interpretação das publicações sob os aspectos das principais temáticas tratadas.

4.1 DIÁLOGO E CONFLITOS DE MINERAÇÃO

Diante à disputa pelo território, inevitavelmente, surge a necessidade de que os dois sujeitos estabeleçam um processo de comunicação para lidarem com os interesses distintos, de forma que as Comunidades Rurais garantam sua reprodução social nos territórios, enquanto as Empresas de Mineração garantam a continuidade de seus negócios.

Nesse contexto, o caminho de construção do relacionamento entre Comunidade e Mineração é altamente complexo e quase sempre marcado por um ambiente de animosidades e fragilidades. Esse cenário culmina em conflitos de intensidades variadas, que vão desde o embate de ideias, até, de maneira mais pontual, aos conflitos diretos, com riscos à integridade física dos envolvidos.

Hilson (2002) ao estudar os conflitos territoriais entre Comunidades e Mineração, afirma que uma comunicação frágil é a principal causa dos conflitos entre as partes. Para o autor, a maior parte dos conflitos entre Empresas Mineradoras e a Comunidade vem da falta de comunicação entre ambas. Nessa mesma linha, Lima (2007) reforça que a falta de comunicação e de compreensão entre as empresas de mineração e as comunidades locais é o comportamento mais comum e gera, na grande maioria das vezes, a falta de confiança mútua.

A crescente organização e mobilização da sociedade humana frente aos impactos socioambientais produzidos pelas empresas, promove mais consciência e impõe sobre os empreendimentos pressões e expectativas, exigindo novos comportamentos por meio do avanço da tecnologia, da produção responsável, da preservação ambiental, da legislação e principalmente, do respeito aos direitos das comunidades dos territórios mineradores. Destarte, a partir da mobilização da comunidade e da intensificação das exigências impostas aos empreendimentos industriais, observa-se uma progressiva busca de ambas as partes – Comunidade e Mineração – pelo diálogo e pela construção de relacionamento, seja pelo interesse do empreender em garantir a continuidade de seus negócios, seja pela necessidade das comunidades em reduzir os impactos trazidos pela mineração.

Desta forma, ainda que a legislação minerária tenha se aprimorado nas últimas décadas, com diretrizes específicas às implicações ambientais e sociais nas Comunidades do entorno da mineração, a promoção de espaços e oportunidades de diálogo entre os dois sujeitos coloca-se como imprescindível para que as ações de mitigação sejam eficientes. Ora, não é possível estabelecer ações de atenuação dos efeitos socioambientais sem o conhecimento profundo do território, o que somente ocorre pela escuta e interlocução com as Comunidades que dali pertencem, as quais trazem consigo a história, a memória e a vivência do local. É legítimo que as Comunidades, ao conviverem com os empreendimentos, tenham garantidos espaços de diálogo perante às Mineradoras, lhes permitindo trazer à tona seus posicionamentos e principalmente suas necessidades reais, no aspecto ambiental e social. Tal interlocução não exime a responsabilidade dos Empreendimentos Minerários de também identificar e tratar os impactos, funcionando como o catalisador na promoção de uma atividade minerária mais responsável.

Nessa linha de raciocínio, a pesquisadora opta, neste estudo, pela utilização do termo diálogo como as estratégias adotadas pelas Comunidades e pela Mineração para a gestão do conflito no território, independentemente da relação de poder socioeconômica estabelecida entre os sujeitos. Não há, entretanto, consenso no meio científico sobre a questão, de modo que parte dos pesquisadores compreendem não ser possível a existência de diálogo entre sujeitos

com hierarquias distintas. A escolha pelo termo justifica-se pela compreensão de que o conceito de diálogo aplica-se ao cenário dos conflitos minerários no Brasil, à medida que o desenrolar da disputa territorial passa necessariamente pela comunicação, voluntária ou compulsória, amistosa ou hostil, entre os interlocutores com vias a atenderem seus interesses. Esse processo de relacionamento, aqui denominado diálogo, pode se desdobrar de maneira efetiva ou não. A existência do diálogo por si só não garante sua efetividade nas soluções diante dos impactos diversos provocados pela mineração às Comunidades Rurais. É justamente a análise sobre as formas de comunicação e organização e a efetividade e qualidade do diálogo que se trata esta pesquisa.

A par da escolha metodológica da pesquisadora, cabe conceituar, portanto, o termo diálogo, cuja etimologia refere-se ao estabelecimento de relacionamento entre pessoas, fazendo circular sentidos e significados (Mariotti, 2004). Autores como Buber (1974; 1982), Mariotti (2004), Paulo Freire (1979) e Gadotti (1979) abordam o diálogo como a forma de comunicação humana que visa construir uma relação direta entre as partes, capaz de permitir a lida com os conflitos e os interesses, através do compartilhamento dos significados e das trocas de experiências. O diálogo seria assim uma ferramenta para se conhecer e modificar a realidade e o mundo.

Para Buber (1982) a relação com o outro por meio do diálogo passa inicialmente pelo reconhecimento de si mesmo. Ao enunciar palavras, o homem passa a existir no mundo, imergindo na relação com o outro, através de processo de interação. Assim, segundo o autor, o homem é um ser dia-logical e dia-pessoal. Buber (1982) categoriza três diferentes tipos de diálogo, de acordo com suas formas e níveis de interação:

Conheço três espécies de diálogo: o autêntico – não importa se falado ou silencioso – onde cada um dos participantes tem de fato em mente o outro ou os outros na sua presença e no seu modo de ser e a eles se volta com a intenção de estabelecer entre eles e a si próprio uma reciprocidade viva; o diálogo técnico que é movido unicamente pela necessidade de um entendimento objetivo; e o monólogo disfarçado de diálogo, onde dois ou mais homens, reunidos num local, falam, cada um consigo mesmo, por caminhos tortuosos e estranhamente entrelaçados e crêem ter escapado, contudo, ao tormento de ter que contar apenas com os próprios recursos (Buber, 1982, p. 53 e 54).

Da mesma forma, Gadotti (1979) reafirma a existência do indivíduo por meio da inter-relação pessoal, ou seja, por meio do “eu pela participação”, como afirma Buber (1982). Contudo, tanto Gadotti (1979) quanto Freire (1979) questionam a existência genuína do diálogo, considerando que as diferenças entre indivíduos e a hierarquização proveniente das

relações de poder não permitiriam um diálogo verdadeiro. Para Gadotti, “...numa sociedade de classes não há diálogo, há apenas um pseudodiálogo, utopia romântica quando parte do oprimido e ardil astuto quando parte do opressor” (Gadotti, 1979).

Sobre diálogo, David Bohn (1989) traz um contraponto aos autores citados, muito pertinente no contexto dessa pesquisa. Para ele, os sujeitos em diálogo devem ser conscientes de que:

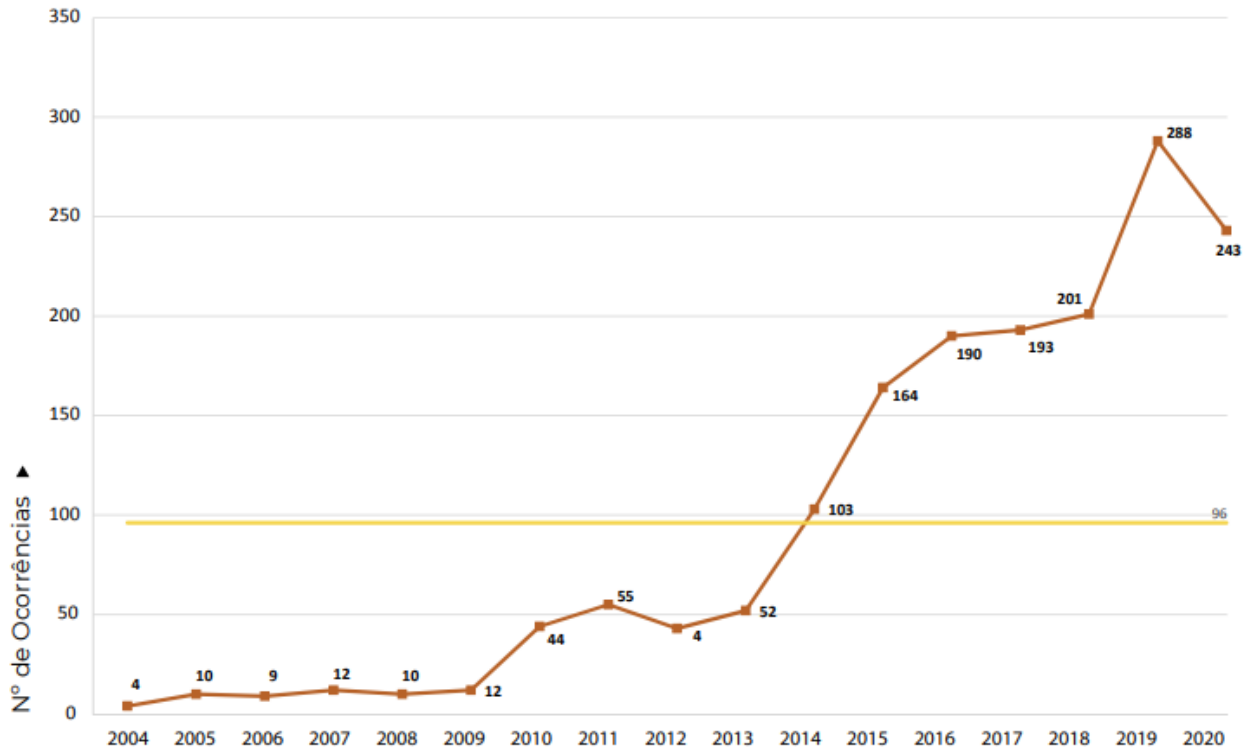
Em um diálogo, no entanto, ninguém está tentando ganhar. (...) É um jogo chamado ganha- ganha, enquanto que o outro jogo é chamado ganha – perde. No diálogo não estamos jogando uns contra os outros, mas, todos com todos (Bohn, 1989).

Segundo Kunsch (2006), ao analisar o diálogo das organizações com seus públicos de relacionamento, a comunicação é o elemento que concilia as relações entre os indivíduos e promove processos interativos, de modo que o diálogo traz transações diversas e complexas, assumindo novas formas de funcionalidade, deixando de ser somente algo estratégico e técnico para ser considerado como alicerce da vida social.

Quando se passa à definição de diálogo no contexto entre uma organização e a Comunidade, para além da teoria, há a práxis, que nem sempre corresponde aos discursos teóricos. Assim, o diálogo aqui proposto refere-se à realidade das estratégias de comunicação assumidas pelos sujeitos da pesquisa para a construção de um relacionamento entre as partes.

Em vista aos conceitos de diálogo, o relacionamento entre Comunidades e Empresas de Mineração seria uma resposta ao crescente aumento dos conflitos após os anos 2000, principalmente devido à intensificação da atividade mineradora, para suprir os avanços da indústria e da tecnificação. Segundo Gadotti (1979), o conflito se dá como o lugar de coesão de interesses comuns entre os sujeitos que almejam superar suas condições de opressão. “Os conflitos são divergências, formas de pensar de ver e de se estar no mundo, mas que podem ganhar dimensões e desdobramentos distintos (Serafim, 2023, p. 146).

Como demonstra a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2021), o aumento do número de Empresas de Mineração operando mundialmente é diretamente proporcional ao aumento do número de conflitos em decorrência da atividade minerária. Os dados coletados constataam a progressiva ascendência dos conflitos por mineração no Brasil, entre os anos de 2004 e 2020 (Gráfico 1).

Gráfico 1: Ocorrência de conflitos por mineração no campo brasileiro (2004 – 2020)

Fonte: CPT, 2021

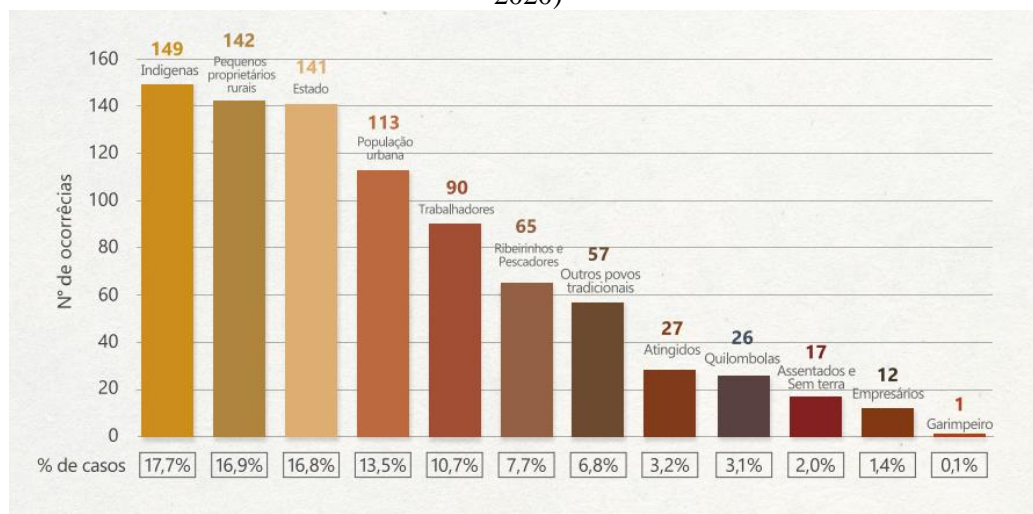
Em análise do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, além da intensificação das atividades de mineração, o crescimento do número de conflitos também está ligado ao aumento da visibilidade do setor perante a sociedade, ocorrida substancialmente após o ano de 2015. O fato é que os acidentes ocorridos em Mariana (MG) e Brumadinho (MG), respectivamente em 2015 e 2019, “...produziram desdobramentos conflituosos de ampla abrangência espacial e de longa temporalidade” (Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2023, p. 136). Os acidentes provocaram uma espécie de despertar da consciência social, ampliando a percepção sobre riscos e impactos da atividade mineral.

Os desastres tiveram visibilidade nacional e internacional, colocaram em alerta as comunidades no entorno mineral de todo o país e incrementaram as ações de resistência aos projetos mineradores, assim como o apoio de organizações ambientalistas e de direitos humanos (Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2023, p. 136).

Ainda de acordo com o Comitê, no ano de 2021 o Brasil registrou 840 ocorrências de conflito, em 644 localidades com operações minerárias, envolvendo ao menos 762.246 pessoas. Comunidades com características distintas, como povos tradicionais, indígenas, quilombolas e pequenos produtores rurais estão entre os mais atingidos pelos conflitos. Vale o destaque que a

categoria “pequenos produtores rurais”, onde se encaixam as comunidades da pesquisa, concentrou mais de 16% dos conflitos de mineração, estando atrás apenas dos povos indígenas, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2: Ocorrência de conflitos por mineração divididos por tipo de comunidade, no Brasil (2004 – 2020)



Fonte: CPT (2021)

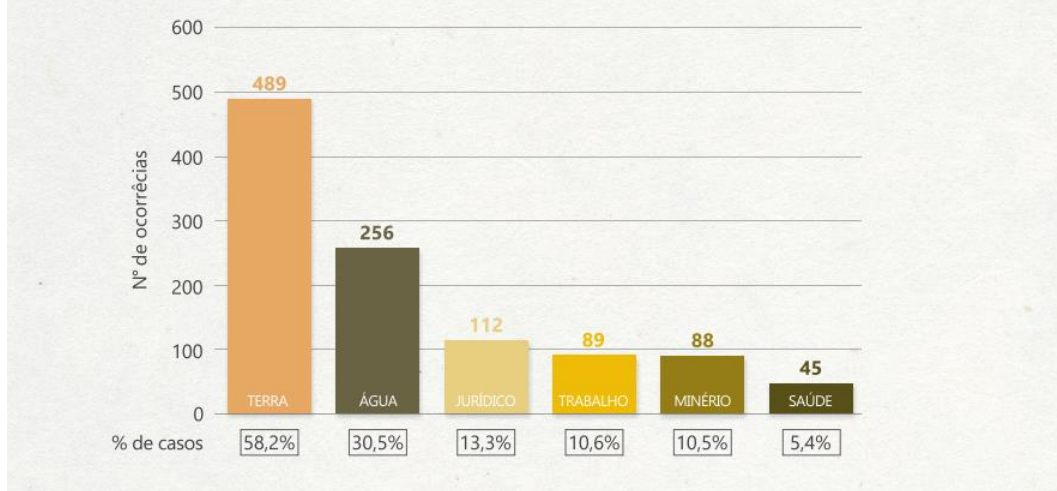
Segundo o Comitê “...em muitos desses territórios, a população pleiteia a preservação da natureza e a interrupção de atividades econômicas que colidem com suas práticas ancestrais e culturais, de ocupação e uso do território” (Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2022). Wanderley (2018) também esclarece que o recurso de disputa é diferente para as empresas e para as comunidades:

Os conflitos envolvendo mineradoras e as populações do campo, sobretudo povos tradicionais, não se referem à disputa por um mesmo recurso, mas sim a uma disputa pelo território e seus atributos materiais e simbólicos, incluindo os bens comuns naturais. As comunidades do campo não têm a pretensão de extrair minério; porém, seus interesses se voltam para o espaço superficial/concreto onde estão territorializados os recursos de fauna e flora, para o espaço simbólico dos significados histórico-culturais e, também, para os usos presentes e futuros do espaço geográfico que permite a reprodução social da existência (Wanderley, 2018, p. 139).

Ao se analisar as principais causas dos conflitos entre as partes, respalda-se o dito anteriormente sobre a prevalência das disputas fundiárias e pelo uso da água. Mais de 58% dos conflitos de mineração registrados estão ligados à luta pela terra, enquanto 30,5% são referentes à questão hídrica. Outro dado relevante é que ao se analisar os conflitos no campo em decorrência do uso da água, o Setor Mineral é o agente protagonista, sendo o principal

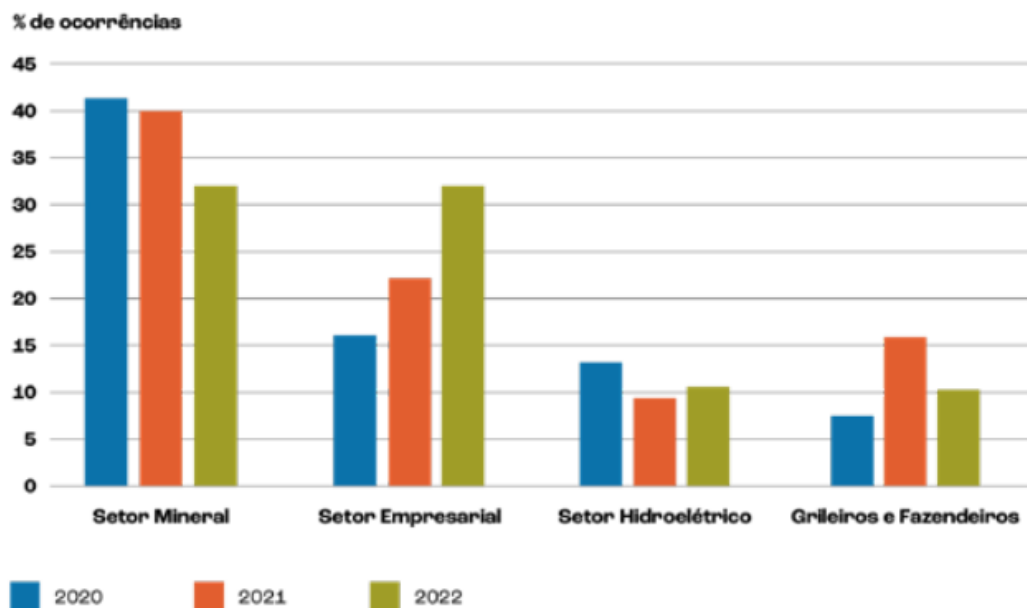
provocador dos conflitos por água, conforme demonstra o gráfico 4, ultrapassando inclusive o Setor de Produção de energia hidrelétrica (CPT Nacional, 2023).

Gráfico 3: Ocorrência de conflitos por mineração divididos por causa no Brasil. (2004 – 2020)



Fonte: CPT, 2021.

Gráfico 4: Principais agentes provocadores de conflitos por água no Brasil (2020 – 2022) (% de ocorrência)



Fonte: CPT, 2021

O panorama de conflitos de mineração no Brasil replica-se ao nível estadual, de modo que o Estado de Goiás ocupa a 12ª posição no ranking de Estados Brasileiros com maior número de conflitos de mineração registrados.

A Comissão Pastoral da Terra registrou oficialmente a existência de três conflitos por terra no ano de 2022, no município de Catalão (GO), dos quais dois localizam-se no território

minerador em estudo. Um dos conflitos refere-se às famílias da Comunidade Macaúba e outro às famílias da Comunidade Morro Agudo – nomenclatura dada à região que inclui a Comunidade Coqueiro, objetos dessa pesquisa. As situações de conflito nos municípios serão esmiuçadas mais à frente, quando da análise dos temas das publicações coletadas.

4.2 MINERAÇÃO E COMUNIDADE: ABORDAGEM SOBRE COMPROMISSOS INTERNACIONAIS, NACIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

A partir do contexto conflituoso demonstrado na relação entre Comunidade e Mineração e na intensificação das exigências impostas aos empreendimentos industriais, observa-se a construção de conceitos, teorias e práticas voltadas ao Setor Industrial, com vistas a reduzir os efeitos ambientais e sociais de suas atividades. Esse movimento, denominado mundialmente por “Environment, Social and Governance” (ESG) ou “Ambiental, Social e Governança” (ASG), traduzido para o Português, constitui-se como um conjunto de diretrizes, boas práticas e valores ligados à preservação ambiental, servindo como parâmetro para medir o grau de adesão de indústrias de diversos setores, incluindo o mineral, a práticas mais responsáveis. Vale colocar que o termo foi incorporado também ao Setor Público, incluindo o Brasil, que utiliza a sigla em seus processos de regulamentação da indústria.

Criado em 2004 pelo Pacto Global¹⁸, juntamente à Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial, o termo ESG é resultado “de uma provocação do Secretário-geral da ONU Kofi Annan a cinquenta Chiefs Executive Officer¹⁹ (CEOs) de grandes instituições financeiras, sobre como integrar fatores sociais, ambientais e de governança no mercado de capitais. O ESG trata-se portanto, de uma estratégia de negócios assumida pelos conglomerados industriais e financeiros para garantirem a continuidade de suas operações, em um mundo com graves adversidades na preservação dos recursos naturais e de volumosas desigualdades sociais resultantes do modelo de produção mundial.

Voltando-se para o Setor Mineral, um dos conceitos que vem na esteira do ESG é o de Licença Social para Operar (LSO), definido por Prno e Slocombe (2012) como a “[...]”

¹⁸ O Pacto Global das Nações Unidas foi lançado em 2000 pela ONU como um movimento com foco em empresas globais para adequarem seus negócios aos Dez Princípios universais relativos a Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção e desenvolverem ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade. A iniciativa conta mais de 21 mil participantes, entre empresas e organizações, distribuídos em 65 redes locais, com abrangência e engajamento em 162 países (Pacto Global Rede Brasil, 2024, recurso online).

¹⁹ Chief Executive Officer, cuja sigla é CEO, é a nomenclatura utilizada por conglomerados industriais para denominar os profissionais com a função mais elevada na hierarquia operacional. No Brasil, corresponde aos cargos de Presidente ou Diretor-Executivo das corporações.

aprovação e a ampla aceitação da sociedade para uma empresa realizar as suas atividades.” (Prno e Slocombe, 2012). O conceito, utilizado a partir do ano de 1996 é uma ferramenta criada pelos setores de engenharia das indústrias extrativistas para realizar a gestão de risco relativa aos desafios sociais.

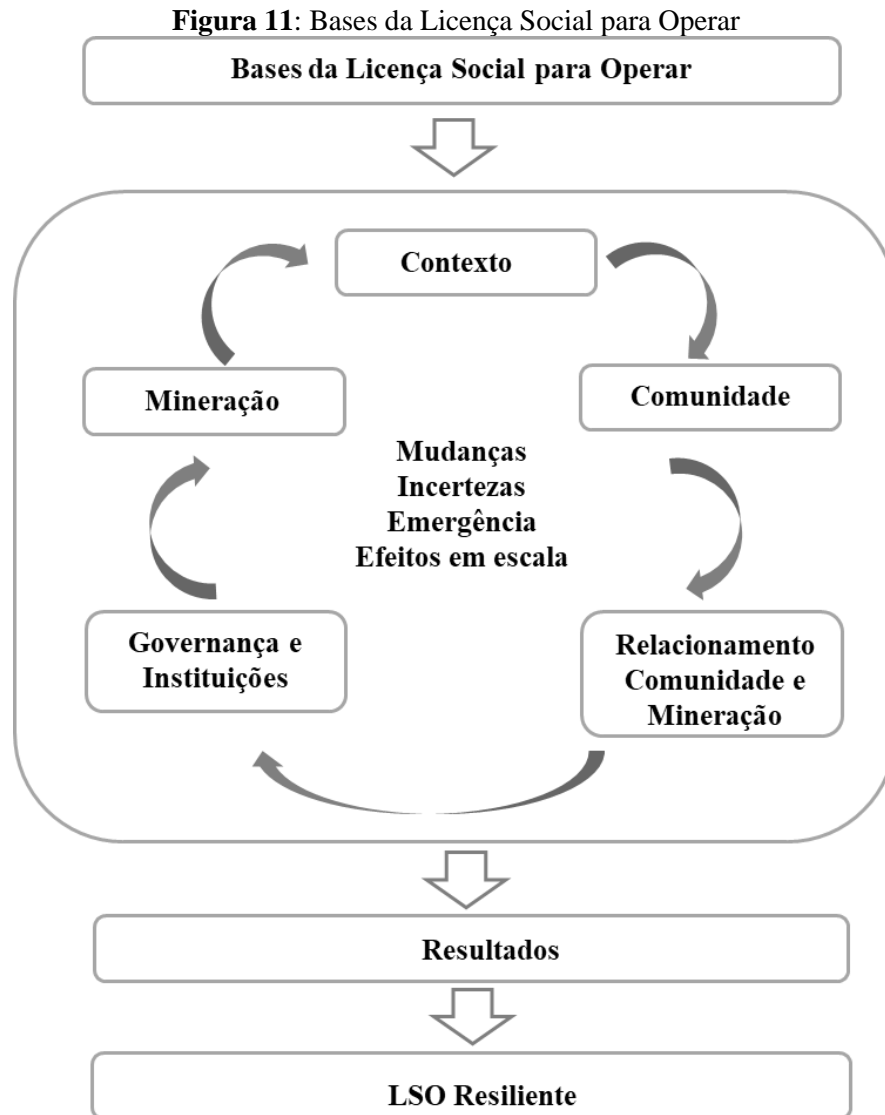
Trata-se da parte intangível da relação entre empresa e comunidade, que vai além dos aspectos legais, visto que apenas o atendimento às condicionantes estabelecidas pela legislação, não é suficiente para atender e solucionar as expectativas dos sujeitos sociais. A LSO é, portanto, um conjunto de iniciativas adotadas pelos empreendedores para tratar as pressões sociais, garantindo a continuidade do negócio (Franks; Cohen, 2012). Configura-se pela busca por uma legitimação da sociedade, não se tratando de um documento concedido pelos órgãos oficiais e sim de uma legitimação social que reflete a aprovação contínua da comunidade sobre determinado empreendimento.

Parsons et al (2014) afirmam que a LSO é parte da estratégia de negócio das empresas, uma vez que diminui ou funciona como medida de controle aos riscos associados à resistência e conflitos com a sociedade, influenciando a produção, a renda e a reputação da empresa, de forma a reverberar em esferas de comunicação globais e produzir o aumento dos níveis de regulamentação governamental (Parsons, *et al.*, 2014).

As pesquisas sobre o termo LSO são tão recentes quanto à criação do próprio termo, embora tenham ganhado força a partir da década de 2010. De acordo com Santiago (2018), a parte congruente entre os autores é que:

[...] as empresas devem receber uma "autorização" e que essa aceitação não se baseia somente em conformidade legal, mas sim sobre o grau em que uma empresa é aceita por comunidades locais, governo, organizações não governamentais, sociedade em geral e outros grupos de interesse (Santiago, 2018, p. 12).

Na prática, a LSO é o resultado almejado pelas empresas a partir da construção do relacionamento com a comunidade, o que ocorre por meio de um diálogo contínuo. Para obter uma LSO as empresas devem manter a reputação corporativa positiva; compreender a cultura, língua e história locais; educação dos atores locais sobre o projeto; e garantia de uma comunicação aberta entre todos os interessados (Nelsen e Scoble, 2006). A LSO prevê, assim, a participação da comunidade nos processos decisórios das empresas, que possam afetar diretamente qualquer fator ambiental ou social da comunidade, como demonstra a figura 6.



Org.: Mendes, D. F., adaptado de Prno (2014).

Por outro lado, a implantação da LSO pelas Empresas como instrumento efetivo para as questões sociais não ocorre de maneira plena ou com total eficiência. Santiago (2018) alerta para uma tendência de inversão da lógica do debate, em que o foco está no risco para o negócio e não no risco das operações minerais para a comunidade. Em sua análise, ela afirma:

[...] destaca-se a construção de um diálogo com a comunidade privilegiando a contribuição econômica dos projetos para o desenvolvimento local ao invés dos potenciais riscos para a comunidade de forma assegurar o apoio e legitimação dos empreendimentos. Nesse sentido, a LSO, com foco na gestão reputacional, inverte a lógica dos debates em torno do risco social na mineração. Prioriza-se os riscos para o negócio e não o entendimento da gestão sobre os riscos percebidos (cognitivamente) e vividos (fisicamente) pelos indivíduos que são diretamente afetados pelos processos de mudanças socioambientais e econômicos. Esta realidade é especialmente preocupante em países em desenvolvimento onde processos de legitimação de

empreendimentos decorrem de situações de assimetrias de poder entre as empresas e a comunidade local (Santiago, 2018, p. 12).

A autora, entretanto, não descarta a relevância da LSO, inclusive nos países em desenvolvimento, mas cobra que haja uma ressignificação do conceito que priorize a perspectiva dos grupos de interesse que sofrem os impactos dos projetos de mineração. Para tal priorização é necessário reduzir as diferenças de poder entre empresas e comunidade locais, criando modelos de governança mais equilibrados entre os sujeitos. Segundo Santiago (2018) a solução seria a adoção de critérios rígidos que incluam o compartilhamento honesto com a comunidade de informação sobre o projeto mineral e a devida qualificação para participar do processo de decisão (Santiago, 2018).

Ainda em âmbito mundial, os princípios de ESG disseminaram-se no Setor Mineral, provocando a criação de uma série de iniciativas, diretrizes e indicadores relativos à mitigação dos impactos socioambientais. O Quadro 2 resume os principais compromissos, criados em sua maioria, por organismos não governamentais (ONGs), com base nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável²⁰ estabelecidos pela ONU e em orientações do Banco Mundial.

Quadro 2: Definição das principais iniciativas e diretrizes em ESG.

Iniciativa	Definição
Global Initiative for Responsible Mining Standards – GIRMS ou Iniciativa para Garantia de Mineração Responsável (IRMA)	A organização foi criada de forma independente, composta por grupos não governamentais de meio ambiente e justiça social (ONGs), sindicatos organizados, comunidades afetadas pela mineração e empresas de mineração. Estabelece padrões socioambientais a serem seguidos pelas empresas, que servem de referência para a construção de legislações de mitigação de impactos socioambientais (IRMA, 2024, recurso on line).

²⁰ Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) foram estabelecidos pela ONU em 2015 como um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. São 17 objetivos, sendo: 1) Erradicação da pobreza; 2) Fome zero e agricultura sustentável; 3) Saúde e bem-estar; 4) Educação de qualidade; 5) Igualdade de gênero; 6) Água potável e saneamento; 7) Energia limpa e acessível; 8) Trabalho decente e crescimento econômico; 9) Indústria, inovação e infraestrutura; 10) Redução das desigualdades; 11) Cidades e comunidades sustentáveis; 12) Consumo e produção responsáveis; 13) Ação contra a mudança global do clima; 14) Vida na água; 15) Vida terrestre; 16) Paz, justiça e instituições eficazes; 17) Parcerias e meios de implementação (ONU BRASIL, 2024, recurso on line)

Princípios de Mineração Sustentável do International Council on Mining and Metals (ICMM).	Criados pelo Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM) - organização internacional que apoia uma indústria da mineração segura, justa e sustentável, os Princípios de Mineração Sustentável são um conjunto abrangente de 39 Expectativas de Desempenho e 9 Declarações de Posição relacionadas sobre uma série de desafios críticos da indústria (ICMM, 2024, recurso on line).
Global Report Initiative (GRI)	Fornece diretrizes para relatórios de sustentabilidade, incluindo indicadores específicos para o setor mineral. Empresas são incentivadas a divulgar informações sobre seu desempenho ambiental, social e econômico (GRI, 2024, recurso on line).
Iniciativa para Transparência nas Indústrias Extrativas (EITI)	Promove a transparência nas receitas provenientes das indústrias extrativas, incluindo o setor mineral. Países e empresas são incentivados a divulgar informações sobre pagamentos e recebimentos relacionados a recursos naturais (EITI, 2024, recurso on line).

Org.: Mendes, D. F. (2023)

No rastro da tendência global, o cenário do Setor Mineral Brasileiro também demonstra movimentos em busca de se obter a LSO e reduzir os conflitos com as comunidades. Destacam-se, dentre as iniciativas, a publicação da Carta Compromisso do Setor Mineral pelo IBRAM, em 2019, com a anuência de 169 Empresas de Mineração ou de suporte à mineração que operam no país (IBRAM, 2019). Impulsionados pelos desgastes de grandes proporções na reputação do Setor, decorridos dos acidentes com barragens em Mariana (MG), em 2015 e Brumadinho (MG), em 2019, o instituto assumiu publicamente 12 compromissos sobre temas socioambientais, incluindo a temática Comunicação e Reputação em que defende “[...] que o relacionamento e a comunicação devem ocorrer em linguagem acessível e compreensível, com rapidez, transparência e autenticidade” (IBRAM, 2015, recurso on line).

Embora não seja o foco da discussão, cabe trazer, sucintamente, o papel do Poder Público na implementação e cumprimento de políticas públicas relativas à redução dos impactos socioambientais na Mineração, incluindo aquelas voltadas diretamente ao relacionamento e ao diálogo entre as partes. Pontua-se que o Brasil possui um arcabouço legislativo complexo e em processo de aprimoramento, no que se refere à exploração de recursos minerais, incluindo os

direitos e compensações para as comunidades atingidas pelas operações de mineração. O Código Minerário instaurado em 1967 e atualizado pela Lei nº 9.314/1996 estabelece normas que exigem das empresas planejamento para atuação social responsável antes, durante e após o processo de exploração minerária. Como principal documento de regulação do setor, o Código Minerário serve de base para a evolução da legislação minerária sob responsabilidade do Ministério de Minas e Energia e, dentro dele, da Agência Nacional de Mineração, órgão regulador do setor.

Apesar da existência de uma legislação que protegem ou deveriam proteger os direitos das comunidades impactadas pelo Setor Mineral, o não cumprimento, por parte dos empreendimentos, tal qual a implementação e fiscalização escassa, por parte do Poder Público, resultam em um cenário que, quase sempre, coloca em risco as garantias socioambientais do território e das comunidades que ali residem. Diante esse contexto, a próxima subseção dedica-se à interpretar o conteúdo coletado, considerando as noções de comunicação e diálogo e a nova realidade imposta ao Setor Mineral.

4.3 ANÁLISE DO DIÁLOGO ENTRE COMUNIDADE E MINERAÇÃO: PERSPECTIVA DAS PUBLICAÇÕES DE VEÍCULOS DIGITAIS

4.3.1 Metodologia de análise: da coleta à interpretação dos dados

A análise dos níveis de relacionamento e diálogo entre os dois sujeitos da pesquisa – Comunidade e Mineração - utiliza-se do método qualitativo, mais especificamente da análise de conteúdo, metodologia geralmente usada pelos pesquisadores das Ciências Sociais, já que permite a interpretação de conteúdos para além das questões quantitativas e objetivas. Para Moraes (1999), “...essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum” (Moraes, 1999, p. 2).

A opção pela análise de conteúdo justifica-se à medida que a metodologia considera os aspectos teóricos e práticos, além da interação entre pesquisador, objeto de pesquisa e contexto. “De certo modo a análise de conteúdo, é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados. Não é possível uma leitura neutra. Toda leitura se constitui numa interpretação” (Moraes, 1999, p. 03).

Ainda, Bardin (1977) afirma que a análise de conteúdo utiliza como insumo qualquer material proveniente de comunicação verbal ou não-verbal. Portanto, conteúdos escritos como

jornais, livros, publicidades, literatura, dentre outros; ícones como sinais, imagens e filmes e demais códigos semióticos, como dança, vestuário, gestos e comportamentos são elementos que podem ser analisados pela metodologia.

A garantia do rigor científico da análise de conteúdo se dá pelo cumprimento de um processo com princípios e regras sistematizados. Como desdobramento do conceito de Bardin (1977), Triviños (1987) define a análise de conteúdo como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens (Triviños, 1987, p. 160).

Portanto, para que uma pesquisa qualitativa de análise de conteúdo seja científica, são estabelecidas etapas a serem cumpridas pelo pesquisador, desde a coleta até a interpretação dos dados. Bardin (1977) divide a análise de conteúdo em três etapas: a pré-análise; a descrição analítica e a interpretação referencial. A primeira etapa, como esclarece Triviños (1987), trata-se da organização dos materiais que serão usados na coleta dos dados, bem como da definição do “corpus da investigação”, ou seja, da definição de qual é o campo principal da pesquisa. Na descrição analítica, aprofunda-se no material coletado, em busca de pontos em comum, coincidências, divergências e referências. E, por fim, a interpretação referencial trata-se da análise propriamente dita, por meio de embasamento teórico e empírico, que devem se estabelecer relações com a realidade (Triviños, 1987).

Para esta pesquisa, o conteúdo analisado constitui-se de publicações ocorridas em veículos de comunicação digital, entre janeiro de 2019 e dezembro de 2023, cuja temática dedica-se exclusivamente ao objeto de estudo da pesquisa, por meio de seus sujeitos: Comunidade e Mineração. A coleta da matéria-prima baseou-se inicialmente pela pesquisa via sistema de busca de informações na Internet – Google. O primeiro critério de busca deu-se por palavras-chave sobre a temática de estudo. Para que uma publicação estivesse apta a adentrar à pesquisa, ela necessariamente deveria conter as palavras ou expressões chaves, a saber: comunidade; comunidade rural; camponeses; barragem; Programa Nossa Terra; Programa Produtor de Água; Macaúba; Coqueiros; Mata Preta, sempre associadas às palavras mineração; mineradoras; Catalão (GO); Ouvidor (GO); CMOC; Mosaic; Fosfato; Nióbio. A associação entre os termos que identificam as comunidades e os termos que identificam os empreendimentos minerários, juntamente com as localidades, permitiu um maior filtro e assertividade na seleção das publicações a serem analisadas.

Para garantir um levantamento de dados mais completo, o próximo passo foi a realização de busca ativa em veículos significativos, quer sejam focados nos municípios de Catalão (GO) e Ouvidor (GO), quer sejam com foco nos temas mineração e comunidades rurais, além de veículos do Poder Público que se relacionam com os temas em estudo. Para a busca ativa, foram previamente levantados os veículos a comporem essa etapa da pesquisa, pelos critérios da probabilidade de abordar o tema de estudo e da relevância social e de comunicação do veículo. Nessa etapa, a busca ativa realizou a pesquisa nos veículos listados abaixo:

Categoria Imprensa: Zap Catalão; Portal Catalão; Blog do Badiinho; Diante do Fato, O Popular, TV Anhanguera/G1 GO; Portal Serra Dourada News; TV Globo, G1 Brasil, Brasil de Fato.

Categoria Institucional: Notícias de Mineração; Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Tribunal do Cerrado; Observatório da Mineração; Comissão Pastoral da Terra (CPT); CMOC; Mosaic e Movimento Camponês Popular (MCP).

Categoria Poder Público: Ministério de Minas e Energia; Ministério de Meio Ambiente; Agência Nacional de Mineração; SEMAD (GO); Ministério Público do Estado de Goiás (MP/GO); Prefeitura de Catalão; Prefeitura de Ouvidor; Câmara de Vereadores de Catalão; Câmara de Vereadores de Ouvidor.

O momento da coleta de dados não necessariamente ocorre em tempo anterior ao início da classificação das publicações. Dessa forma, a pesquisadora estabeleceu previamente categorias, que também se colocam como unidades de análise, a serem interpretadas na sequência. Moraes (1999), sobre a categorização do conteúdo afirma que trata-se de “agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles. Classifica-se por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo” (Moraes, 1999, p.6).

Como dados de identificação da publicação, foram levantados o nome do veículo, a data de publicação e link de acesso à página onde o conteúdo foi publicado. Aos dados de identificação foram somadas as categorias e subcategorias de análise descritas no Quadro 2:

Quadro 3: Categorias e subcategorias de análise da Pesquisa – 2019 a 2023

Categoria de análise	Subcategoria de análise
Tipo de Veículo	Website
	Blog
Tipo do veiculador	Imprensa
	Institucional
	Poder Público
Abrangência	Local

	Regional
	Nacional
Tema abordado	Impacto ambiental
	Fundiário
	Conflitos/manifestações
	Projetos de Meio Ambiente

Org.: Mendes, D. F. (2023)

A seleção das categorias levou em consideração o objetivo principal da pesquisa, que é analisar o relacionamento e os níveis de diálogo entre as comunidades rurais que confrontam com as mineradoras de nióbio e fosfato nos municípios de Catalão (GO) e Ouidor (GO). Sobre a definição das categorias de análise, Moraes (1999) afirma:

Uma característica inicial e básica de todo e qualquer conjunto de categorias deve ser a sua validade. Dizer que uma categorização deve ser válida significa dizer que deve ser adequada ou pertinente. Esta adequação se refere aos objetivos da análise, à natureza do material que está sendo analisado e às questões que se pretende responder através da pesquisa. A validade ou pertinência exige que todas as categorias criadas sejam significativas e úteis em termos do trabalho proposto, sua problemática, seus objetivos e sua fundamentação teórica. Além disto, todos os aspectos significativos do conteúdo investigado e dos objetivos e problemas da pesquisa devem estar representados nas categorias. Entre os dois extremos, criar novas categorias e criar categorias úteis e significativas, é preciso atingir um equilíbrio em que o número de categorias seja mantido no mínimo necessário. (Moraes, 1999, p. 7).

A partir da definição das categorias de análise, segue-se à descrição e interpretação dos dados coletados, etapas que justificam o processo metodológico realizado previamente, e que englobam a parte fundamental da pesquisa. É na descrição e na interpretação dos dados que está a entrega do pesquisador, o qual comunica um resultado, mediante sua análise. A descrição expressa os significados captados e intuídos nas mensagens analisadas. Já a interpretação complementa a descrição, à medida que busca compreender os dados de maneira mais aprofundada (Moraes, 1999). A subseção seguinte descreve e interpreta as publicações coletadas, constituindo-se o cerne da pesquisa.

4.3.2 Relacionamento e diálogo entre comunidade e mineração: interpretando o conteúdo

O momento da interpretação dos dados busca respostas ao problema levantado na pesquisa. Como parte do método qualitativo, a interpretação, embora firmada em regras

científicas, também reflete a relação do pesquisador com o objeto de pesquisa, o qual de forma consciente ou inconsciente, impõe à interpretação suas ilações sobre o conteúdo analisado.

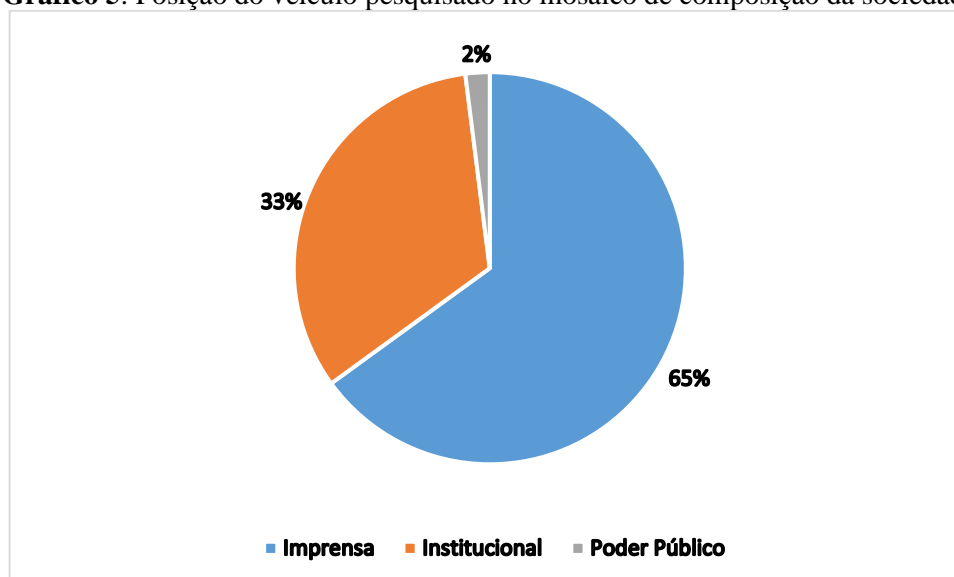
A pesquisa, durante a coleta de dados, identificou 97 publicações dentre os anos de 2019 e 2023, em veículos de imprensa, institucionais e do Poder Público cuja temática da publicação envolve o relacionamento entre as Comunidades Rurais do estudo e as Empresas de Mineração dos municípios de Catalão (GO) e Ouidor (GO). A planilha com o levantamento de todas as publicações, encontra-se disponível no Anexo 1 dessa pesquisa.

Ao partir-se de uma visão macro para a análise micro, as primeiras categorias de análise tratam de identificar e classificar os veículos onde estão as publicações, utilizando-se de dois critérios: a) posição do veículo no mosaico de composição da sociedade humana e b) sua abrangência.

A compreensão almejada dos dados coletados no processo de análise passa pelo entendimento de como os veículos se posicionam na composição social, ou seja, qual lugar ocupam na conjuntura socioeconômica, de forma a revelar a função e a intenção do veículo. Sobre esse aspecto foram definidas três classificações, a saber:

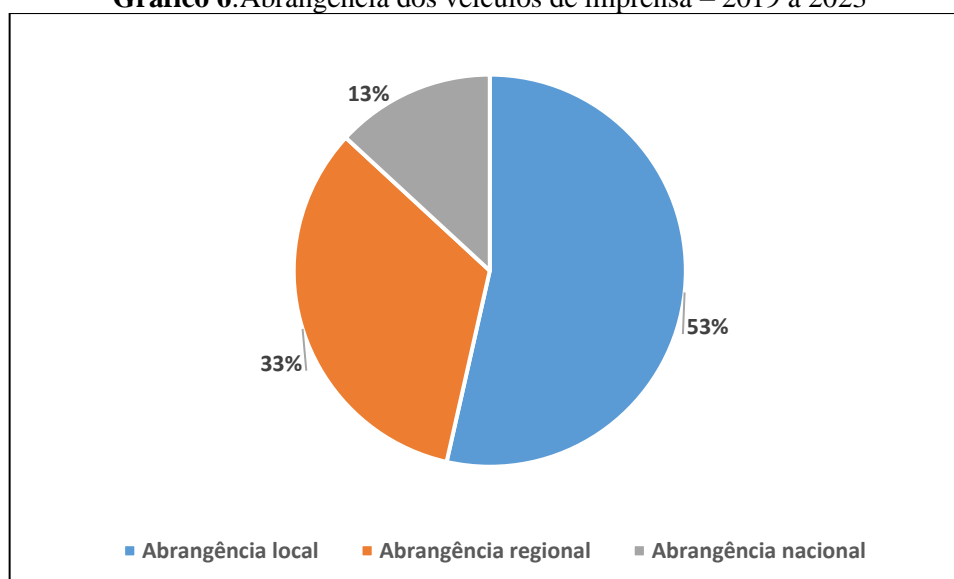
- 1) Veículo de Imprensa: estão inclusos os websites ou blogs cuja finalidade principal é a divulgação de fatos e informações de toda gama de assuntos para informar a comunidade em geral. Possuem cunho jornalístico;
- 2) Veículo Institucional: estão inclusos os websites ou blogs cuja finalidade principal é a representação de determinada instituição, aqui consideradas as instituições privadas, como as empresas de mineração, ou as de Terceiro Setor, como associações, institutos e movimentos ligados aos temas de comunidade e/ou mineração. O cunho de suas publicações é principalmente de formação de opinião, com vistas a fortalecer o posicionamento da instituição sobre determinado tema;
- 3) Veículo do Poder Público: ainda que as instituições públicas também possuam caráter institucional, a pesquisadora optou por dividir as representações públicas em uma terceira classificação dos veículos. A escolha deve-se ao fato de que o papel desempenhado pelo Poder Público no processo distingue-se das instituições privadas e de terceiro setor, à medida que inclui os aspectos legislativos, regulatórios e de fiscalização no processo de extração mineral.

Ao se analisar as 97 publicações identificadas, obtêm-se o retorno de 63 publicações realizadas pela imprensa, 31 publicações de veículos institucionais e 3 publicações de veículos pertencente ao Poder Público, conforme ilustra o gráfico 5.

Gráfico 5: Posição do veículo pesquisado no mosaico de composição da sociedade

Org.: Mendes, D. F. (2023)

Como ilustra o gráfico 6, dentro da categoria de imprensa, foram identificados 15 veículos distintos, com publicações sobre a relação entre comunidades rurais e mineração nos municípios de Catalão (GO) e Ouidor (GO), entre os anos de 2019 e 2023. 53% deles possuem abrangência local, sendo oriundos do município de Catalão (GO). 33% são veículos de imprensa de escala regional, focados no estado de Goiás, enquanto 13% são veículos de abrangência nacional.

Gráfico 6: Abrangência dos veículos de imprensa – 2019 a 2023

Org.: Mendes, D. F. (2023)

Ao interpretar os dados infere-se que a discussão e a visibilidade sobre o relacionamento entre Mineração e Comunidade ocorrem prioritariamente em caráter local, ou seja, envolvendo apenas os Municípios os quais lidam diretamente com a presença das atividades de mineração, neste caso, os municípios de Catalão (GO) e Ouidor (GO). Quando as matérias publicadas escalam para níveis regionais – entende-se como nível regional os veículos de comunicação com abrangência no Estado de Goiás – e/ou nacionais, em todos os casos, os conteúdos referem-se a situações de conflito entre os sujeitos. A constatação sobre a localidade do diálogo aponta para duas interpretações relevantes: a primeira é o fato da imprensa local dedicar espaço à questão entre Mineração e Comunidade Rural, o que é muito relevante no processo de informação da sociedade local, tanto rural quanto urbana, o qual permite à Comunidade acompanhar, engajar-se e posicionar-se diante à realidade minerária estabelecida nos dois Municípios do estudo. Quanto mais cobertura houver sobre o relacionamento entre os dois sujeitos, mais informada torna-se a Comunidade.

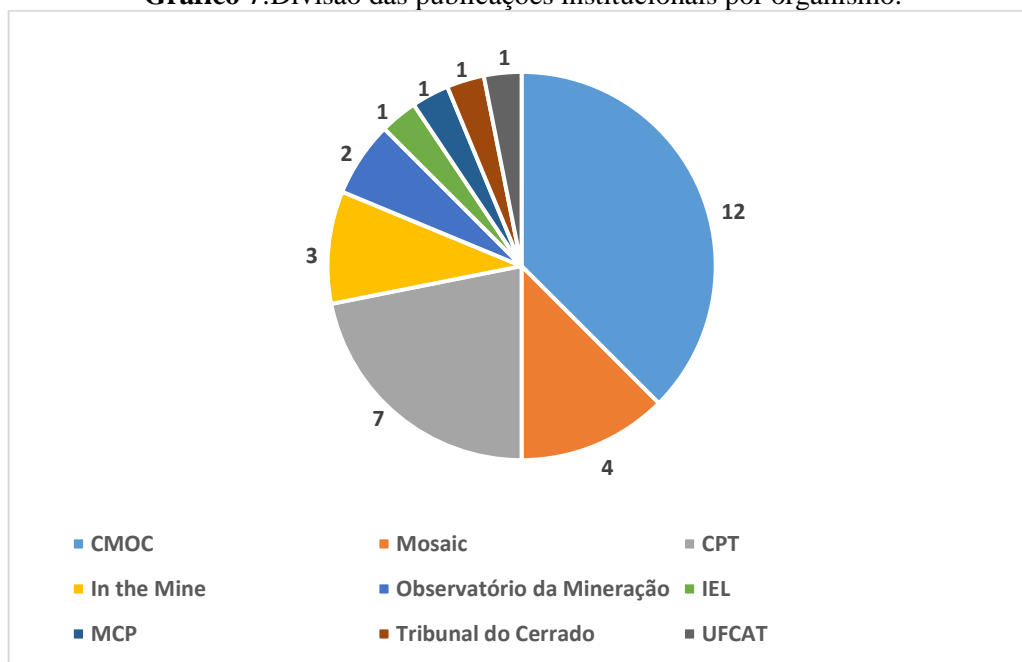
Por outro lado, a pouca visibilidade da questão minerária em Catalão (GO) e Ouidor (GO), no que se refere ao relacionamento com as Comunidades Rurais, em níveis estaduais e nacionais, demonstram um acanhado interesse dos grandes veículos em discutirem e relatarem os impactos gerados pela Mineração às Comunidades Rurais. A situação agrava-se ainda mais quando se analisa a posição do Estado de Goiás na produção minerária do Brasil, e a relevância dos dois Municípios deste estudo para o Setor Mineral estadual. Goiás, como dito anteriormente, configura-se como o quarto maior produtor de minérios do pBrasil, sendo que os Municípios de Catalão (GO) e Ouidor (GO) ocupam a terceira e quarta posição respectivamente, como Municípios mineradores do estado (Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços do Estado de Goiás, 2023). Diante de tamanha relevância para a dinâmica socioeconômica do estado, era de se esperar que mais espaço midiático fosse dedicado às discussões, conflitos e gestão dos impactos gerados pela Mineração às Comunidades.

O destaque da categoria Imprensa também revela um outro lado da geração de espaço para os sujeitos: o da desigualdade de acesso aos meios de comunicação. Das 63 publicações em Veículos de Imprensa, 23 ou 36,5% relacionam-se a projetos de parceria de meio ambiente ou saúde, realizados pelas Empresas de Mineração junto às Comunidades Rurais do estudo. Essa parte considerável de publicações com viés positivo para o Setor Sinerál não se trata de mera coincidência. Ela reflete o modelo de relacionamento entre as Empresas de Mineração e os Veículos de Imprensa, especialmente os veículos de abrangência local. Ainda que todas as publicações levantadas nos Veículos de Imprensa tenham sido veiculadas de maneira espontânea pelos canais de imprensa, a influência da possibilidade de venda de espaços para

anúncios institucionais ou de publicidade pelos Veículos às Empresas de Mineração não deve ser descartada. Mantem-se assim, uma espécie de “acordo” informal, não declarado, em que os Veículos de Imprensa locais - os quais necessitam de venda de espaços publicitários para a manutenção de suas atividades – cedem “espaços espontâneos” para as pautas divulgadas pelas próprias Mineradoras, com o intuito de manter um relacionamento amistoso, que garanta a continuidade das aquisições de pacotes publicitários.

Nesse processo, ressalta-se que as Empresas de Mineração possuem equipes de comunicação próprias, que produzem conteúdos de interesse à reputação das organizações e os distribuem aos veículos de imprensa como sugestão de divulgação. Essa proatividade das Empresas também interfere para o resultado demonstrado na pesquisa, já que as Comunidades, em contrapartida, não possuem equipes estruturadas para tal finalidade. Mesmo os movimentos organizados da sociedade civil produzem conteúdos que nem sempre são repercutidos pela imprensa, visto que não se estabelece uma relação financeira direta entre os sujeitos.

A análise das 32 publicações institucionais identificadas no estudo possui aspectos que se diferem das publicações de imprensa. As 32 publicações estão divididas entre nove instituições, com posições distintas na composição da dinâmica social. Como representação do Setor Mineral, as empresas CMOC e Mosaic promovem a divulgação de publicações relativas à Comunidade, sempre voltadas a oportunidades e parcerias de implantação de projeto socioambientais nas comunidades rurais de Catalão (GO) e Ouvidor (GO). Ainda no reforço ao Setor Mineral, surgem as publicações do Instituto Euvaldo Lodi e do website In the Mine, especialista na análise do Setor de Mineração no Brasil e no mundo. Tanto as Empresas de Mineração, quanto as instituições ligadas a projetos minerais compõem o grupo de publicações que busca construir uma “reputação favorável” ao setor mineral, por meio da divulgação de ações socioambientais para as comunidades do entorno.

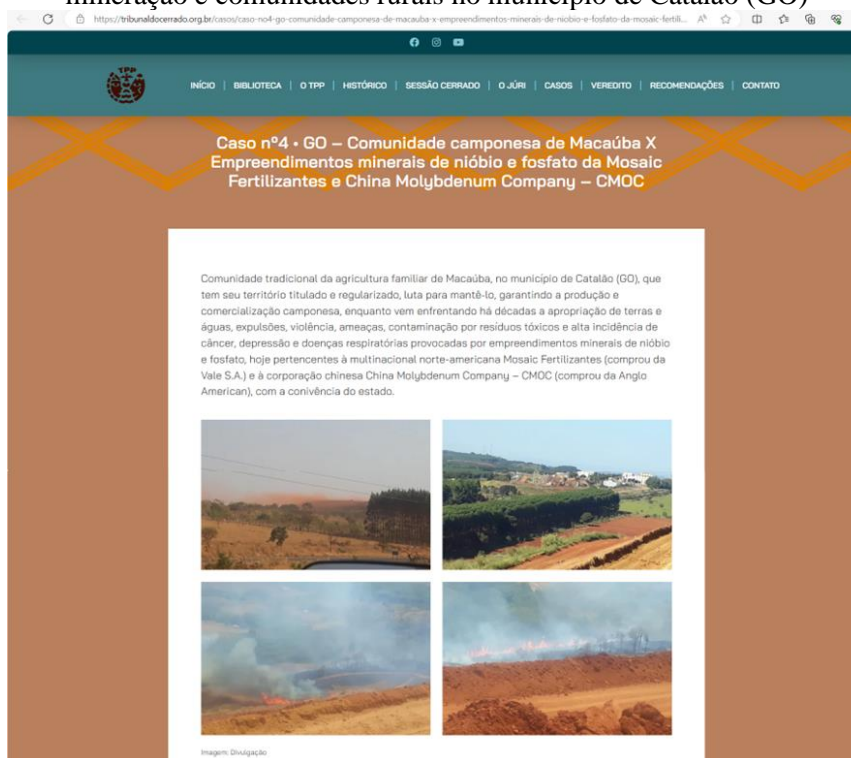
Gráfico 7: Divisão das publicações institucionais por organismo.

Org.: Mendes, D. F. (2023).

Vale analisar que as publicações com teor “favorável” à Mineração representam 64% de todas as publicações da categoria veículos institucionais, o que leva novamente à constatação sobre a desigualdade de acesso à comunicação. Empresas e instituições parceiras ou dedicadas ao Setor Mineral, ocupam mais espaço digital do que organismos sociais críticos ao setor mineral e de defesa às comunidades afetadas pelos empreendimentos.

Do outro lado, em posição distinta no mosaico social, encontram-se os veículos de comunicação institucionais com posicionamento crítico e/ou contrário ao Setor Mineral. Nesta pesquisa, foram encontradas 11 publicações ou 35%, divididas entre os veículos Observatório da Mineração, website do Movimento Camponês Popular e website do Movimento Tribunal do Cerrado. São esses veículos que dão voz e visibilidade às comunidades afetadas, fazendo um contraponto à dinâmica da exploração mineral. O Observatório da Mineração, veículo que se denomina como um centro investigativo focado no setor extrativo, produz conteúdos sobre o extrativismo mineral em todo o Brasil, tendo dado voz, por duas vezes, ao conflito fundiário na comunidade Macaúba com a mineradora Mosaic Fertilizantes. Da mesma forma, o Tribunal do Cerrado, instituição ligada ao Tribunal Permanente do Povos, gerou espaço para o mesmo tema, como mostra a Figura 12.

Figura 12: Divulgação institucional realizada pelo Tribunal dos Povos sobre a relação entre mineração e comunidades rurais no município de Catalão (GO)



Fonte: Tribunal dos Povos do Cerrado (2021)

O destaque, no que se refere às publicações institucionais que se contrapõem ao sistema de extração mineral, revela-se com a Comissão Pastoral da Terra²¹, cujo website gera espaço periódico para dar voz e comunicar os conflitos e formas de comunicação e articulação. No período de 2019 a 2023, selecionado para esta pesquisa, foram identificadas sete publicações críticas ao relacionamento entre Comunidades e Mineradoras nos municípios de Catalão (GO) e Ouidor (GO), sendo uma publicação no ano de 2021, outras duas publicações no ano de 2022, seguidas por quatro publicações no ano de 2023.

Por fim, na análise dos veículos institucionais foi identificada uma publicação da UFCAT no ano de 2019, incluindo tema ligado à mineração e comunidade nos municípios de estudo, referente à assinatura de parceria entre a Universidade e a Mineradora Mosaic em projeto de preservação e recuperação de água.

²¹ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi criada em 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Nasceu ligada à Igreja Católica. Logo, porém, adquiriu caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB. A CPT foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização. Fonte: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>.

No processo de entendimento sobre a posição dos veículos levantados, cabe, finalmente a análise sobre aqueles ligados ao Poder Público. No recorte temporal da pesquisa foram identificadas apenas duas publicações, sendo uma do Ministério Público de Goiás (MP/GO) e outra da Prefeitura Municipal de Ovidor (GO), em 2023. A escassez de matérias relacionadas à comunidade e mineração em websites de instituições públicas também revela o pouco envolvimento e espaço dedicado pelo Poder Público à temática dos impactos da mineração.

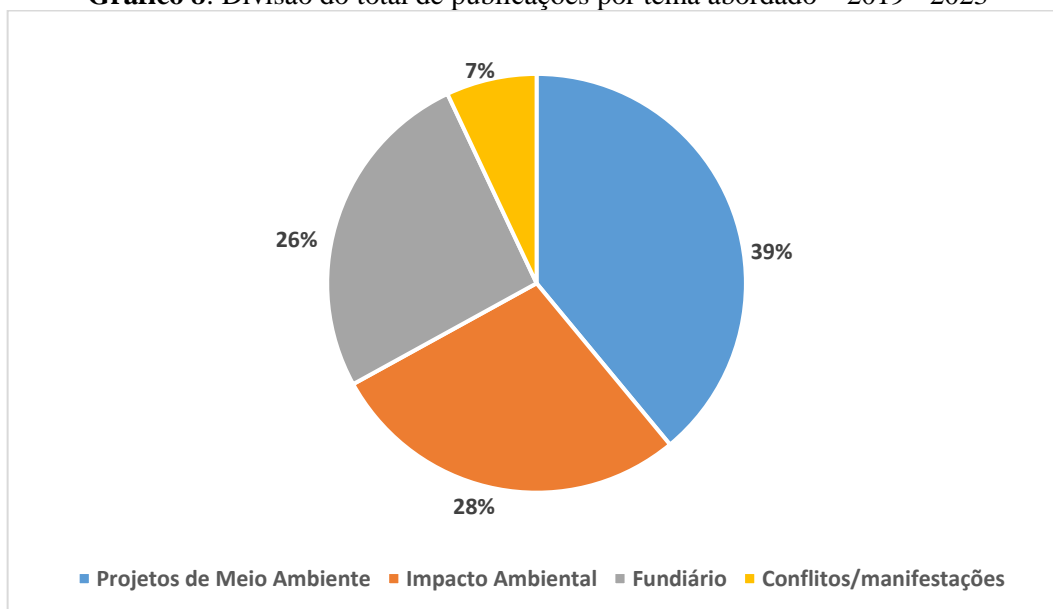
Em continuidade à pesquisa do conteúdo coletado, os próximos parágrafos dedicam-se à assimilação sobre a categoria de análise “Temas Abordados”, atrelando-os às formas de diálogo assumidas pelos dois sujeitos da pesquisa. Como abordado, o objetivo deste estudo é compreender a forma de organização e os instrumentos utilizados pelos sujeitos para lidar com a relação compulsória entre as partes. Para tal, a interpretação dos conteúdos é fundamental para se construir as possíveis correlações.

A metodologia estabelecida pela pesquisadora dividiu a categoria “Temas Abordados” em quatro subcategorias: Impacto Ambiental; Questões Fundiárias; Conflitos/Manifestações e Projetos de Meio Ambiente. A escolha por priorizar tais temas foi baseada na leitura teórica do cenário de mineração e comunidade, assuntos conceituados na seção anterior. Fica claro, ao abordar os impactos da Mineração sobre as Comunidades Rurais que as questões socioambientais despontam como o principal motivo para o estabelecimento da relação entre os sujeitos.

Desse modo, ainda que todas as subcategorias estejam intrinsecamente ligadas ao socioambiental, cada uma delas ressalta uma perspectiva distinta. O “impacto ambiental” inclui as publicações que relatam de maneira direta um ou mais impactos promovidos pela mineração, como as questões sobre água, emissão de particulados, ruídos e desastres ambientais. A subcategoria “Fundiário” abrange as discussões entre comunidade e mineração, na área de estudo, sobre os processos de aquisição de terra pelas Mineradoras e da desapropriação das Comunidades, mediante a venda de suas propriedades. Nos “conflitos/manifestações” estão contidas as publicações sobre a relação de tensão entre os sujeitos, quando a forma de diálogo perpassa à amistosidade e os sujeitos das Comunidades se colocam em movimento de luta e reivindicação perante as empresas de mineração. Já a subcategoria “Projetos de Meio Ambiente” retrata as publicações sobre possíveis iniciativas engendradas pelas Cmpresas de mineração para desenvolver projetos de cunho socioambiental nas Comunidades Rurais do entorno. Neste rol, estão os projetos sobre preservação e conservação de água e assistência técnica rural, dentre outros.

O Gráfico 8 apresenta a divisão do total de publicações por tema abordado. Dos 97 itens coletados, 39% tratam de projetos de meio ambiente, 28% de impactos ambientais, 26% abordam questões fundiárias e 7% relacionam-se a conflitos na região de estudo.

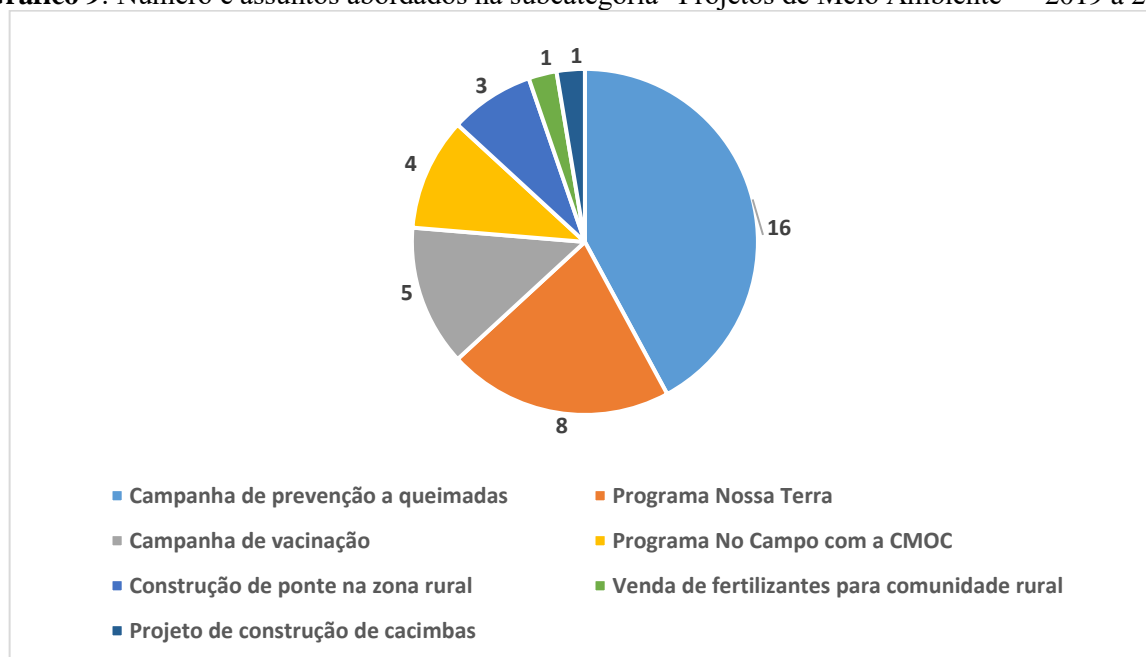
Gráfico 8: Divisão do total de publicações por tema abordado – 2019 - 2023



Org.: Mendes, D. F. (2023)

O primeiro ponto de interpretação, refere-se a uma expressiva presença de publicações sobre Projetos de Meio Ambiente, muito em decorrência do que foi abordado na categoria de veículos de imprensa, sobre o acesso desigual aos veículos de comunicação. Como as empresas de Mineração apresentam facilidade e estrutura para promover divulgações, é evidente que o número de publicações sobre as iniciativas de mitigação de impactos, propostas pelo setor Mineral, também se coloquem em maioria.

Ao aprofundar a avaliação, mediante leitura de cada uma das publicações coletadas, é possível visualizar, de modo específico, os assuntos abordados, como demonstra o Gráfico 9. As campanhas de prevenção a queimadas realizadas por empresa mineradora da área de estudo é o projeto que se sobressai nas divulgações. A iniciativa foi divulgada por 16 vezes, entre os anos de 2019, 2020 e 2021, atingindo veículos de abrangência local, regional e nacional (Figura 13).

Gráfico 9: Número e assuntos abordados na subcategoria “Projetos de Meio Ambiente” – 2019 a 2023

Org.: Mendes, D. F. (2023).

Sobre este ponto é importante avaliar o nível de envolvimento da comunidade rural com as atividades. Em 100% das publicações, a Empresa Mineradora cita a visita e interlocução com os moradores das Comunidades Rurais do entorno, demonstrando a existência de diálogo direto entre comunidade e mineração, neste caso em um processo de Educação Ambiental. Entretanto, das 16 publicações sobre prevenção a queimadas, apenas seis delas, ou seja, 37,5% do total apresentam evidências da participação ativa da comunidade, por meio de fotografias ou depoimentos dos moradores.

Figura 13: Divulgação no blog Dito e Feito no ano de 2019.

Fonte: Divulgação/Blog Dito e Feito, 2019.

Em continuidade, a próxima iniciativa com maior número de publicações dentro da temática “Projetos de Meio Ambiente” refere-se ao Programa Nossa Terra, projeto da Mineradora CMOC de promoção do empreendedorismo rural. Ainda que 100% das publicações sobre o Programa tenham sido fomentadas pela própria Empresa, vale destacar a presença de citações de dois moradores das comunidades Coqueiro/Morro Agudo e Mata Preta, os quais comentam sobre a adesão ao Programa. Tais citações também apontam certo nível de relacionamento entre as comunidades rurais do estudo e os empreendimentos minerários, visto que a coleta de depoimentos dos moradores só é possível através do estabelecimento de uma comunicação direta entre os sujeitos da pesquisa.

Nessa mesma linha, o projeto “No Campo com a CMOC” (Figura 14) foi o assunto de quatro publicações entre aquelas referente a “Projetos de Meio Ambiente”. A análise das divulgações apontou a afirmação da empresa de interação com as comunidades Macaúba, Mata Preta, Coqueiros, Coruja, Paraíso, Ouvidor dos Cláudios e Ouvidor dos Rodrigues. Também é possível identificar o depoimento integral de três moradores das comunidades Coqueiro, Córrego Fundo e Coruja sobre a iniciativa.

Figura 14: Divulgação no blog Zap Catalão sobre o Projeto “No Campo com a CMOC -2019.



Fonte: Divulgação/Blog Zap Catalão, 2019.

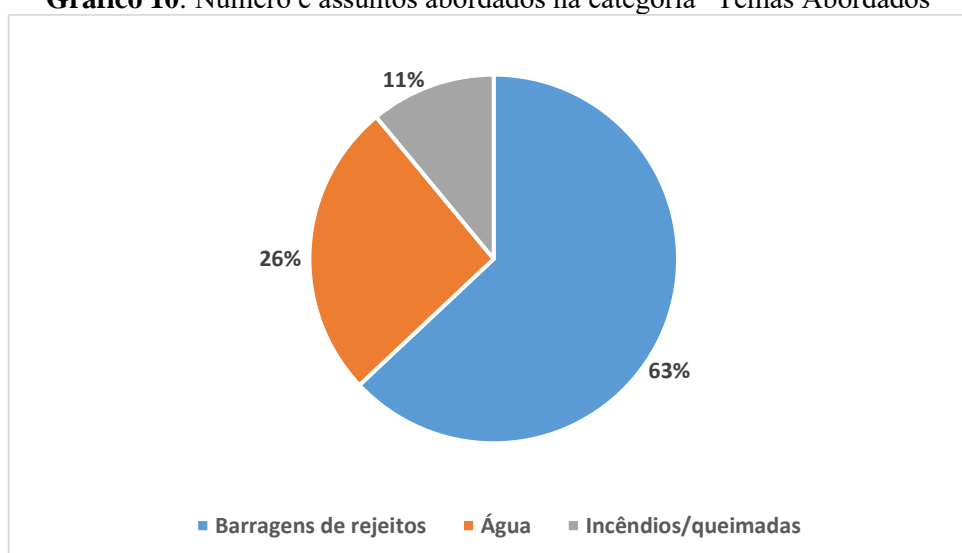
As divulgações relacionadas a “Projetos de Meio Ambiente” abordaram ainda o tema saúde. Das 38 publicações nessa categoria de análise, cinco referem-se à campanha de

vacinação contra gripe e H1N1 realizada pela empresa CMOC junto aos moradores das Comunidades do entorno das operações da Empresa. Considerando o recorte temporal da pesquisa, de 2019 a 2023, foram identificadas publicações nos anos de 2020 e 2022. Do mesmo modo que nos projetos de desenvolvimento rural, as publicações demonstram a participação das comunidades rurais, por meio de registros fotográficos e depoimentos, com o registro de citações de moradores das comunidades Ouvidor dos Cláudios, Coqueiros e Mata Preta.

As demais publicações que compõem a subcategoria “Projetos de Meio Ambiente” incluem três referências à construção de uma ponte na comunidade rural do município de Ouvidor, além de duas publicações sobre projetos de disponibilidade hídrica nas Comunidades do entorno dos empreendimentos de Mineração.

A análise das subcategorias sobre os temas abordados na relação entre Comunidade e Mineração procede-se, nos parágrafos seguintes, às publicações que retratam de maneira direta os Impactos Ambientais oriundos da atividade minerária. Nessa subcategoria, do total de 97 publicações analisadas, 28% ou 27 publicações compõem esse esquadro de análise. O Gráfico 10 divide as 27 publicações sobre impacto ambiental por assuntos específicos surgidos nessa subcategoria. Do total, 63% das publicações abordaram o tema “Barragens de rejeitos”, 26% relataram questões sobre qualidade e disponibilidade de água e outros 11% referiram-se aos impactos dos incêndios na região.

Gráfico 10: Número e assuntos abordados na categoria “Temas Abordados”



Org.: Mendes, D. F. (2023).

O alto número de matérias referente ao tema “barragens de rejeito” revela que este é um assunto prioritário no diálogo entre Comunidades Rurais e empreendimentos de mineração. É

válido citar que desse número, mais da metade ocorreu no ano de 2019, como resultado das novas exigências estabelecidas pela Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei 12.334/2010), após os acidentes de Mariana (MG), em 2015 e Brumadinho (MG), em 2019. Mediante os grandes desastres, além do enrijecimento da legislação, houve maior pressão social para que Empresas de Mineração garantissem a segurança de seus reservatórios. A mobilização da Comunidade, a qual se tornou temerosa pela presença das barragens em seus territórios contribui para dar luz ao tema, alçando-o à imprensa local e regional.

Constata-se que das 17 matérias publicadas sobre “Barragens de rejeito”, 15 são referentes a treinamentos e exercícios de simulado de emergência realizados pela Defesa Civil, juntamente com os Empreendimentos de Mineração. Essa totalidade de matérias voltadas à prevenção de acidentes também é resultado das atuais legislações de segurança de barragens, as quais exigiram novas posturas dos empreendedores. Dentre elas, está a comunicação clara para os moradores das comunidades rurais que compõem as Zonas de Autossalvamento (ZAS) e Zonas de Salvamento Secundário (ZSS) sobre os riscos dos reservatórios, bem como a implantação de sistemas de comunicação e de treinamentos periódicos da comunidade, para evacuação de área, em caso de rompimento.

Figura 15: Imprensa local divulga Simulado de Emergência realizado por empreendimento minerário na área de estudo.



Fonte: Blog Zap Catalão

Como efeito do acidente de Brumadinho (MG) (2019) duas publicações completam as 17 sobre o tema “barragens de rejeito”, trazendo o posicionamento do Ministério Público do Estado de Goiás (MP) sobre as barragens localizadas nos municípios de Catalão (GO) e Ouidor (GO). Ambas as matérias solicitam a interdição e esvaziamento dos reservatórios, a fim de garantir a segurança da comunidade e evitar danos ambientais. As duas publicações fazem um contraponto à maioria das publicações sobre barragens, priorizando ações mais contundentes focadas na comunidade e não nas medidas assumidas pelas Mineradoras.

Figura 16: Imprensa regional divulga posicionamento do MP/GO sobre barragens de rejeito na área de estudo



Fonte: G1/Goiás

Na sequência à análise dos temas abordados dentro da subcategoria “Impactos Ambientais”, 26% das publicações são relativas ao tema “água”. Como exposto na terceira Seção desta dissertação, a mineração carece de grandes quantidades de água para suas atividades, além de interferir na dinâmica hídrica dos territórios onde opera. Esse aspecto faz que com a disponibilidade e a qualidade da água seja um tema muito presente no diálogo entre os sujeitos da pesquisa. Contudo, a realidade do debate entre Mineração e Comunidade sobre a questão da água, não se refletiu nas publicações coletadas entre 2019 e 2023. Apenas sete matérias são voltadas à questão, sendo que seis delas referem-se a ações de empreendimento minerário para mitigar possíveis efeitos no acesso ao recurso hídrico pelos moradores rurais. Mais uma vez, a diferença no alcance aos canais de comunicação faz com que os posicionamentos institucionais se sobreponham aos das Comunidades Rurais, as quais não possuem canais garantidos para colocarem sua versão dos fatos. Uma única matéria, publicada na página eletrônica da CPT Goiás, traz denúncias sobre o conflito pelo uso da água, sob o olhar das comunidades e não dos empreendimentos.

Figura 17: Página da CPT Goiás relata percepção dos moradores sobre os recursos hídricos da região



Fonte: CPT/Goiás, 2023.

Por último, dentro do tema “Impactos Ambientais”, surge novamente a questão dos incêndios florestais ocorridos no período de estiagem. Entretanto, diferentemente das publicações que abordam iniciativas das Empresas de Mineração para prevenir e combater queimadas, as três publicações identificadas estão focadas nos impactos das queimadas para a rotina dos produtores rurais. Mortandade de animais, perdas produtivas e risco à saúde humana são pontos trazidos pelos moradores. Apesar dos empreendimentos minerários não serem necessariamente culpados pelo início dos focos de incêndio, visto que dificilmente é possível identificar a causa e a localidade inicial de uma queimada, por meio da análise das publicações é possível inferir que a Comunidade e os Empreendimentos dialogam sobre o tema, à medida que os moradores vizinhos cobram das empresas apoio contundente na eliminação dos focos de incêndio, com base na estrutura de combate disponibilizada pelas Mineradoras. As publicações também demonstram o interesse da Comunidade Rural em ser ressarcida em seus prejuízos materiais, depositando tal expectativa sobre os empreendimentos minerários, uma vez que, sob a interpretação da Comunidade, o Setor Mineral deve responsabilizar-se pelo amparo aos produtores rurais e pela mitigação dos impactos ambientais ocorridos no território.

Com porcentagem próxima à questão hídrica, os processos fundiários, voltados à aquisição de propriedades rurais aparecem com 28% das publicações ou 25 das 97 matérias analisadas. O conflito pelo território, conforme debatido na segunda Seção, é o cerne da relação entre Mineração e Comunidade, pois os produtores rurais do entorno dos empreendimentos lidam frequentemente com o interesse das empresas em adquirirem suas propriedades para o avanço dos negócios. O interesse das Comunidades Rurais em preservarem e permanecerem

em seus territórios faz com que este tema seja o mais relevante no processo de diálogo entre os sujeitos.

Na leitura das 25 matérias sobre questões fundiárias, verifica-se que 100% possuem posicionamento contrário ao Setor Mineral, apontando descontentamento por parte das Comunidades sobre os processos de negociação com as empresas, os valores propostos de indenização e a judicialização das aquisições. Quando a negociação é levada à justiça, encerra-se ali um processo de diálogo entre as partes, sobrepondo as questões legais à negociação amigável.

A análise temporal também possui relevância na subcategoria “Fundiária” dos temas abordados. 72% das matérias sobre este tema foram publicadas no ano de 2023 e apenas 28% foram publicadas entre os anos de 2019 e 2022. Duas interpretações principais buscam justificar a concentração de matérias no ano de 2023. A primeira delas é mais evidente e que 2023 foi marcado pela alta mobilização das Comunidades do entorno das miradoras de Catalão (GO) e Ouvidor (GO), lideradas por produtores e movimentos sociais de defesa dos direitos das Comunidades. A mobilização gerou manifestações e conflitos que serão tratados na próxima subcategoria. Como efeito, o assunto das aquisições das propriedades repercutiu na imprensa e em toda a Comunidade Rural e urbana dos dois municípios, trazendo a discussão à tona.

Numa segunda interpretação, complementar à primeira, o reduzido número de publicações sobre questões fundiárias entre os sujeitos, registrado nos anos de 2019 até 2022 têm influência direta da crise sanitária do coronavírus enfrentada mundialmente, de 2020 a 2022. Nesse período, o nível de diálogo entre as partes e entre os próprios moradores das Comunidades Rurais, foi reduzido pela necessidade de distanciamento social. No mesmo contexto, os movimentos sociais restringiram suas atuações, de tal maneira que o número de reuniões, encontros e interações presenciais foi escasso. Como aborda a próxima e última subseção de temas abordados, a mobilização coletiva é uma estratégia importante para fomentar o diálogo entre Comunidade e Mineração, pois dá proporção e voz aos moradores do entorno.

A dimensão do tema “Fundiário” pode ser medida ainda pelo alcance do assunto em veículos de imprensa e institucionais de abrangência regional e nacional. As lutas pelo processo de aquisição de terra configuram como aquelas que mais tiveram visibilidade para além da comunicação local, entre todos os demais temas. Grupos de imprensa de abrangência regional, como o Jaime Câmara, o qual abordou o assunto em veículos como O Popular, Portal G1, Jornal Anhanguera e Bom dia Goiás, reverberaram as denúncias realizadas pelas famílias das Comunidades Rurais, dando visibilidade a todo o estado. Em níveis nacionais, o tema ganhou espaço em veículos institucionais, como o website da CPT e do Observatório da Mineração.

Figura 18: Veículo de abrangência regional aborda questão da desapropriação de terras na região mineradora de Catalão (GO).



Fonte: Jornal Anhanguera 1ª edição

A análise e interpretação do conteúdo coletado tem seu desfecho na abordagem das manifestações e conflitos ocorridos no recorte temporal desse estudo, ou seja, de 2019 a 2023. Considera-se reforçar que nesse estudo, as publicações classificadas como conflitos foram aquelas em que os sujeitos da pesquisa ultrapassaram o diálogo amistoso e em vias formais, passando para ações de enfrentamento direto, com consequências imediatas ao relacionamento. Nesse contexto, foram identificadas seis matérias que tratam exclusivamente sobre o tema, sendo todas elas em 2023.

A visibilidade ao tema “Conflitos” no ano de 2023, decorre da mobilização engendrada especialmente pelas comunidades Macaúba e Coqueiros, localizadas no Município de Catalão (GO), com o apoio de movimentos sociais, cooperativas de produtores rurais, universidade local e instituições de defesa de direitos socioambientais. As ações de protesto realizadas em maio de 2023 tiveram como reivindicação principal a negociação para aquisição de propriedades rurais pelas Mineradoras, exigindo negociações mais transparentes, bem como o fim da judicialização de famílias das Comunidades por parte das Empresas. À pauta principal somou-se a luta pela mitigação dos impactos ambientais causados pela atividade mineral, além da busca por incentivos aos produtores rurais das Comunidades para investirem em suas propriedades e garantirem sua sobrevivência no território.

Em maio de 2023, o grupo manifestou-se na rodovia que dá acesso à mineração, interditando a passagem e exigindo um processo de negociação junto às Empresas. A ação jogou luz à luta das Comunidades Rurais pela garantia de seus direitos, dando oportunidade

para que os temas fossem debatidos pelo Poderes Executivo e Legislativo do município de Catalão (GO). O grupo foi recebido em Audiência Pública na Câmara de Vereadores, recebendo apoio dos parlamentares. Como consequência, a mobilização recebeu a atenção dos veículos de imprensa locais e em nível estadual, com ampla cobertura também nas redes sociais, dando força ao debate sobre os impactos da mineração.

Figura 19: Grupo formado por atingidos pela mineração em Catalão (GO) e Ouvidor (GO) protestam em rodovia



Fonte: Reprodução Jornal O Popular, maio 2023.

A ação abriu espaço para que o grupo fosse recebido por representantes dos Empreendimentos Minerários, onde apresentaram uma pauta de reivindicações. Tal exemplo demonstra a relevância da organização coletiva para a abertura de canais de comunicação com os empreendimentos, de forma que o diálogo entre as partes torna-se inevitavelmente a principal estratégia para a busca de soluções aos conflitos, por meio do atendimento às demandas das comunidades rurais.

Figura 20: Repercussão do protesto das comunidades rurais contra as empresas de mineração, em Catalão (GO) repercute em veículo local



Fonte: Catalão On Line.

A organização coletiva permite constatar a existência do sentimento de Comunidade, pertencimento e parceria entre os moradores, bem como a presença de grupos informais que compartilham suas demandas, ainda que não participem formalmente de organizações sociais. Assim, a atuação coletiva frente às Mineradoras é uma estratégia significativa adotada pelos moradores das Comunidades Rurais. Normalmente, os grupos são fomentados por lideranças naturais das Comunidades, que buscam dar visibilidade às causas. Contudo, no processo de organização coletiva estão presentes movimentos sociais ligados às questões agrárias, os quais desempenham papel relevante na condução do diálogo. Tais movimentos permitem maior visibilidade às questões debatidas pelas Comunidades em relação à atividade mineradora, aumentando a pressão para que as Empresas e o Poder Público atuem diante às necessidades das comunidades rurais.

No caso das Comunidades de Catalão (GO) e Ouvidor (GO), destaca-se o Movimento Camponês Popular (MCP), com a participação da Comunidade em “ações de protesto, nas ações reivindicatórias, nas ações políticas, nas lutas e atos públicos realizados pelo movimento” (Ferreira, 2012, p.101). Também faz-se presente a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organismo ligado à Igreja Católica que atua na identificação, estatística, mediação e solução de conflitos agrários no Brasil. A atuação da CPT dá aos conflitos locais o reconhecimento em níveis nacionais e internacionais, à medida que a localidade está inclusa nos relatórios oficiais sobre conflitos no campo no Brasil elaborados pela Comissão. Vale registrar também a presença do Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM), cuja atuação foi mais intensa entre 2013 e 2018. Considerando o recorte temporal da pesquisa, a atuação do MAM reduziu-se a partir de 2019, não podendo, entretanto, ser desconsiderada.

Os resultados e discussões efetuados nessa subseção buscaram demonstrar, por meio da análise das publicações sobre Mineração e Comunidades Rurais de Catalão (GO) e Ouvidor (GO), a existência de relacionamento e, portanto, de um processo de diálogo entre os dois sujeitos da pesquisa. Ao se analisar as publicações é possível inferir a trajetória do diálogo, os níveis de relacionamento e as razões as quais levam Comunidades e Minerações a buscarem um processo de interação. Ficou demonstrado que, ainda que o processo de diálogo seja, por vezes, difícil e conflituoso, ele está presente no território minerador da área de estudo.

Certamente, não é possível desconsiderar que a diferença do papel social dos sujeitos, coloca os Empreendimentos numa posição privilegiada no processo de comunicação. Essa desigualdade exige das Comunidades esforços no estabelecimento de uma relação que produza espaços reais de diálogo, com vistas ao atendimento das necessidades geradas como efeito da alteração da dinâmica territorial decorrente da mineração.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho trilhado para o desenvolvimento dessa pesquisa buscou inicialmente conceituar os aspectos primordiais para a compreensão do objeto de estudo. Assim, a pesquisa sobre o território e sua história, especialmente dos Municípios de Catalão (GO) e Ouvidor (GO) demonstrou-se tão essencial quanto a pesquisa sobre os dois sujeitos que ocupam o mesmo território. De um lado, entender as Comunidades Rurais, desde sua composição até suas particularidades socioeconômicas e culturais deu embasamento para compreender as causas raízes da relação com a mineração. Do outro, investigar a história da mineração e sua evolução também gerou base para a análise da formação do contexto atual.

A pesquisa evidenciou a potencialidade mineral do subsolo brasileiro, a qual produz um cenário industrial robusto direcionado à extração de dezenas de minérios utilizados pela indústria, colocando o Brasil entre os maiores produtores de minérios do mundo, de maneira que o setor desempenha um protagonismo na composição econômica do país.

O processo de extração de minérios ocorre invariavelmente a partir da apropriação dos territórios onde estão localizadas as jazidas minerais, resultando em intervenções ambientais e em novos ordenamentos socioeconômicos impostos às Comunidades locais. Apesar de possíveis benefícios econômicos que a implantação de uma empresa do Setor Mineral pode gerar para uma região, é fato notório que a atividade provoca a desterritorialização de agricultores familiares das zonas rurais localizadas no entorno dos Empreendimentos e que dependem exclusivamente do uso da terra e da posse sobre o território para a garantia de sua sobrevivência.

Esse cenário foi evidenciado nos municípios de Catalão (GO) e Ouvidor (GO), onde desde a década de 1970, Empresas transnacionais efetivam a extração de Nióbio e Fosfato, minérios utilizados na indústria de alta tecnologia e na indústria agropecuária e de produção de alimentos, respectivamente. Nesse contexto, Comunidades Rurais tradicionais dos dois Municípios lidam com os impactos socioambientais da mineração e com a desapropriação de seus territórios, gerando a fragilização identitária das famílias que outrora ali se estabeleceram e construíram suas histórias de vida. Em face às mudanças, os produtores rurais buscam formas de se reproduzirem socialmente no território, conciliando seus interesses de produção aos interesses das Empresas, ou a reparação justa quando a permanência no território torna-se inviável.

O estabelecimento de uma comunicação entre os sujeitos é fator determinante na dinâmica do território, pois, a partir das discussões entre as partes, são definidas as negociações

que direcionarão o futuro das Comunidades. Dessa forma, o objetivo central desta pesquisa foi demonstrar os processos de comunicação entre as Comunidades Rurais e as Empresas de Mineração, por meio da análise de publicações disponíveis eletronicamente, cuja temática esteja fundamentalmente ligada ao relacionamento entre as partes.

Pontua-se que o projeto inicial proposto pela pesquisadora incluía, além da análise das publicações, a realização de pesquisa de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas, com os moradores das Comunidades Rurais do estudo e as Mineradoras que operam na região. Todavia, foi necessária a adequação do projeto, diante à não aprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade, não havendo tempo hábil para nova solicitação. Portanto, cabe manifestar que o tema da pesquisa, o qual reúne as disciplinas de Geografia e Comunicação apresenta oportunidades de aprofundamento, mediante a escuta dos sujeitos, o que poderá ser desenvolvido em uma nova etapa da Pós-Graduação stricto sensu.

No que se refere aos temas debatidos com os empreendimentos as análises demonstraram dois eixos principais: o primeiro aborda as questões ambientais, com foco nos impactos da indústria mineradora, afetando o processo produtivo das famílias e sua dinâmica social. Questões como acesso à água, riscos de segurança e queimadas, além de outros impactos compuseram a essência das discussões.

O segundo eixo norteador da comunicação entre os sujeitos é a questão fundiária, com a discussão sobre a venda dos imóveis rurais às Empresas ou a desapropriação dos moradores de maneira compulsiva, caso a negociação extrajudicial entre as partes não se suceda. O tema foi amplamente reverberado pela imprensa e, na análise dessa amostra, é o principal ponto de discussão entre os moradores e as Mineradoras. A questão fundiária, culminou, como analisado, no estabelecimento de conflitos diretos, onde a comunidade busca voz para denunciar os impactos fundiários sobre o território.

As análises demonstraram a existência de um diálogo entre os sujeitos, mesmo que não plenamente efetivo, possuindo muitas lacunas a serem preenchidas ao longo dos próximos anos de relacionamento. Como estratégia, os produtores organizam-se coletivamente para fazerem frente aos empreendimentos, contando com o apoio de movimentos e organizações sociais, que dão visibilidade às causas. Utilizam-se de reuniões com o Poder Público e espaços de comunicação digital, como as páginas em redes sociais de organismos institucionais tal qual a CPT e o MCP para clamarem por seus direitos.

A pesquisa também inferiu que o acesso aos canais de comunicação é desigual para a Comunidade e as Empresas Mineradoras, uma vez que os empreendimentos possuem mais relações de poder, recursos financeiros e recursos humanos para articularem um processo de

relacionamento que garanta aos interesses do negócio. Por outro lado, também é possível detectar o crescente interesse dos empreendimentos no fortalecimento das relações com as Comunidades locais, o qual vem na esteira do discurso de Responsabilidade Social assumido pelo setor empresarial nas últimas décadas, em decorrência das novas exigências globais.

A pesquisa científica é, de qualquer forma, o resultado dos métodos, somado às impressões depositadas pelo pesquisador - ainda que inconscientemente - a partir de sua vivência acadêmica e empírica sobre o tema. No caso desta pesquisa, a formação em Comunicação da pesquisadora e sua atuação profissional junto aos sujeitos de estudo influenciaram o viés escolhido para as análises. Após dezoito anos na função de intermediar diálogos e buscar soluções para uma convivência mais justa entre os sujeitos, sendo dez deles na área de estudo, torna-se evidente, não apenas a essa pesquisadora, mas a milhares de profissionais dedicados a buscar soluções aos conflitos, de que o diálogo e o estabelecimento de uma comunicação transparente e eficaz é o único caminho para gerar resultados que preservem social e ambientalmente os territórios das comunidades rurais, a fim de que garantam sua reprodução social.

A estrada a ser trilhada pelos dois sujeitos da pesquisa para uma comunicação eficaz tem caminho longo, com muito a ser desenvolvido. As oportunidades de melhoria no diálogo cabem, em sua maioria, às empresas de mineração, por possuírem tecnologia e recursos para implantar negócios mais responsáveis. O avanço no processo de diálogo se dará à medida que as empresas evoluírem na preservação ambiental e das comunidades dos territórios onde se fazem presentes. Portanto, conversa e ação caminham juntas.

Por fim, as discussões propostas nesta pesquisa não esgotam os temas abordados. Ao contrário, contribuem para que novas reflexões sejam trabalhadas por pesquisadores, dando mais luz a um tema tão relevante para a sociedade humana contemporânea.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** / Ricardo Abramovay. 3 ed.; São Paulo: Edusp, 2007.

ALVES-MAZZOTTI, A.J; GEWANDSZNADJER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa.** São Paulo: Pioneira, 1998.

AMORIM FILHO, O. Topofilia, topofobia e topocídio em MG. In: Percepção ambiental – a experiência brasileira. 2ª edição, São Paulo: Studio Nobel/Editora da UFSCAR, 1999.

AQUINO, J. R. **Avanços e limites da política de crédito do Pronaf no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica.** In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre. Anais... Brasília: SOBER, 2009. p. 1-21. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/817.pdf>>. Acesso em: 03 de maio 2023.

ARRAIS, T. A. **A região como arena política – um estudo sobre a produção da região centrogoiano.** Ensaios Temáticos Regionais. Goiânia: EV Editora, 2007. 258p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, B. Há 40 anos, DDT precipitou restrições. Valor Econômico, Agronegócios, p. B12, São Paulo, 22 nov. 2010.

BIANCHI, A. **Temas e problemas nos projetos de pesquisa.** Estudos De Sociologia, Araraquara, 13/14, 2002/2003. Páginas 75 a 91.

BITAR, O. Y. **Avaliação da recuperação de áreas degradadas por mineração na Região Metropolitana de São Paulo.** São Paulo: 1997

BRASIL. Agência Nacional de Mineração. **Anuário Mineral Estadual - Distrito Federal e Goiás, Anos base 2014 a 2017.** Brasília: ANM, 2019. 110 p.: il.

_____. Agência Nacional de Mineração. **Banco de dados: Economia Mineral, 2021.** Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral>. Acesso em: 27 de setembro de 2022.

_____. Agência Nacional de Mineração. **Anuário Mineral Brasileiro: principais substâncias metálicas.** Brasília: ANM, 2023. 23 p.; il. Ano Base 2021.

_____. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 03 de maio de 2023.

_____. **Lei nº 11.947/2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 20 de abril de 2023.

BOHN David. **DIÁLOGO - Comunicação e Redes de Convivência**. São Paulo: Palas Athena, 1989.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. E. **Agricultura familiar e novo mundo rural**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 312-347, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf>>. Acesso em: 18 de abril de 2023.

BUBER, M. **Eu e tu** (2a ed., N. Zuben, trad. do alemão, introdução e notas). São Paulo: Moraes, 1974.

_____. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BUNGE, M. **La ciencia: su método y su filosofía**. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1972.

CHAVEIRO, E. F.; CASTILHO, D. **Cerrado: patrimônio genético, cultural e simbólico**. In: Revista Mirante, vol. 2, n.1. Pires do Rio - GO: UEG, 2007.

CHAVES, M. R. **Descentralização da política de meio ambiente no Brasil e a gestão dos recursos naturais no cerrado goiano**. Rio Claro Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2003.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução Rosa María Rússovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CMOC BRASIL. **Nossos Negócios**. Disponível em: <https://cmocbrasil.com/br/negocios>. Acesso em: 27 de setembro de 2022.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NACIONAL. **Conflitos no Campo Brasil 2022**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia, 2023.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. **Caderno de Caracterização Estado de Goiás**. Brasília: Codevasf, 2021.

DEMAJOROVIC, J. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa**. 2000. Tese (Doutorado em Administração Escolar) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DIAS, J. E. C. **A percepção da comunidade do município de Mariana/MG em relação às ações sociais e ambientais das empresas mineradoras que atuam na região**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Escolas de Minas. 108f, 2015.

ESTEVAM, L. A. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: Ed. do autor, 1998. 276 p.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS. **Polos Industriais do Estado de Goiás, Catalão**. FIEG, 2020. Disponível em: <

https://fieig.com.br/repositoriosites/repositorio/portalfieig/download/Publicacoes/polos_industriais/polo_industrial_Catalao_web.pdf>. Acesso em: 01 de junho de 2023.

FERNANDES, B. M. **Entrando nos territórios do Território**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERREIRA, A. P. S. O. **Territórios em conflito: a comunidade Macaúba/Catalão (GO) e a territorialização da atividade mineradora** / Ana Paula da Silva de Oliveira Ferreira, 2012.

FIGUERÔA, S. F. M. **“Metais aos pés do trono”**: exploração mineral e o início da investigação da terra no Brasil. REVISTA USP, São Paulo, n.71, p. 10-19, 2006.

FRANKS, D. M.; COHEN, T. **Social Licence in Design: Constructive technology assessment within a mineral research and development institution**. Centre for Social Responsibility in Mining, Sustainable Minerals Institute, University of Queensland, Australia. 79 122 *Technological Forecasting & Social Change*, 2012.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GADOTTI, M., In: FREIRE, P. **Educação e mudança**, Prefácio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **A produção da autonomia: os “papeis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares**. *Estud.soc.agric.*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 89-122, 2007. Disponível em: <r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/download/283/279>. Acesso em: 04 de maio de 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLASER BG, STRAUSS AL. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**. New York: Aldine de Gruyter; 1967.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços. **Sobre a Mineração: Perguntas e Respostas Frequentes**. <https://www.industriaecomercio.go.gov.br/acao-a-informacao/2-licita%C3%A7%C3%B5es/institucional/2864-perguntasrespostasmineracao.html>. Acesso em 20 de outubro de 2023.

GONÇALVES, R. J. A. F. **No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás** / Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves, 2016. DIV, 504 f.: il.

GONÇALVES, R. J. A. F. ; MENDONÇA, M. R. . **Expansão dos grandes empreendimentos de mineração e territórios em disputa no Cerrado Goiano (Goiás/Brasil)**. *Sociedade e Território*, v. 27, p. 206-228, 2015.

HAESBAERT, R. **Identidades Territoriais**. In: Rosendhal, Z.; Côrrea, R. (Orgs.) *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1999.

_____. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. R. **Território e multiterritorialidade: um debate**. Revista GEOgraphia - Ano IX - No 17. p. 19-46, 2007.

HILSON, G. **An overview of land use conflicts in mining communities**. Land Use Policy, vol. 19, pp. 65-73, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Banco de dados: municípios de Ouvidor, 2021**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/ouvidor/panorama>>. Acesso em: 27 de setembro de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). **Informações sobre a economia mineral brasileira 2020 – Ano base 2019**. 1.ed. - Brasília: IBRAM, 2020.

_____. **Mineração em Números**. Brasília: IBRAM, 2021.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Painéis Municipais. Catalão, 2016**. Disponível em: <<https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/paineis-municipais/catalao-201612.pdf>> Acesso em 12 de junho de 2023.

JACOB, R. M. **Narrativas sobre o primeiro grupo escolar do município de Ouvidor - GO: 1949-1971**. 2016. 296 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2016.

Cadernos da FUCAMP, v.10, n.12, p1-17/2010

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução João Antunes. Lisboa: Portucalense, 1972.

KUNSCH, M. M. **Planejamento e gestão estratégica de relações públicas nas organizações contemporâneas**. Anàlisi: quaderns de comunicació i cultura, 2006.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução Ângela M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993. v. 1, 336 p. (Coleção Repertórios).

LIMA, Maria Helena Machado Rocha. **A indústria extrativa mineral: algumas questões sócio-econômicas**. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral, 2007. Disponível em: <http://www.cetem.gov.br/publicacao/CTs/CT2007-112-00.pdf>. Acesso em: 19 de dezembro de 2023.

LIMA, V. B. de. **Os caminhos da urbanização/ mineração em Goiás: o estudo de Catalão (1970-2000)**. 2003. 126 f. dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

MATOS, P. F. **As tramas do agronegócio nas ‘terras’ do Sudeste Goiano**. 2011. 355f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Disponível em: < <http://www.ppgeo.ig.ufu.br/node/267>>. Acesso em: 06 de junho de 2023.

MENDES, E. P. P. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão**. 2005. 294 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2005.

MENDES, E. P. P. e PESSÔA, V. L. S. **Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevista**. In RAMIRES, Julio Cesar de Lima e PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs.). Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MENDONÇA, R. F.; MAIA, R. C. M. **Deliberation across arenas? Assessing the constitution of general claims about the future of leprosy colonies**. In: MAIA, R. C. M. (Org.). Deliberation, the media and political talk. 1ed. New York: Hampton Press, 2012, v. 1, p. 287-314

MINAYO, M. C. S. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Conselho Nacional de Saúde**. Resolução nº 196/96 de 10 de outubro de 1996. Dispõe sobre os referencias básicos da bioética na pesquisa científica. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html. Acesso em: 31 de março de 2023.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NELSEN, J. L., SCOBLE, M., & OSTRY, A. **Sustainable socio-economic development in mining communities: north-central British Columbia perspectives**. International Journal of Mining Reclamation and Environment, 24(2), 163-179, 2010.

OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS DA MINERAÇÃO NO BRASIL. **Atlas do Problema Mineral Brasileiro**. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2023.

OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS DA MINERAÇÃO NO BRASIL. **Conflitos da Mineração no Brasil 2021: Relatório Anual**. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2022.

PALMIERI, M. **Modelo geológico e avaliação de recursos minerais do depósito de nióbio Morro do Padre, complexo alcalino-carbonatítico Catalão II, GO**. 2011. xv, 94 f., il. Dissertação (Mestrado em Geologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PARSONS, R., LACEY, J., & MOFFAT, K. **Maintaining legitimacy of a contested practice: How the minerals industry understands its 'social licence to operate'**, Resources Policy, 41, 83-90, (2014).

PORTEOS, J. D. **Topocide: the annihilation of place**. In: EYLES, John. & SMITH, David Marshall. (org) Quantitative methods in geography. Cambridge: Polity Press, 1988.

PRNO, J.; SLOCOMBE, D. S. **Exploring the origins of 'social license to operate' in the mining sector: Perspectives from governance and sustainability theories**. Journal homepage: www.elsevier.com/locate/resourpo. Resources Policy 37 346–357. 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo. Ática. 1988.

RATZEL. O espaço da vida: um estudo biogeográfico. Parte II. Tradução Leonardo Arantes. GEOgraphia, nº 46, 120-130, 2019c [1901].

SANTIAGO, A. L. F. **Licença Social Para Operar Relacionamento Da Empresa Com A Comunidade Local: Critérios de Influência para a Concessão da LSO. Um Estudo de Caso da Mineração Brasileira**. 2016. 336 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração de Empresas, Centro Universitário Fei, São Paulo, 2018.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed., 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SAQUET, M. A. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

_____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. **Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território**. Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179>> . Acesso em: 17 de maio de 2023.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D., GUINDANI, J. F.. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Rev. Bras. de História & Ciências Sociais. n. I, p. 1-15, jul., 2009.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade como estratégia de reprodução da agricultura familiar**. In: A pluratividade na agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA, J. M. **As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO)** / Juniele Martins Silva. - Presidente Prudente: [s.n.], 2015.

STURZA, J. A. I. **Lugar e não-lugar em Rondonópolis - MT: um estudo de cognição ambiental** / José Adolfo Iriam Sturza. – Rio Claro, 2005.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

TRIBUNAL PERMANENTE DO CERRADO. **Sobre o TTP**. Disponível em: <https://tribunaldocerrado.org.br/tpp/>. Acesso em: 18 de abril de 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis RJ.: Editora Vozes, 2003.

VENÂNCIO, M. **Território de esperança: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO)**. 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Instituto de geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

VILLAS BÔAS, A. L. **Mineração e desenvolvimento econômico: a questão nacional nas estratégias de desenvolvimento do setor mineral (1930-1964)**. v.1. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 1995.

WANDERLEY, L. J. de M. **Conflitos e impactos ambientais na exploração dos recursos Artminerais na Amazônia**. Disponível em: http://geopuc.geo.puc-rio.br/media/Wanderley_geopuc03.pdf, 2018. Acesso em: 09 de setembro de 2023.

WANDERLEY, M. N. B. **A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. In: Una nueva ruralidade en América Latina?. Norma Giarracca, CLACSO, Consejo Lationamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2001.

WOORTHMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres. Herdeiros do sul e sitiantes do nordeste**. São Paulo: Hucitec, Brasília: EDUnB, 1995.

ANEXOS

Lista de publicações analisadas

Nome do veículo	Data de divulgação	Tipo de veículo	Tipo do veiculador	Abrangência	Tema abordado	Sub tema	Posicionamento	Assunto	Link para publicação
CMOC	24/05/2021	Website	Institucional	Nacional	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Programa Nossa Terra	Notícias - CMOC Brasil
Dito e Feito	24/05/2021	Blog	Imprensa	Local	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Programa Nossa Terra	Programa Nossa Terra beneficia famílias rurais de Catalão e Ouvidor - Jornal Dito e Feito
In the Mine	24/05/2021	Website	Institucional	Nacional	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Programa Nossa Terra	PROGRAMA NOSSA TERRA BENEFICIA FAMÍLIAS DE CATALÃO E OUVIDOR - Revista In The Mine
Folha de Catalão	24/05/2021	Blog	Imprensa	Local	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Programa Nossa Terra	★ CMOC BRASIL - Programa Nossa Terra beneficia famílias rurais de Catalão e Ouvidor. Folha de Catalão (folhadecatalao.com.br)
Blog do Alan Ribeiro	27/05/2021	Blog	Imprensa	Local	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Programa Nossa Terra	Programa Nossa Terra beneficia famílias rurais de Catalão e Ouvidor - Blog do Alan Ribeiro
Catalão Online	25/05/2021	Blog	Imprensa	Local	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Programa Nossa Terra	Programa Nossa Terra beneficia famílias rurais de Catalão e Ouvidor - Catalão Online Notícias (catalaonline.com)
IEL	não encontrada	Website	Institucional	Nacional	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Programa Nossa Terra	IEL (ielgoias.com.br)
Portal Serra Dourada News	24/05/2021	Website	Imprensa	Regional	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Programa Nossa Terra	Programa Nossa Terra beneficia famílias rurais de Catalão e Ouvidor - Portal Serra Dourada News (sdnews.com.br)
MP GO	12/04/2019	Website	Poder Público	Regional	Impacto Ambiental	Barragem	Contrário à mineração	Barragem	Notícias :: Página Principal :: Portal do Ministério Público do Estado de Goiás (mpgo.mp.br)
G1 Goiás	14/04/2019	Website	Imprensa	Regional	Impacto Ambiental	Barragem	Contrário à mineração	Barragem	MP quer que mineradoras esvaziem barragens e removam moradores em Catalão Goiás G1 (globo.com)
Mosaic	25/04/2023	Website	Institucional	Nacional	Impacto Ambiental	Barragem	Neutro	Sirenes	mosaicco.com.br/Article/Mosaic-Fertilizantes-promove-treinamentos-de-seguranca-em-Catalao
Dito e Feito	07/05/2019	Blog	Imprensa	Local	Impacto Ambiental	Barragem	Neutro	Sirenes	Mosaic Fertilizantes faz teste de sirenes em Catalão nesta quinta-feira - Jornal Dito e Feito
Dito e Feito	06/04/2021	Blog	Imprensa	Local	Impacto Ambiental	Barragem	Neutro	Sirenes	Comunicado da CMOC à comunidade nas zonas das ZASs - Jornal Dito e Feito
Prefeitura de Ouvidor	31/08/2023	Rede Social	Poder Público	Local	Impacto Ambiental	Barragem	Neutro	Simulado de Emergência	A Prefeitura Municipal de Ouvidor através da Secretaria de Meio Ambiente, participou hoje 31/08/2023 do simulado de emergência de barragem... Instagram
Dito e Feito	24/06/2018	Blog	Imprensa	Local	Impacto Ambiental	Barragem	Neutro	Simulado de Emergência	Mosaic Fertilizantes faz simulado de emergência em Catalão - Jornal Dito e Feito
Zap Catalão	11/06/2019	Blog	Imprensa	Local	Impacto Ambiental	Barragem	Neutro	Simulado de Emergência	Defesa Civil de Goiás e CMOC Brasil realizam simulado de emergência na Barragem da Copebras - Portal Zap Catalão (zapcatalao.com.br)
Zap Catalão	13/06/2019	Blog	Imprensa	Local	Impacto Ambiental	Barragem	Neutro	Simulado de Emergência	Defesa Civil, Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás e CMOC Brasil realizam simulados de emergência em barragens - Portal Zap Catalão (zapcatalao.com.br)
Zap Catalão	30/05/2023	Blog	Imprensa	Local	Impacto Ambiental	Barragem	Neutro	Simulado de Emergência	Simulado de Emergência em 31 de maio: CMOC Brasil promove ação para segurança da Barragem do Buraco da Mina de Fosfatos Ouvidor - Portal Zap Catalão (zapcatalao.com.br)
Portal Serra Dourada News	19/04/2023	Website	Imprensa	Regional	Impacto Ambiental	Barragem	Neutro	Simulado de Emergência/sirene	Mosaic Fertilizantes promove treinamentos de segurança em Catalão - Portal Serra Dourada News (sdnews.com.br)
CMOC	30/05/2023	Website	Institucional	Nacional	Impacto Ambiental	Barragem	Neutro	Simulado de Emergência	Notícias - CMOC Brasil

Nome do veículo	Data de divulgação	Tipo de veículo	Tipo do veiculador	Abrangência	Tema abordado	Sub tema	Posicionamento	Assunto	Link para publicação
Blog do Badiinho	10/06/2019	Blog	Imprensa	Local	Impacto Ambiental	Barragem	Neutro	Simulado de Emergência	MINERADORAS DO GRUPO CMOC REALIZAM SIMULADOS DE EMERGÊNCIA NAS SUAS PLANTAS DE CATALÃO E OUVIDOR – Blog do Badiinho
Blog do Badiinho	12/06/2019	Blog	Imprensa	Local	Impacto Ambiental	Barragem	Neutro	Simulado de Emergência	DEFESA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS E MINERADORA CMOC REALIZARAM SIMULADOS DE EMERGÊNCIA EM BARRAGENS – Blog do Badiinho
Blog do Badiinho	20/12/2021	Blog	Imprensa	Local	Impacto Ambiental	Barragem	Neutro	Simulado de Emergência	Mineradora CMOC realizará simulado de emergência em barragem em operação de Nióbio no município de Ouvidor – Blog do Badiinho
Blog do Badiinho	27/06/2019	Blog	Imprensa	Local	Impacto Ambiental	Barragem	Neutro	Simulado de Emergência	MOSAIC FERTILIZANTES FAZ SIMULADO DE EMERGÊNCIA EM CATALÃO – Blog do Badiinho
Blog do Badiinho	08/05/2019	Blog	Imprensa	Local	Impacto Ambiental	Barragem	Neutro	Sirenes	MOSAIC FERTILIZANTES FAZ TESTE DE SIRENES EM CATALÃO NESTA QUINTA-FEIRA (09/05) – Blog do Badiinho
UFMAT	24/07/2019	Website	Poder Público	Regional	Impacto Ambiental	Água	Neutro	Editais da água	Regional Catalão tem projeto aprovado no Edital da Água - Mosaic Fertilizantes PROPESQ (ufg.br)
Mosaic	21/03/2023	Website	Institucional	Nacional	Impacto Ambiental	Água	Neutro	Editais da água	mosaicco.com.br/Ooops!404/Com-inscrições-abertas-Edital-da-Água-já-recuperou-42-nascentes-em-quatro-anos
Portal Serra Dourada News	22/03/2022	Website	Imprensa	Regional	Impacto Ambiental	Água	Neutro	Editais da água	Edital da Água: 4ª edição recebe inscrições para desenvolvimento de projetos para gestão de recursos hídricos - Portal Serra Dourada News (sdnews.com.br)
Mosaic	24/03/2022	Website	Institucional	Nacional	Impacto Ambiental	Água	Neutro	Editais da água	mosaicco.com.br/Article/Edital-da-Água-4ª-edição-recebe-inscrições-para-desenvolvimento-de-projetos-para-gestão-de-recursos-hídricos
Mosaic	27/04/2022	Website	Institucional	Nacional	Impacto Ambiental	Água	Neutro	Editais da água	mosaicco.com.br/Article/Inscrições-para-a-4ª-edição-do-Edital-da-Água-se-encerram-dia-6-de-maio
Portal Serra Dourada News	22/07/2022	Website	Imprensa	Regional	Impacto Ambiental	Água	Neutro	Editais da água	Projeto de melhoria da qualidade da água do Rio São Bento, em Catalão, ganha incentivo do Edital da Água - Portal Serra Dourada News (sdnews.com.br)
CMOC	21/03/2023	Website	Institucional	Nacional	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Projeto construção de	Notícias - CMOC Brasil
CMOC	15/03/2023	Website	Institucional	Nacional	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Projeto Parceiro	Notícias - CMOC Brasil
Portal Serra Dourada News	30/07/2020	Website	Imprensa	Regional	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Vacinação Covid e H1N1	CMOC promove ação de saúde nas comunidades rurais de Catalão e Ouvidor - Portal Serra Dourada News (sdnews.com.br)
CMOC	30/07/2020	Website	Institucional	Nacional	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Vacinação Covid e H1N1	Notícias - CMOC Brasil
Dito e Feito	30/07/2020	Blog	Imprensa	Local	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Vacinação gripe	CMOC promove ação de saúde nas comunidades rurais de Catalão e Ouvidor - Jornal Dito e Feito
Blog do Alan Ribeiro	31/07/2020	Blog	Imprensa	Local	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Vacinação gripe	CMOC PROMOVE AÇÃO DE SAÚDE NAS COMUNIDADES RURAIS DE CATALÃO E OUVIDOR - Blog do Alan Ribeiro
CMOC	11/04/2022	Website	Institucional	Nacional	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Vacinação gripe	Notícias - CMOC Brasil
Portal Serra Dourada News	27/08/2020	Website	Imprensa	Regional	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Prevenção de queimadas	Mosaic Fertilizantes e Corpo de Bombeiros fazem doação de abafadores para prevenção e combate a incêndios florestais em Catalão e Ouvidor - Portal Serra Dourada News (sdnews.com.br)
In the Mine	28/08/2019	Website	Institucional	Nacional	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Prevenção de queimadas	PREVENÇÃO A QUEIMADAS EM CATALÃO E OUVIDOR - Revista In The Mine
Blog do Alan Ribeiro	29/07/2020	Blog	Imprensa	Local	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Prevenção de queimadas	CMOC convida empregados e população de Catalão e Ouvidor a
Blog do Alan Ribeiro	09/07/2021	Blog	Imprensa	Local	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Prevenção de queimadas	CMOC promove Campanha de Prevenção contra Queimadas em Goiás - Blog do Alan Ribeiro
In the Mine	31/07/2020	Website	Institucional	Nacional	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Prevenção de queimadas	CMOC PROMOVE CAMPANHA "JUNTOS CONTRA AS QUEIMADAS" - Revista In The Mine
Dito e Feito	29/07/2020	Blog	Imprensa	Local	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Prevenção de queimadas	CMOC convida empregados e população de Catalão e Ouvidor a atuar na prevenção de incêndios - Jornal Dito e Feito
Dito e Feito	26/08/2019	Blog	Imprensa	Local	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Prevenção de queimadas	CMOC Brasil realiza ações de prevenção a queimadas em Catalão e Ouvidor - Jornal Dito e Feito
Dito e Feito	10/07/2021	Blog	Imprensa	Local	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Prevenção de queimadas	CMOC promove Campanha de Prevenção contra Queimadas em Goiás - Jornal Dito e Feito

Nome do veículo	Data de divulgação	Tipo de veículo	Tipo do veiculador	Abrangência	Tema abordado	Sub tema	Posicionamento	Assunto	Link para publicação
CMOC	09/07/2021	Website	Institucional	Nacional	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Prevenção de queimadas	Notícias - CMOC Brasil
CMOC	16/08/2019	Website	Institucional	Nacional	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Prevenção de queimadas	Notícias - CMOC Brasil
Portal Serra Dourada News	09/07/2021	Website	Imprensa	Regional	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Prevenção de queimadas	CMOC promove Campanha de Prevenção contra Queimadas em Goiás - Portal Serra Dourada News (sdnews.com.br)
Portal Serra Dourada News	29/07/2020	Website	Imprensa	Regional	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Prevenção de queimadas	CMOC convida empregados e população de Catalão e Ouvidor a atuar na prevenção de incêndios - Portal Serra Dourada News (sdnews.com.br)
Zap Catalão	26/08/2019	Blog	Imprensa	Regional	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Prevenção de queimadas	CMOC Brasil realiza ações de prevenção a queimadas em Catalão e Ouvidor - Portal Zap Catalão (zapcatalao.com.br)
Zap Catalão	28/07/2020	Blog	Imprensa	Local	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Prevenção de queimadas	CMOC convida empregados e população de Catalão e Ouvidor a atuar na prevenção de incêndios - Portal Zap Catalão (zapcatalao.com.br)
Zap Catalão	09/07/2021	Blog	Imprensa	Local	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Prevenção de queimadas	CMOC promove Campanha de Prevenção contra Queimadas em Goiás - Portal Zap Catalão (zapcatalao.com.br)
CMOC	28/07/2020	Website	Institucional	Nacional	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Prevenção de queimadas	Notícias - CMOC Brasil
Zap Catalão	06/06/2019	Blog	Imprensa	Local	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	No campo com a CMOC	No Campo com a CMOC leva atrações e serviços à comunidade Coqueiros em Catalão - Portal Zap Catalão (zapcatalao.com.br)
CMOC	17/09/2019	Website	Institucional	Nacional	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	No campo com a CMOC	Notícias - CMOC Brasil
CMOC	04/06/2019	Website	Institucional	Nacional	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	No campo com a CMOC	Notícias - CMOC Brasil
Zap Catalão	18/09/2019	Blog	Imprensa	Local	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	No campo com a CMOC	No Campo com a CMOC chega à comunidade da Coruja em Ouvidor (GO) - Portal Zap Catalão (zapcatalao.com.br)
Zap Catalão	19/03/2019	Blog	Imprensa	Local	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Construção de ponte	Prefeitura de Ouvidor firma parceria com a empresa Cmoc para construção de ponte sobre Ribeirão Ouvidor - Portal Zap Catalão (zapcatalao.com.br)
Zap Catalão	31/07/2019	Blog	Imprensa	Local	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Construção de ponte	Prefeitura de Ouvidor em parceria com empresa Cmoc entrega nova ponte a comunidade - Portal Zap Catalão (zapcatalao.com.br)
CMOC	30/07/2019	Website	Institucional	Nacional	Projetos de Meio Ambiente	Parceria com mineradoras	Favorável à mineração	Construção de ponte	Notícias - CMOC Brasil
Comissão Pastoral da Terra	04/12/2023	Website	Institucional	Regional	Impacto Ambiental	Poliuição / Água	Contrário à mineração	Representantes do Ministério visitam comunidades	Caravana com representantes de ministérios visita comunidades atingidas pela mineração em Catalão CPT Goiás (cptgoias.org.br)
Comissão Pastoral da Terra	23/05/2023	Website	Institucional	Regional	Conflitos/Manifestações - Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Protesto	Famílias atingidas por mineração realizam protesto em Catalão CPT Goiás (cptgoias.org.br)
Portal Serra Dourada News	23/05/2023	Website	Imprensa	Regional	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Protesto	Comunidades no entorno das mineradoras CMOC e Mosaic denunciam problemas causados às comunidades rurais - Portal Serra Dourada News (sdnews.com.br)
Portal Serra Dourada News	26/05/2023	Website	Imprensa	Regional	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Protesto	Catalão: Parlamentares realiza sessão Intinerante junto a manifestação dos proprietários rurais que vem travando luta com as mineradoras - Portal Serra Dourada News (sdnews.com.br)
Diante do Fato	23/05/2023	Blog	Imprensa	Local	Conflitos/Manifestações - Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Protesto	Famílias atingidas pelas mineradoras Cmoc e Mosaic Fertilizantes bloqueiam GO-504 em forma de protesto - Diante do Fato Catalão
Catalão Online	24/05/2023	Blog	Imprensa	Local	Conflitos/Manifestações - Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Protesto	Mineradoras são alvos de protestos de moradores de Catalão e Ouvidor - Catalão Online Notícias (catalaonline.com)
O Popular	23/05/2023	Website	Imprensa	Regional	Conflitos/Manifestações - Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Protesto	Famílias protestam contra mineradoras de Catalão e Ouvidor O Popular
O Popular	23/05/2023	Website	Imprensa	Regional	Conflitos/Manifestações - Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Protesto	Famílias protestam contra mineradoras de Catalão e Ouvidor O Popular
Portal Catalão	24/05/2023	Blog	Imprensa	Regional	Conflitos/Manifestações - Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Protesto	portalcatalao.com.br/noticias/regiao/mineradoras-sao-alvos-de-protestos-de-moradores-de-catalao-e-ouvidor.phtml

Nome do veículo	Data de divulgação	Tipo de veículo	Tipo do veiculador	Abrangência	Tema abordado	Sub tema	Posicionamento	Assunto	Link para publicação
Notícias de Mineração Brasil	01/06/2023	Website	Imprensa	Nacional	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Desapropriação	Notícias de Mineração Brasil - Mosaic Chega A Acordo Para Adquirir Propriedade Judicializada Em Go. (noticiasdemineracao.com)
Diante do Fato	04/04/2023	Blog	Imprensa	Local	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Desapropriação	MINERADORAS QUE EXPLORAM AS RIQUEZAS DE CATALÃO (CMOC E MOSAIC) ESTÃO EXPULSANDO FAMÍLIAS DE SUAS TERRAS - Diante do Fato Catalão
Comissão Pastoral da Terra	20/04/2023	Website	Institucional	Regional	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Desapropriação	Famílias impactadas pela mineração se articulam pelo reconhecimento de seus direitos em Catalão CPT Goiás (cptgoias.org.br)
Comissão Pastoral da Terra	11/04/2023	Website	Institucional	Regional	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Desapropriação	Famílias de pequenos proprietários de Catalão (GO) denunciam mineradoras que tomaram suas terras CPT Goiás (cptgoias.org.br)
Comissão Pastoral da Terra	30/12/2021	Website	Institucional	Regional	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Desapropriação	Caso da Macaúba (Catalão) deve ser acolhido para tramitação no Tribunal Permanente dos Povos CPT Goiás (cptgoias.org.br)
Comissão Pastoral da Terra	18/07/2022	Website	Institucional	Regional	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Desapropriação	Comunidade Macaúba participa da Sessão Final do TPP, que condenou Estados, governos e empresas por crimes contra o Cerrado CPT Goiás (cptgoias.org.br)
Comissão Pastoral da Terra	27/06/2022	Website	Institucional	Regional	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Desapropriação	Comunidade da Macaúba realiza atividade de mobilização para a sessão final do TPP CPT Goiás (cptgoias.org.br)
Blog do Badiinho	31/05/2023	Blog	Imprensa	Local	Fundiário	Aquisição de terras	Favorável à mineração	Desapropriação	MOSAIC FERTILIZANTES CHEGA A UM ACORDO PARA AQUISIÇÃO DE PROPRIEDADE RURAL JUDICIALIZADA – Blog do Badiinho
Blog do Badiinho	24/05/2023	Blog	Imprensa	Local	Conflitos/Manifestações - Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Desapropriação	FAMÍLIAS RURAIS DE CATALÃO SE MOBILIZAM CONTRA DESAPROPRIAÇÕES DE MINERADORAS – Blog do Badiinho
Blog do Badiinho	26/04/2023	Blog	Imprensa	Local	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Desapropriação	FAMÍLIAS CATALANAS ESTÃO SENDO EXPULSAS DE SUAS TERRAS, PELAS MINERADORAS CMOC BRASIL E MOSAIC FERTILIZANTES – Blog do Badiinho
Blog do Badiinho	24/04/2023	Blog	Imprensa	Local	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Desapropriação	MINERADORAS SÃO ACUSADAS DE EXPULSAR FAMÍLIAS DE SUAS TERRAS EM CATALÃO SEM OFERECER INDENIZAÇÃO ADEQUADAS – Blog do Badiinho
Observatório da Mineração	30/09/2021	Website	Institucional	Nacional	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Desapropriação	Gigante americana Mosaic Fertilizantes entra em conflito com agricultores em MG e em Goiás enquanto expande suas atividades – Observatório da Mineração (observatoriodaminerao.com.br)
Observatório da Mineração	20/02/2020	Website	Institucional	Nacional	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Desapropriação	Mosaic Fertilizantes expulsa moradores de suas casas em Goiás para armazenar rejeitos – Observatório da Mineração (observatoriodaminerao.com.br)
Diante do Fato	24/04/2023	Blog	Imprensa	Local	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Desapropriação	O prefeito Adib Elias recebeu, na manhã de hoje, 20 pequenos proprietários rurais de Catalão, que foram pedir o apoio do Município na disputa que enfrentam diante das mineradoras... – Diante do Fato Catalão
Blog do Badiinho	08/02/2022	Blog	Imprensa	Local	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Desapropriação	Julgamento dos casos de desapropriação por mineradoras de terras na comunidade Macaúba está previsto para abril – Blog do Badiinho
Jornal Anhanguera	10/05/2023	Website	Imprensa	Regional	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Desapropriação	JA 2ª Edição Produtores rurais de Catalão travam disputa judicial com mineradoras Globoplay
Jornal Anhanguera	01/06/2023	Website	Imprensa	Regional	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Desapropriação	JA 1ª Edição - Regional Produtores rurais vão receber R\$ 1 milhão por alqueire, de mineradora em Catalão Globoplay
Jornal Anhanguera	01/06/2023	Website	Imprensa	Regional	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Desapropriação	Bom Dia GO Produtores rurais de Catalão fazem acordo com mineradora em disputa por terra Globoplay
Jornal Anhanguera	11/05/2023	Website	Imprensa	Regional	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Desapropriação	JA 1ª Edição - Regional Produtores rurais de Catalão disputam judicialmente por terras com duas mineradoras Globoplay
Bom dia Goiás	11/05/2023	Website	Imprensa	Regional	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Desapropriação	Bom Dia GO Produtores rurais de Catalão travam disputa judicial com duas mineradoras Globoplay
Jornal Anhanguera	10/05/2023	Website	Imprensa	Regional	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Desapropriação	JA 2ª Edição - Regional Produtores rurais travam disputa judicial com mineradoras por terrenos, em Catalão Globoplay
Movimento Camponês Popular	11/04/2023	Website	Institucional	Nacional	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Desapropriação	MINERADORAS ESTÃO EXPULSANDO FAMÍLIAS CAMPONESAS DE SUAS TERRAS, EM CATALÃO - GOIÁS (mcbrasil.org)
Brasil de Fato	20/03/2021	Website	Imprensa	Nacional	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Desapropriação	Expulsos pela mineração: a saga de uma família Direitos Humanos (brasildefato.com.br)
Tribunal do Cerrado	não encontrada	Website	Institucional	Regional	Fundiário	Aquisição de terras	Contrário à mineração	Desapropriação	Caso nº4 • GO - Comunidade camponesa de Macaúba X Empreendimentos minerais de nióbio e fosfato da Mosaic Fertilizantes e China Molybdenum Company - CMOC - TPP. (tribunaldocerrado.org.br)
Blog do Badiinho	16/09/2022	Blog	Imprensa	Local	Impacto Ambiental	Incêndio	Contrário à mineração	Incêndio	DEPOIS DE QUATROS DIAS, INCÊNDIO EM ÁREA FLORESTAL DA CMOC FOI FINALMENTE CONTROLADO, PORÉM, EQUIPES MONITORAM RISCOS DE NOVOS FOCOS – Blog do Badiinho
Blog do Badiinho	15/09/2022	Blog	Imprensa	Local	Impacto Ambiental	Incêndio	Contrário à mineração	Incêndio	FOGO EM ÁREA FLORESTAL DA CMOC ATINGIU DIVERSAS PROPRIEDADES PRIVADAS; BOMBEIROS AFIRMAM QUE CONTROLAM PEQUENOS FOCOS – Blog do Badiinho
Blog do Badiinho	13/09/2022	Blog	Imprensa	Local	Impacto Ambiental	Incêndio	Contrário à mineração	Incêndio	URGENTE: INCÊNDIO EM ÁREA FLORESTAL DA MINERADORA CMOC SEQUE ALASTRANDO E PREOCUPANDO CHACAREIROS – Blog do Badiinho